UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

LUCIANA NAIR MORETTO

IMPLANTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR PÚBLICA EM IPIRANGA-PR: A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS (1914)

PONTA GROSSA
2020

LUCIANA NAIR MORETTO

IMPLANTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR PÚBLICA EM IPIRANGA-PR: A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS (1914)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: História e Políticas Educacionais.

Orientadora: Profª Dr. Maria Isabel M. Nascimento

PONTA GROSSA
2020

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
BICEN/UEPG

Moretto, Luciana Nair
M845 Implantação da Instituição Escolar Pública em Ipiranga - PR: a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (1914) / Luciana Nair Moretto. Ponta Grossa, 2020.
103 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento.

1. História da educação - Ipiranga - Paraná. 2. Instituição escolar pública. 3. Liberalismo. I. Nascimento, Maria Isabel Moura. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD:370.981

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos- CRB9/986

LUCIANA NAIR MORETTO

“IMPLANTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR PÚBLICA EM IPIRANGA-PR: A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS (1914)”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 28 de novembro de 2020.

Orientador (a) Prof. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG

Orientador(a) Prof. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG

Prof. Dr. Arlindo Cornélio Ntunduatha Juliasse-Unirovuma

Prof. Dr. Marco Antonio de Oliveira Gomes – UEM

Prof. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira – UEPG

Prof Drª. Vera Lucia Martiniak – UEPG

Dedico aos meus pais, Airton e Marlice.
E aos meus filhos, Clara e Francisco.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Maria Isabel Moura Nascimento pela valiosa contribuição de seus conhecimentos e orientação desta dissertação.

Aos membros da Banca Examinadora de qualificação e defesa deste trabalho: Prof. Drº Marco Antonio De Oliveira (UEM), Prof. Dr. Adelino Inácio Assane (UNIVORUMA), Profª. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira (UEPG) e Profª Vera Lúcia Martiniak (UEPG), pelas reflexões e contribuições.

Aos professores e professoras do programa de pós-graduação em Educação da UEPG e aos colegas do mestrado, turma de 2018 pelas importantes sugestões no desenvolvimento do projeto de pesquisa e no projeto inicial da dissertação.

Às colegas do grupo de pesquisas do HISTEDBR – Campos Gerais, pelo apoio e incentivo na elaboração deste trabalho.

A minha família, Alexander, Giselle, Hilda, André e sobrinhos, porto seguro da minha vida, aconchego, acolhimento e aceitação.

A todos os amigos, amigas e familiares que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Pai, afasta de mim este cálice
De vinho tinto de sangue.
Como beber dessa bebida amarga?
Tragar a dor engolir a labuta?
Mesmo calada a boca resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta.

Chico Buarque/ Gilberto Gil

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo a reconstrução histórica do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, situado no município de Ipiranga-PR, sendo fruto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e Doutorado, na Linha de Pesquisa de Políticas e História da Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. O Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos foi a primeira escola pública do Estado, em Ipiranga – PR, e após cem anos continua sendo a única escola pública estadual na sede deste município. Especificamente, busca-se identificar o contexto histórico do projeto de criação dos grupos escolares no Brasil republicano, compreender a origem do projeto de criação dos grupos escolares do Paraná e analisar a cidade de Ipiranga e a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, evidenciando os seus determinantes que influenciaram a instrução pública do Estado. Embora a pesquisa tenha como objeto de estudo um único grupo escolar, isso não significa que análise seja de forma isolada, pois a captura do contexto histórico se inter-relaciona e se compreende dentro de uma análise de totalidade e interlocução aos demais contextos. Quanto à postura metodológica, o método a ser utilizado será o materialismo histórico-dialético, que tem como finalidade perceber as contradições presentes no movimento dialético do objeto de pesquisa. Conforme a base epistemológica utilizada, as categorias que permearam a pesquisa foram, a contradição, a totalidade e a ideologia, por meio da pesquisa bibliográfica documental para a compreensão histórica desta instituição escolar pública centenária. A pesquisa tem um caráter documental e bibliográfico. O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 1889 a 1914, levando em consideração, no início do período em estudo, os acontecimentos do final do Império período em que os ideais republicanos estão se consolidando no Brasil e, assim o advento da Proclamação da República do país, e um dos principais projetos de educação neste período, é o projeto da criação dos grupos escolares, no Brasil surgiu em 1894, respectivamente em 1903 no Paraná, para se implantar em Ipiranga, em 1914, no sertão paranaense. A dissertação está dividida em três capítulos: A criação dos grupos escolares no Brasil, a consolidação da classe burguesa por meio da educação e suas contradições, são abordadas as relações entre os ideais liberais, o movimento republicano, a política no período de transição e os embates ideológicos dos grandes grupos na disputa pelo poder na República e, por fim a criação dos grupos escolares no Brasil. O segundo capítulo intitulado O Paraná Republicano e a Educação o movimento republicano no Paraná, a relação política entre o Estado e os fazendeiros. O terceiro capítulo intitulado Projeto Republicano de educação na cidade de Ipiranga – PR: o Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, abordou como os princípios liberais de liberdade, igualdade e laicidade do Estado foram inseridos no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, por meio das reformas educacionais do estado do Paraná, produto do contexto econômico e da representação política da região de Ipiranga neste período. Foram contextualizados os fatores que condicionaram as reformas educacionais, bem como a forte influência da maçonaria e seu pensamento positivista na escola pública de Ipiranga. A presente pesquisa se torna relevante, pois busca a preservação da memória escolar da região, além de contribuir com a produção do conhecimento na área de História da Educação, somando as pesquisas do Grupo de Pesquisa HISTEDBR- Campos Gerais.

Palavras-Chave: Criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos – liberalismo – instituição escolar pública, Ipiranga-PR.

ABSTRACT

This dissertation has as its object of study the historical reconstruction of the Dr. Claudino dos Santos School Group, located in the city of Ipiranga-PR, being the result of research by the Graduate Program in Education Master and Doctorate, in the Policy Research Line and History of Education, from the State University of Ponta Grossa - PR. The Dr. Claudino dos Santos School Group was the first public school in the state, in Ipiranga - PR, and after a hundred years it remains the only state public school at the headquarters of this municipality. Specifically, it seeks to identify the historical context of the project to create school groups in republican Brazil, to understand the origin of the project to create school groups in Paraná and to analyze the city of Ipiranga and the creation of the Dr. Claudino dos Santos School Group, evidencing its determinants that influenced the public instruction of the State. Although the research has as object of study a single school group, this does not mean that analysis is isolated, since the capture of the historical context is interrelated and understood within an analysis of totality and interlocution with the other contexts. As for the methodological stance, the method to be used will be historical-dialectical materialism, which aims to understand the contradictions present in the dialectical movement of the research object. According to the epistemological basis used, the categories that permeated the research were, the contradiction, the totality and the ideology, through the bibliographic documentary research for the historical understanding of this centennial public school institution. The research has a documentary and bibliographic character. The time frame of the research covers the period from 1889 to 1914, taking into account, at the beginning of the period under study, the events of the end of the Empire, a period in which republican ideals are consolidating in Brazil, and thus the advent of the Proclamation of the Republic of the country, and one of the main education projects in this period, is the project for the creation of school groups, in Brazil it appeared in 1894, respectively in 1903 in Paraná, to be implanted in Ipiranga, in 1914, in the interior of Paraná. The dissertation is divided into three chapters: The creation of school groups in Brazil, the consolidation of the bourgeois class through education and its contradictions, the relations between the liberal ideals, the republican movement, politics in the transition period and the ideological clashes of large groups in the dispute for power in the Republic and, finally, the creation of school groups in Brazil. The second chapter entitled O Paraná Republicano ea Educação the republican movement in Paraná, the political relationship between the state and the farmers. The third chapter entitled the Republican Education Project in the city of Ipiranga - PR: the Dr. Claudino dos Santos School Group, addressed how the liberal principles of freedom, equality and secularity of the State were inserted in the Dr. Claudino dos Santos School Group, through educational reforms in the state of Paraná, the product of the economic context and political representation of the Ipiranga region in this period. The factors that conditioned educational reforms were contextualized, as well as the strong influence of Freemasonry and its positivist thinking in the public school in Ipiranga. This research becomes relevant, as it seeks to preserve school memory in the region, in addition to contributing to the production of knowledge in the area of History of Education, adding the research of the Research Group HISTEDBR- Campos Gerais.

Keywords: Creation of the Dr. Claudino dos Santos School Group - liberalism - public school institution, Ipiranga-PR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planta modelo frontal para grupos escolares de São Paulo ……..…….. 37

Figura 2 - Escola Normal de São Paulo em 1894, ano de sua criação 39

Figura 3 - Prédio do Grupo Escolar Vicente Machado 54

Figura 4 - Ofício de Fundação do Município de Ipiranga 59

Figura 5 - Antiga Capela de Ipiranga 60

Figura 6 - Figura da Vista Parcial de Ipiranga 65

Figura 7 - Ata de fundação da Maçonaria em Ipiranga..... 66

Figura 8: A Lei nº 1178 do Congresso Legislativo Estadual de 10 de abril de 1912, decretou a construção do Grupo Escolar do Ipyranga.....71

Figura 9 - Construção do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos 72

Figura 10 - Planta baixa do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos 74

Figura 11 - Planta baixa de todo terreno que abrigava o Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos 75

Figura 12 - Comitiva de Instauração do Termo Judiciário em Ipiranga 76

Figura 13 - Alunos em frente ao Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1919 79

Figura 14 - Vista parcial da cidade de Ipiranga, com destaque ao prédio do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, 1919..... 80

Gráfico 1 – Teses e Dissertação sobre o tema “instituição escolar”, divididos por regiões brasileiras: 1987 a 2017 18

Gráfico 2 – Universidades e Instituições Superiores brasileiras com números expressivos de pesquisa a temática: História da Educação Brasileira 2013 - 2017 19

Quadro 1 – Primeiros grupos escolares no Brasil por Estado- 1894 – 1922..... 40

Quadro 2 – Primeiros grupos escolares do Estado do Paraná – 1903 – 1920…..... 53

Quadro 3 – Relação dos Professores Públicos de instrução primária, do Estado do Paraná, 1914 77

Quadro 4 - Confronto de matrícula e frequência dos Grupos e Casas Escolares do Estado, nos anos de 1916 e 1917..... 78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Relação de Grupos de Estudos e Pesquisas de História da Educação Brasileira: HistedBr no Brasil..... 90

TABELA 2 - Análise de teses e dissertações sobre o termo: “Criação do Grupo Escolar”..... 91

TABELA 3 - Galeria de Diretores do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos 93

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESC	Universidade Estadual de Santa Catarina
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1 - A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL 23
1.1 A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA PELOS LIBERAIS E SUAS CONTRADIÇÕES 24
1.2 A IDEOLOGIA DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL 30
1.3 A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL 35

CAPÍTULO 2 - A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO (RE) PÚBLICA NO PARANÁ 42
2.1 O MOVIMENTO REPUBLICANO NO PARANÁ 42
2.2 A EDUCAÇÃO NO INÍCIO DA REPÚBLICA NO PARANÁ 47
2.3 A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO PARANÁ..... 50

CAPÍTULO 3 - O GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS 57
3.1 IPIRANGA NO INÍCIO DO SÉCULO XX 57
3.2 A INFLUÊNCIA DA MAÇONARIA NA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA EM IPIRANGA: O PENSAMENTO POSITIVISTA 64
3.3 O GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS 70

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 82

REFERÊNCIAS..... 85
APÊNDICE A - TABELA 1: RELAÇÃO DE GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: HISTEDBR NO BRASIL 90
APÊNDICE B - TABELA 2: ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O TERMO: "CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR" 91
APÊNDICE C - GALERIA DE DIRETORES DO COLÉGIO ESTADUAL DR. CLAUDINO DOS SANTOS 93
ANEXO A - PRIMEIRA ATA DE EXAMES DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS 94

ANEXO B - CÓPIA DA AUTOBIOGRAFIA DE ALCIDES RIBEIRO MACEDO, TRECHO EXTRAÍDO SOBRE O "ENSINO PÚBLICO EM 1904" EM IPIRANGA 95
ANEXO C - FOTO PARCIAL DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS DÉCADA 98
ANEXO D - ALUNOS EM FRENTE AO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS NA DÉCADA DE 30, JUNTO AO DIRETOR ERCÍLIO MARGARIDA 99
ANEXO E - ALUNOS EM FRENTE AO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS NA DÉCADA DE 100
ANEXO F - PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS NA DÉCADA DE 40 101
ANEXO G - LOGOMARCA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO COLÉGIO ESTADUAL DR. CLAUDINO DOS SANTOS 102
ANEXO H – ANTES E HOJE DO COLÉGIO ESTADUAL DR. CLAUDINO DOS SANTOS 103

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa contribui para a produção do conhecimento na área da História da Educação Brasileira, por meio de um recorte regional, que busca apreender o movimento de constituição da primeira instituição escolar pública em Ipiranga, Paraná, no início do período republicano de 1889 a 1914. Tal trabalho é resultado da pesquisa de mestrado, na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, no Programa de Pós-Graduação em Educação stricto- sensu, da linha de Pesquisa em Políticas e História da Educação, dentro de um período histórico delimitado, como forma de compreender o processor histórico de criação e consolidação do primeiro grupo escolar no município de Ipiranga-PR: Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, no início do período republicano de 1889 a 1914.

Embora a pesquisa aborde uma instituição escolar, num determinado município, Ipiranga, da Região dos Campos Gerais- PR, "[...] deve-se registrar que esta não se desenvolveu de forma isolada, centrada em si mesma, visto que, dessa maneira, não daria conta de se inserir na totalidade da história da educação brasileira" (NASCIMENTO, 2004, p.1). As particularidades e especificidades que são identificadas nos estudos pontuais regionalizados e devem ser valorizadas para o avanço das pesquisas, mas a sua compreensão ampla, só se dará mediante o movimento de aproximação do real, abrangendo, portanto as transformações históricas num contexto nacional, estadual e assim, municipal, como se delineiam os capítulos desta dissertação.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 1889 a 1914, levando em consideração, no início do período em estudo, os acontecimentos do final do Império período em que os ideais republicanos estão se consolidando no Brasil. A seleção do recorte temporal tem o objetivo de compreender o período de transição da monarquia para a república a fim de perceber como o ideário republicano foi se constituindo no Brasil a partir do projeto de criação dos grupos escolares.

> O mesmo acontece com a história das instituições escolares. Como um arbusto da 'floresta' social, política, cultural e econômica, a história de cada instituição escolar pode ser escrita, narrada, apresentada em múltiplos e infinitos detalhes que são, muitas vezes, interessantíssimos e/ou curiosos. A pesquisa pode se deter aí, mas para uma opção metodológica dialética, não. Após o exaustivo levantamento e apresentação dos dados empíricos de um objeto singular – a instituição escolar – é ainda necessário explicitar suas múltiplas relações com o contexto. Repito: um contexto social, político, cultural e econômico, entre outros. (SANFELICE, 2008, p.15).

O ano final da pesquisa, 1914 se justifica, pois, é o ano de inauguração do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos que tem sua importância por se destacar entre as poucas instituições que completaram seu centenário de existência, com configuração estrutural própria da época e documentos que relatam a organização pedagógica da segunda década do século XX, bem próximo ao projeto de implantação dos grupos escolares, claro com características regionais próprias. Ele foi inaugurado em 06 de outubro de 1914, primeiramente denominado *Grupo Escolar do Ipyranga*, por interesse de um grupo de líderes políticos locais, com prestígio social, econômico e político ligados à economia da erva-mate, cultura extrativista muito próspera de Ipiranga, tanto que chegou a eleger um deputado estadual para o município.

A criação do modelo dos grupos escolares se deu dentro de um projeto nacional no final do século XIX, no início da República no Brasil. Tal projeto iniciou em São Paulo que criou um modelo de instituição escolar pública elementar, com prédio próprio (antes as casas-escolas eram alugadas pelo Estado e serviam de moradia aos professores unidocentes[1]), organização administrativa, com diretor e secretário, e pedagógica com professores organizados por um currículo seriado, surgindo assim os denominados Grupos Escolares.

Tal projeto exigia altos investimentos na época para o Estado e professores diplomados. Mesmo com tais dificuldades muitos republicanos ligados aos interesses capitalistas propagandeavam a favor da criação destes Grupos Escolares, como no caso de Ipiranga:

> [...] a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo (NAGLE, 1974, p.99-100).

A criação do primeiro Grupo Escolar foi em São Paulo, em 1894, no Paraná foi em Curitiba em 1903 e, em Ipiranga se deu com a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1914, um período de vinte anos de distância entre um projeto para a nação se consolidar no interior do paranaense. Assim se percebe que os grupos escolares foram sendo criados no Brasil a conta gotas e mostrando a força política e econômica respectivamente dos estados.

[1] Professores unidocentes são professores que atuavam no ensino primário, sendo os únicos responsáveis por ensinar todas as áreas do conhecimento para todas as séries primárias a todos os alunos ao mesmo tempo e espaço.

> [...] em São Paulo (1894), no Maranhão (1903), no Paraná (1903), em Minas Gerais (1906), no Rio Grande do Norte (1908), no Espírito Santo (1908), na Paraíba (1911), em Santa Catarina (1911), em Sergipe (1916) e em Goiás (1918). (VIDAL, 2006, p.7).

A implantação dos Grupos Escolares no Paraná, principalmente na região dos Campos Gerais, não fugia à regra do contexto brasileiro: acontecia de forma lenta, mais ainda em relação a outras partes do Brasil. Nos Campos Gerais haviam o predomínio das colônias de imigrantes, que já possuíam suas escolas e não tinham interesse pelos grupos do Estado, onde o idioma ensinado não era o de origem étnica (NASCIMENTO, 2008, p.170). Entretanto, em contradição a esta realidade, no sertão dos Campos Gerais, como a Vila de Ipiranga, a colonização iniciou por portugueses mestiços de caboclos de nacionalidade brasileira, com interesse na extração da erva-mate e do pequeno comércio que circulavam as mercadorias para o vilarejo, de forma rudimentar, nativa e distante de uma organização própria de educação. A princípio a educação elementar do Estado, nestas pequenas vilas, era subsidiada pelo esforço próprio dos professores[2], contratados com pouca formação ou nenhuma e consequentemente baixos salários.

Segundo o relatório desta visita de Levy Saldanha ao "professor de Ypiranga", com o intuito de inspecionar o seu trabalho, o Subinspetor observa que os alunos não estavam em aula no horário ordenado pelo Governo e questiona o professor por que não havia dado aula neste dia. O mesmo afirma que deu aula e responde: *"- Costumo dispensar os alunos às 3 horas"*. (O Ensino, 1924, p.202,).

O professor redarguiu dizendo conhecer as regras (dispensar às 4 horas) da Instrução do Governo do Estado, entretanto como um professor de escola isolada no sertão, expressa sua condição: *"Sou pobre, muito pobre, na minha vivenda não há sala apropriada a uma escola. Fiz todas as economias possíveis e sem auxílio de ninguém estou construindo esta sala, exclusivamente para a escola"* (O Ensino, 1924, p.202,).

Tal relato recorta as condições de vida e de trabalho do professor da então Vila, hoje município de Ipiranga, antes do advento do Grupo Escolar: sem prédio próprio, sem ajuda do governo, sem mobílias, pouca formação: suficiente para o ler e o escrever e esse professor constrói a própria sala para poder trabalhar. Como personifica o próprio Subinspetor,

[2] Visita do Subinspetor Levy Saldanha, ao relatar o estado das escolas do município de Ypiranga em 1913. (O Ensino, n.3,1924).

> [...] *indivíduo robustecido, inculto, sympathico, de fisionomia sincera. [...] martelo em punho, em mangas de camisa, sosinho, numa aberta em meio do sertão, trabalhando na construção de uma nova casa.* Um professor benemérito, como denominou Levy Saldanha. (O Ensino, 1924, p.202,).

Com esta pesquisa tem-se a pretensão de contextualizar o espaço-escola para compreender os motivos, as ideias, as intenções que levaram a institucionalizar a educação em Ipiranga. Para tanto, fez-se necessária toda análise do contexto histórico, realizando o levantamento de dados das dissertações e teses que abordaram como tema: "instituição escolar".

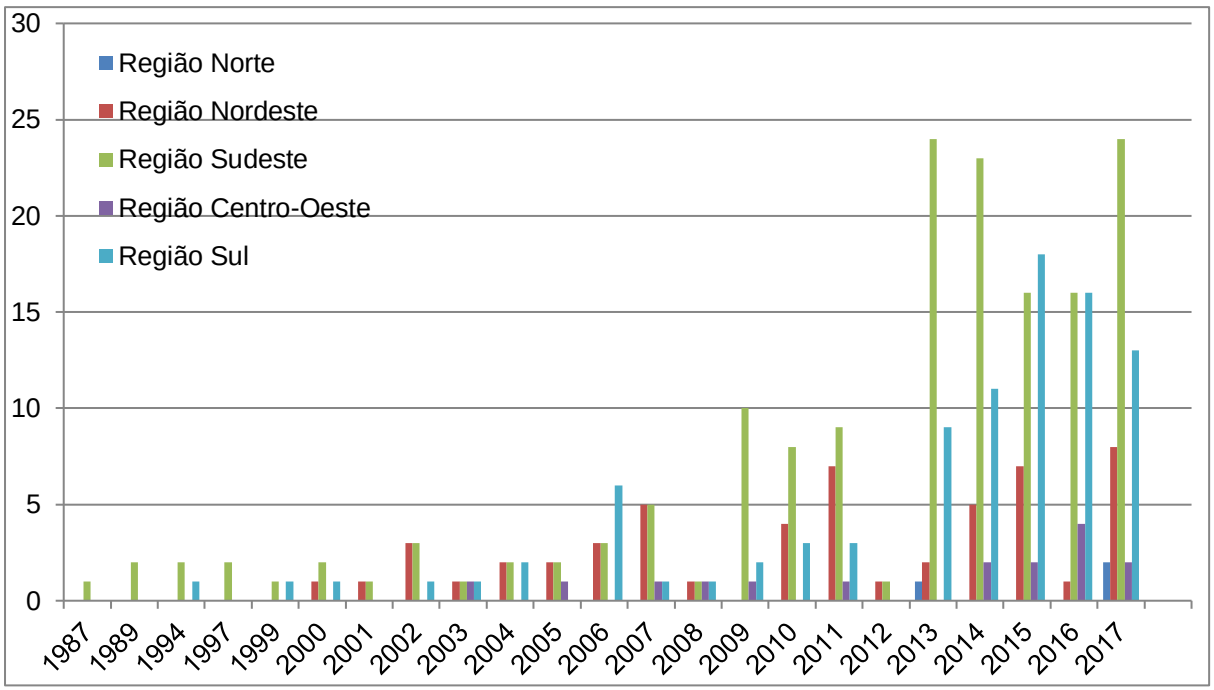
Este estudo se integra ao projeto de "Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira" desenvolvido pelo HISTEDBR-Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP. Esta dissertação conta com a participação de vários grupos de trabalho sediados em diversas Universidades do País, a exemplo da UEPG, no qual se insere esta pesquisadora. O levantamento e a catalogação de fontes primárias e secundárias da História da Educação na região dos Campos Gerais- PR realizou-se, então, com dois objetivos: a preparação desta dissertação e a ampliação da base de dados de fontes coletadas.

A partir da realização da pesquisa de cunho bibliográfico denominada de estado do conhecimento[3] quanto as instituições escolares no banco de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em Educação da CAPES direcionado para a linha de pesquisa História da Educação, buscando o tema Instituições escolares, escolas públicas, escolas estatais que colaboram para mapear e ampliar tal estudo.

Fez-se um mapeamento, entre os anos de 2013 a 2018 como continuidade dos estados de conhecimentos já realizados pelo grupo nos anos anteriores do trabalho de levantamento de teses e dissertações no Brasil, da pesquisadora Lucia Mara de Lima Padilha, que pesquisou até o ano de 2010, tendo a pesquisa da Aline Schram dando continuidade até a ano de 2014.

[3] Pesquisas bibliográficas que visam mapear e discutir artigos, dissertações, teses e comunicações em anais de congressos e de seminários, em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados em diferentes épocas e lugares (FERREIRA, 2002).

Gráfico 1: Teses e Dissertações sobre o tema: “Instituição Escolar”, divididos por regiões brasileiras – 1987 a 2017.



Fonte: Adaptado de PADILHA, 2010; CAPES, 2018.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Se compararmos às pesquisas anteriores (PADILHA, 2010; SCHRAM, 2014), observa-se o avanço por contemplar todas as regiões brasileiras com pesquisas (teses e dissertações), mesmo em disparidade de quantidade. A região Norte, apresenta baixo número de pesquisa e na região Nordeste, percebe-se que houve um salto nas pesquisas sobre o tema, passando à frente quantitativamente da Região Centro-Oeste (desbancando Brasília – DF).

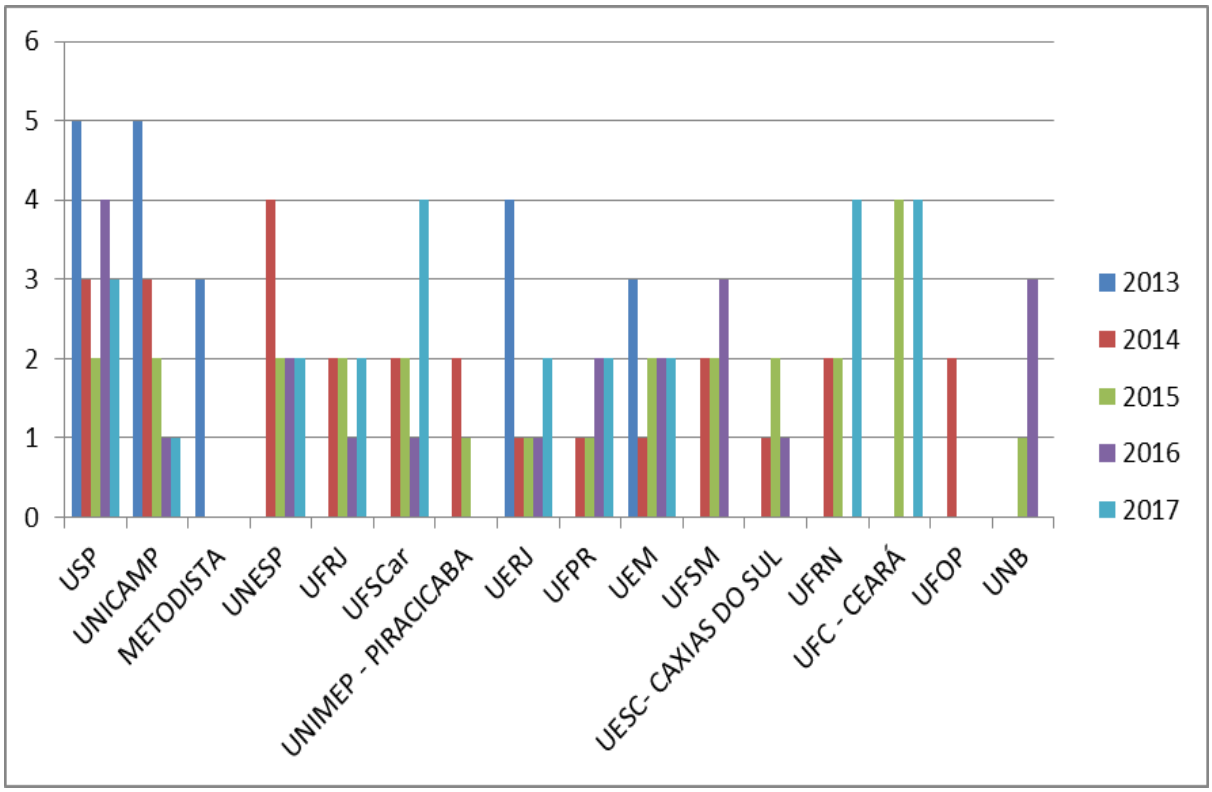
No quadro do gráfico 1, é notório o aumento de pesquisas científicas sobre as instituições escolares públicas Brasil. O número de teses e dissertações mais que dobra na região Sudeste nos últimos cinco anos.

A multiplicação dos grupos de estudos e pesquisas em História da Educação e especificamente a pesquisa da história das instituições escolares se consolidou nas universidades e faculdades brasileiras, disseminando pesquisas e levantando fontes e dados históricos das instituições escolares. Os seminários, congressos, mesas redondas, e demais eventos regionalizaram os temas destes grupos, materializando a pesquisa e instigando a produção científica quanto a história das instituições escolares.

Embora no gráfico a seguir, observa-se a concentração proeminente ainda no estado de São Paulo das pesquisas sobre as instituições escolares, verifica-se

também um início do processo de descentralização, vertendo-se às regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste, com a presença destas pesquisas já nos estados da região Norte. As Universidades públicas, tanto na esfera federal quanto estadual dominam as pesquisas sobre o tema, como percebe-se no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Universidades e Instituições Superiores brasileiras com números expressivos de pesquisa quanto à temática: História da Educação Brasileira 2013 – 2017.



Fonte: Plataforma Sucupira – CAPES – 2018.

Pode-se constatar que as pesquisas em História da Educação estão concentradas nas Universidades da região Sudeste (08), seguida pela região Sul (04) e as demais se espalham pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste e pouco expressiva ainda a Norte. Estes dados convergem com a distribuição de grupos de trabalho e pesquisa sobre História da Educação no país. Conforme dados extraídos do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ 2018), no seu relatório de pesquisa parametrizada por grupo, foram identificados 29 (vinte e nove) grupos voltados a esta temática (APÊNDICE A, p.90).

Contudo no levantamento do Estado do Conhecimento, o tema: instituição escolar é muito amplo para a análise do objeto de pesquisa ora esboçado, por isso decidiu-se delimitar a grande área de Educação, nas linhas de Políticas Educacionais

e História da Educação, especificando ao termo: “criação do grupo escolar”. Com base nas buscas realizadas na plataforma Sucupira da CAPES, localizou-se 19 (dezenove) teses e dissertações que abordavam o termo, (conforme o quadro 2). Observou-se que tais pesquisas se desenvolveram no recorte temporal compreendido entre 1829 a 1971, constatando-se que o período mais pesquisado está compreendido entre 1901 a 1930. Este período é sistematizado por Ribeiro[4] (2010, p.77), como o 5º período (que compreende os anos de 1894 a 1920), onde economicamente o Brasil era considerado um país com um modelo agrário-comercial exportador dependente em crise.

No Paraná, o levantamento de pesquisas sobre o tema: “instituições escolares nos campos gerais” e “criação dos grupos escolares nos Campos Gerais”, atraíram várias teses e dissertações que abordavam direta ou indiretamente o tema, destacando as seguintes obras na região dos Campos Gerais, Estado do Paraná: “Ideário Republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907)”, de Lucia Mara de Lima (2012), dissertação do Mestrado em Educação - UEPG; “A escola normal dos Campos Gerais: a atuação do diretor segundo as diretrizes do Estado”, de Vera Lucia Martiniak (2003), dissertação do Mestrado em Educação - UEPG; e a "A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais - PR", de Maria Isabel Moura Nascimento (2004), tese de doutorado em Educação - UNICAMP.

O desvendamento de compreender o processo da realidade em seu dinamismo, a mudança constante, implica na apropriação dos determinantes estruturais, ou seja, a realidade é material, historicizada, um produto da práxis humana, a relação dialética entre sujeito e objeto. Para se apropriar dos determinantes/ condicionantes das estruturas nas quais o conhecimento se constrói, são necessários meios ou instrumentos de análise da realidade. A esses meios ou instrumentos utiliza-se as categorias que “[...] expressam aspectos fundamentais das relações dos homens entre si e com a natureza e são construídas através

[4] Maria Luisa Santos Ribeiro, 2010, sistematiza a periodização da educação brasileira conforme o cenário político, econômico e social e as crises que provocaram as rupturas destes modelos. No ponto de vista educacional os paradigmas se moldam conforme os problemas e a propagação de ideias como novas formas de organização da escola. Ficando assim: 1º período: 1549 – 1808; 2º período: 1808 a 1850; 3º período: 1850 a 1870; 4º período: 1870 a 1894; 5º período: 1894 a 1920; 6º período: 1920 a 1937; 7º período: 1937 a 1955; 8º período: 1955 a 1968. No 5º período, a valorização dos produtos agrícolas, mais diretamente o café, feita com a utilização do capital estrangeiro, concentrava os lucros nas mãos da burguesia estrangeira e da “camada senhorial”, também chamada de “burguesia agrário-exportadora” brasileira.

do desenvolvimento do conhecimento e da prática social" (MARX,1977, p.218-219), que expressam como ato de produção real,

> [...] do mesmo modo que em toda a ciência histórica ou social em geral, é preciso nunca esquecer, a propósito da evolução das categorias econômicas, que o objeto, neste caso a sociedade burguesa moderna, é dado, tanto na realidade como no cérebro, não esquecer que as categorias exprimem, portanto, formas de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada (MARX,1977, p. 224).

As categorias contradição, ideologia e totalidade buscam analisar e responder a problemática: Quais as relações existentes entre o processo de institucionalização da educação (criação dos grupos escolares) e o liberalismo? Quais as propostas da sociedade burguesa na criação dos grupos escolares no Brasil? Como se deu a implantação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (1914) em Ipiranga – PR?

Diante tais problemáticas, está pesquisa tem por objetivo geral analisar o processo de consolidação dos grupos escolares do interior paranaense, do início do século XX, as concepções oriundas das políticas governamentais e dos interesses e expectativas histórico da constituição e instituição do primeiro grupo escolar em Ipiranga – PR, quanto a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, como a primeira escola pública em funcionamento até os dias atuais. São seus objetivos específicos:

- Compreender a articulação da criação dos Grupos Escolares nos contextos: nacional, estadual e municipal;
- Contextualizar o processo de educação paranaense, articulando ao cenário educacional nacional dos grupos escolares do interior do Paraná, a partir das legislações e relatórios oficiais vigentes no período histórico delimitado pela pesquisa.
- Reconstruir o processo de criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (1914) evidenciando os determinantes históricos, econômicos, sociais e políticos que influenciaram a instrução pública do Estado.

A pesquisa tem um caráter documental e bibliográfico utilizando-se de levantamento de fontes como documentos oficiais, fotos, mapas, atas, leis, decretos, regulamentos e portarias, encontrados no Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos (Ipiranga – PR), no Arquivo Público do Paraná; na Casa de Cultura de Ipiranga; nos cartórios de Ipiranga; na Prefeitura Municipal de Ipiranga e em arquivos pessoais dos

moradores da região. Posteriormente, foram feitas análises e reflexões pretendendo englobar a totalidade do objeto de pesquisa. Foram levantadas fontes primárias que auxiliaram na compreensão da sociedade da época de 1903 a 1914, como fotos, jornais, livros, relatórios e mapas, identificadas no corpo do texto pela fonte em itálico.

Nesta pesquisa, recorremos aos seguintes recursos gráficos para:

> [...] a identificação do tipo de fonte (primária ou secundária) que está sendo utilizada:
> • 'itálico' - para as fontes primárias. As citações de fontes primárias mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica.
> • 'sem itálico'- para as fontes secundárias. (NASCIMENTO, 2008, p.22)

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado: A criação dos grupos escolares no Brasil, discute a consolidação da classe burguesa por meio da educação e suas contradições e são abordadas as relações entre os ideais liberais, o movimento republicano, a política no período de transição bem como os embates ideológicos dos grandes grupos na disputa pelo poder na República e, por fim a criação dos grupos escolares no Brasil.

O segundo capítulo intitulado: A implantação da educação (re) pública no Paraná, estreita a discussão política entre o Estado e os fazendeiros oligárquicos paranaenses (e sua decadência). A relação com a educação liberal que implantou os grupos escolares no Paraná, bem como a criação dos Grupos Escolares no Paraná.

O terceiro capítulo intitulado: O Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, abordou como os princípios liberais de liberdade, igualdade e laicidade do Estado foram inseridos no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, por meio das reformas educacionais do estado do Paraná, produto do contexto econômico e da representação política da região de Ipiranga neste período, forjando assim o projeto republicano de educação na cidade de Ipiranga – PR. Foram contextualizados os fatores que condicionaram as reformas educacionais, bem como a forte influência da maçonaria e seu pensamento positivista na escola pública de Ipiranga.

CAPÍTULO 1
A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL

No início do século XX, no Brasil dominou os discursos políticos em defesa da escola pública, os quais foram de suma importância para discutir um sistema educacional brasileiro. Segundo Saviani (2008, p. 213) essa discussão referente a criação de um sistema nacional de educação brasileiro "vem sendo colocada desde o final do século XIX sem jamais conseguir se impor nos debates e, muito menos, viabilizar-se praticamente". Mesmo nunca se consolidando um sistema educacional, a República, grande motivadora destes discursos, rompe-se com os quadros conservadores dos quais o Império se mantinha e desencadeia preocupações, aspirações e necessidades que levam a consolidar ideias para implantar um modelo de instrução primária pública para o atendimento das necessidades e interesses do novo homem brasileiro republicano: o burguês. Nesse sentido a educação aparece como um dos meios canalizadores dos interesses burgueses.

> Outra reforma muito apreciada pelos burgueses é a educação e, particularmente, a educação profissional universal. Não desejamos destacar a absurda contradição segundo a qual a indústria moderna substitui o trabalho complexo pelo simples, o qual não necessita de nenhuma formação; não queremos assinalar que colocou, cada vez mais, crianças atrás das máquinas, convertendo-as em fonte de benefícios, tanto para a burguesia como para seus pais [...] Não desejamos assinalar, finalmente, que a formação intelectual, no caso do operário possuí-la, não teria influência direta sobre o salário; que a instrução geralmente depende do nível das condições de vida, e que o burguês entende por educação moral a memorização dos princípios burgueses, e que no fim das contas a burguesia não tem os meios, nem vontade, de oferecer ao povo uma verdadeira educação. (MARX; ENGELS, 2011, p. 115).

Se a classe em ascensão na República, a burguesia, não tem meios, nem vontade, de oferecer uma verdadeira educação ao povo, como então a defendia? E continua-se: qual seria o interesse burguês em criar um modelo de escolarização no Brasil?

Primeiramente, para buscar responder tais questões, analisa-se o perfil do liberalista no Brasil. A burguesia se evidencia nitidamente no Brasil no século XIX e efetivamente pela remodelação da sua vida material, com: a abolição do tráfico africano, os grandes empreendimentos como as estradas de ferro, a multiplicação dos bancos, as manufaturas, o comércio e a lavoura de café. Concorrendo a estes fatores importantes econômicos, o viés político impulsiona a formação de um novo homem:

ansioso por enriquecimento, de prosperidade material, por meio do advento da República insurge o homem de negócios.

1.1 A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL: O LIBERALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES

A República consagrará o homem de negócios, rompendo com os papéis conservadores do Império que eram ligados aos valores da nobreza, ao homem culto e estratificado pelo privilégio do sangue. Portanto, o novo regime político, com toda a mudança das condições materiais de vida brasileira no final do século XIX, emerge um antropocentrismo mercantil, da obtenção desenfreada ao capital, da ambição do lucro e do enriquecimento, não mais o nobre e o “gentleman”, mas o rico detentor da produção dos meios capitais tem o status de alto valor na sociedade brasileira.

> Em suma, a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se acordavam. Inversamente o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado (PRADO JR,1994, p.209).

A burguesia e capitalismo são termos associados, se construíram juntos, se embrenharam, pois, a burguesia é a classe social “topo da pirâmide” do capitalismo. Como se observa na Ideologia alemã, Marx e Engels (2007), em várias passagens, explicita-se o caráter relacional entre as classes e a relação entre indivíduo e classe no seu processo de formação:

> [...] Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições devida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho. De que modo essa subsunção dos indivíduos à classe transforma-se, ao mesmo tempo, numa subsunção a toda forma de representações etc., já o indicamos várias vezes. [...] Essa subsunção dos indivíduos a determinadas classes não pode ser superada antes que se forme uma classe que já não tenha nenhum

> interesse particular de classe a impor à classe dominante. (MARX; ENGELS, 2007, p.63).

Assim, se constrói o antagonismo de classes para Marx e Engels (2007), entre a classe proletária e a classe burguesa, a gênese e formação das classes na sociedade capitalista, analisando quando e como as classes se fizeram e, portanto, como se estrutura a sociedade capitalista e a formação do homem burguês que constitui a classe dominante:

> Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de idéias, que regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas idéias são as idéias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47)

O homem burguês domina, portanto, econômica e politicamente o país, porém para a consolidação ideológica dos seus interesses na sociedade, o meio mais homogeneizador, influente e de grande escala para transmitir ao povo a cultura burguesa e sua aceitação (quase natural como classe dominante), foi a educação pública, isto é, a educação para todo o povo (não necessariamente do povo), seria a forma encontrada para garantir a consolidação burguesa na sociedade capitalista.

Para tanto, educação pública foi defendida assim como trunfo contra a pobreza, a servidão e a ignorância, que paralisava o progresso do país. Numa visão higienista da sociedade republicana, a falta de educação, o analfabetismo era sinônimo de uma doença social que precisava ser erradicada para o país poder progredir e se efetivar como uma potência capitalista que investe em educação para todos. A educação como redentora da sociedade, estava dentro de uma

> [...] formação do Estado Nacional a educação escolar cumpria uma missão civilizadora, que era a de homogeneizar a república composta que era, de uma população tão heterogênea e diversa. A Pedagogia Liberal então se concentra nesse esforço de transformar o 'súdito em cidadão' e em trabalhador. Os temas eram então o civismo e o nacionalismo. E a educação escolar era colocada como uma medida de profilaxia social, na formação do 'homem novo. (NORONHA, 2002, p. 60).

A proclamação da República no Brasil, em 1889, foi um advento de tomada do poder pelos militares, sem grandes efervescências dos movimentos sociais populares, que tomou o discurso ideológico burguês, a favor de uma escola pública

para o povo em geral, que defendesse o viés liberalista de sociedade, legitimando assim a propriedade privada, os direitos privados e centralizando o homem como responsável da sua própria sorte, do seu acúmulo de riqueza ou não.

Na sociedade capitalista, os homens assumem, graças à ideologia liberal, que a desigualdade é natural, ou seja, todos os homens nascem naturalmente com a constituição para proprietários devido à igualdade de oportunidades, porém as relações que estabelecem com a natureza são determinadas pela experiência, isto é "[...] que teve o trabalho de apanhá-los, pelo esforço que os retira daquele estado comum em que a natureza os deixou" (LOCKE, 1991, p. 228). Por essa maneira, deixou o estado de natureza em que era comum para tornar-se uma propriedade.

Para Santana (1996, p. 220), o "liberalismo constitui a ideologia que justifica e racionaliza os interesses do capital servindo, desta maneira, de sustentação e organização das sociedades capitalistas." Afirma ainda os princípios que regem o liberalismo: do individualismo, da propriedade privada e do Estado, enquanto mediador dos interesses da classe em evidência.

Consequentemente, cada indivíduo tem condições distintas para dirigir suas ações, ou seja, só vence quem é mais competente, assegurado pelos direitos universais de liberdade, de igualdade perante a lei e do direito de propriedade, representados no princípio de cidadania.

Esse deslizamento de conceito de igualdade é justificado pelo individualismo, visto que aquele que "[...] dominou, lavrou e semeou parte da terra, anexou-lhe por esse meio algo que lhe pertencia, a que nenhum outro tinha direito, nem podia, sem causar dano, tirar dele" (LOCKE, 1978, p. 229). Essa premissa aponta que a pobreza (a falta da propriedade) é responsabilidade do indivíduo, o qual deve usar a sua liberdade para o trabalho como fonte de nova propriedade, encobrindo assim a realidade concreta da sociedade de classes, justificado na ideia de mérito.

Para o liberalismo, a igualdade entre os indivíduos se concretiza na igualdade de oportunidades: quando os indivíduos têm sucesso, é graças ao seu mérito individual, assegurado legalmente e garantido a partir dos direitos do sujeito denominado como cidadão. Assim, o trabalho desenvolvido pelo professor na escola seria imprescindível na medida em que possibilitava e oportunizava condições de acesso de conhecimento igual a todos.

A educação, por não ser uma atividade que produz acúmulo de mercadorias, seria responsabilidade do Estado, mas é considerada pelos adeptos liberais como

exclusividade da classe burguesa, que utilizaria desses conhecimentos para continuar governando a sociedade. Dentro da perspectiva liberal, a ignorância, devido à falta de acesso às escolas para a classe dos trabalhadores, é considerada como uma consequência natural do desenvolvimento da divisão do trabalho no capitalismo, e a educação oferecida pelo Estado liberal para a população não tem a função de formá-los enquanto seres humanos, mas sim prepará-los para funções às quais estão fadados, permitindo que a classe burguesa continue explorando a classe trabalhadora.

> Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda a sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. O entorpecimento de sua mente o torna não somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre e terno, e, consequentemente, de formar algum julgamento justo até mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada. [...] Ora em toda a sociedade evoluída e civilizada, este é o estado que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres – isto é, a grande massa da população – a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça (SMITH, 1996, p. 244).

Uma das providências que o Estado deve tomar, citada por Smith, é a construção de escolas de primeiras letras com um valor tão baixo que até os mais pobres poderiam pagar. Dessa forma, a função de uma instituição escolar no contexto de constituição do capitalismo é formar uma massa de trabalhadores que sejam minimamente alfabetizados, ou seja, “[...] aprender as matérias mais essenciais da educação – ler, escrever e calcular [...]” (SMITH, 1996, p, 246).

Como expressão ideológica do sistema capitalista, o liberalismo parte do princípio de que as funções da classe trabalhadora no sistema produtivo não exigem uma formação intelectual equivalente à da classe burguesa. Pois, na rotina de assalariado, não são necessários conhecimentos mais elaborados do que sua simples função lhe exige.

Por isso, o Estado oferece em suas instituições educativas, conteúdos simples que não permitam a construção de uma consciência sobre o funcionamento do sistema e promovam uma universalização dos princípios liberais, de modo a dar bases

para a acumulação e expansão do sistema capitalista. Enquanto ideal educacional os principais preceitos de uma educação liberal, são:

1. a educação ao encargo do Estado, como projeto educacional voltado para o atendimento da burguesia;
2. obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar;
3. o nacionalismo e a escola laica, isto é, contra uma educação ligada a religião, empoderando assim o sentimento de orgulho pela sua nação;
4. ênfase na língua pátria em detrimento à estrangeirização e ao latim;
5. e o ensino voltado às ciências em contraposição ao ensino humanístico.

Com a expansão mundial do comércio, a crescente explosão industrial, da maquinaria e o conflito entre as duas classes contraditórias – burguesia e proletariado, o surgimento da escola pública torna-se imprescindível, pois a educação viria a assegurar e defender os interesses da classe dominante:

> Tratava-se, na verdade, de defender os interesses burgueses frente a grande crise do capital [...] Ora, se os interesses burgueses têm que passar pelo sufrágio universal e a sociedade se encontra dividida em classes antagônicas, a escola pública não pode mais ser adiada. (LEONEL, 1994, p. 184-185).

Inadiável e importante, a escola pública brasileira vem, portanto, tramada conforme os interesses da classe burguesa, nos moldes capitalistas. A contradição de se pensar numa escola pública, organizada e controlada pelo Estado, o qual, na crítica ao liberalismo, se diz representado pelos engenhosos donos dos meios de produção – os burgueses, foi deflagrada pelo pensamento de Marx e Engels que não admitiam a interferência estatal – um Estado como educador do povo – que não fosse pelo subsídio financeiro e fiscalização para sua manutenção:

> Isso de educação popular a cargo do Estado é completamente inadmissível. Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente; as matérias de ensino etc. e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado [...], e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! (MARX; ENGELS, 2011, p. 130-131, grifo da autora).

A escola pública e gratuita para todos não poderia estar comprometida com os interesses políticos ou ideologias religiosas do Estado ou da Igreja: “ [...] o que deveria ser feito é subtrair a escola de toda influência por parte do governo e da igreja”, enfatizam Marx; Engels (2011, p. 130).

Em contraponto aos interesses da criação de uma organização pública de educação sob o viés liberalista explícito neste primeiro capítulo, Marx propõe uma educação escolar pública e gratuita sem influência estatal e religiosa, onde descreveu a forma de educação apresentada pela Comuna de Paris como um modelo de instrução, para todos, gratuita e livre das amarras e da interferência do Estado e da Igreja:

> Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo libertas de toda a interferência de Igreja e Estado. Assim não apenas a educação foi tornada acessível a todos, mas também a própria ciência liberta dos grilhões que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinha imposto. (MARX, 2009, p. 403).

A intenção aqui é explicitar as contradições que denunciaram, criticaram e lutaram para existir uma escola pública e gratuita, sem as “amarras” e ideologias perpassadas, seja pelo Estado, Igreja ou classe social que tendencie formas de poder e desfigure a existência do ser humano e sua relação com a natureza e as ciências. A defesa pela escola pública, mesmo polarizada por ideologias tão concorrentes, como o liberalismo e o marxismo, é premissa neste estudo.

Que tal pesquisa seja uma forma interrogativa de desvelar a realidade, de denunciar, de extensão do conhecimento e também de embates quanto a defesa de uma educação estatal: gratuita, laica, obrigatória e universal a todas as crianças, numa proposta para a sociedade que se dialetiza nas suas constantes transformações e contradições.

A superação das contradições, requer uma apurada análise crítica de seus desvelamentos no interior da educação escolar, vista que esta ainda é limitada, “posto que é instrumentalizada pela burguesia – concordo que não se pode esquecer que o Estado, e suas instituições, que se constituem como aparelho a serviço dos interesses de uma classe, da burguesia”, (LOMBARDI 2011, p.364), mas que também é atravessado pelas contradições que inerentes e característica dos diferentes momentos históricos. Por isso, além de ocupar o espaço escolar e buscar direcioná-lo em conformidade com os interesses de classe do proletariado, é preciso

superar as contradições e criar alternativas de educação para e pelo proletariado organizado:

> que seja uma educação OMNILATERAL (do homem todo, corpo e intelecto); que seja em TEMPO INTEGRAL, com tempo de atividades escolares e extraescolares; aulas mais estudos individuais e em grupo; que articule o ENSINO com o TRABALHO, não do trabalho como diletantismo ou brincadeira infantil, mas que este trabalho seja produtivo e possibilite ao aluno entender como se dá a incorporação da ciência e da tecnologia aos instrumentos e processos produtivos; enfim uma educação que sendo CRÍTICA, esteja centrada nos conteúdos científicos, conquistados pela humanidade ao longo de sua história. (LOMBARDI, 2011, p.364)

Percorre-se, portanto, entre os séculos XVIII e XIX, os embates quanto a realidade e as ideologias relativas a formação educacional dos trabalhadores, afim de tentar organizar um sistema de educação que abrangesse a classe trabalhadora, ora com grande responsabilidade de desvelar as iniquidades que o sistema capitalista é capaz de desumanizar qualquer sociedade e, ora para consolidar o capitalismo como "natural e libertador" da sociedade escravocrata e servil. Assim também ocorreu no Brasil, que se transformou de uma sociedade monárquica e escravagista para o regime republicano de trabalhadores assalariados, no final do século XIX. Desenhar um sistema educacional no Brasil foi um grande desafio (ainda não concluso) nesta fase onde emergia uma nova classe: a dos trabalhadores livres e assalariados, como se analisará no próximo título.

1.2 A IDEOLOGIA DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL

Final do século XIX e início do século XX, o Brasil seguindo as tendências mundiais contra as grandes monarquias absolutistas, proclama a República, em 1889, emergindo os ideais republicanos. Com a Proclamação da República, o Brasil adota o federalismo e o poder, até então centralizado no imperador, é dividido entre o presidente e os governos estaduais, que passam a ser responsáveis também pela Educação Básica daquele período. O desenvolvimento da indústria, a imigração europeia e a urbanização marcam a Primeira República.

A organização social se torna mais complexa, acentuando as diferenças sociais. A abolição da escravidão no Brasil (1888) desvela bem essas diferenças pois, significou uma ruptura nas relações sociais, pautada em uma ideologia[5] liberal, por

[5] Partiu-se da concepção de ideologia como uma forma de ocultamento do real, pela qual são legitimadas as relações de exploração e dominação e construídas imagens de que são verdadeiras e justas. No pensamento de Marx, a ideologia é um instrgumento de dominação de classe, porque a

explicitar as modificações no processo de trabalho e a entrada do país no modelo capitalista (HOLANDA, 1995).

Com a alteração dos modos de trabalho, a organização social se transforma com a divisão do trabalho de escravista para o assalariado e assim consolidando o sistema capitalista no Brasil: os ex-escravos que se tornavam “homens livres” não foram absorvidos pelo sistema com a mesma rapidez com que se tornavam assalariados por conta do incentivo do governo à imigração de estrangeiros para ocuparem o recente mercado de trabalho brasileiro.

O sistema de sacralização das desigualdades, que anteriormente pregava que senhores e escravos estavam nessa condição por feitos de seus antepassados, portanto hereditária e imutável, agora servia como instrumento de legitimação da exploração da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Por carregar esses condicionantes tradicionais, a República brasileira imprimiu outros significados aos conceitos considerados base pelos republicanos, como os preceitos positivista, como: liberdade, igualdade e laicidade. O contexto em que o liberalismo se desenvolveu no Brasil, fez com que fosse um instrumento ideológico utilizado para difundir o capitalismo e naturalizar as desigualdades produzidas por esse sistema.

Para o fortalecimento deste sistema econômico, uma nova forma de organização educacional foi proposta, por meio da escolarização: um projeto capital de difundir as ideias liberais por meio da educação, criando um novo modelo de homem e sociedade que correspondam aos anseios da nova classe em ascensão no país – a burguesia. A realização da forma escolar no aparelho “[...]escolar capitalista é diretamente responsável pelas modalidades segundo as quais este concorre para a reprodução das relações de produção capitalistas.” (SAVIANI, 2006, p.33). Criam assim as escolas primárias organizadas pelo poder público, os chamados Grupos Escolares.

---

classe dominante faz com que suas ideias passem a ser a ideia de todos. Para isso eliminaram-se as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência, resultantes da divisão social do trabalho material e intelectual. Necessária à dominação de classe, a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade e por isso permanece sempre no plano imediato do aparecer social [...] o aparecer social é o modo de ser do social de ponta-cabeça. A aparência social não é algo falso ou errado, mas é o modo como o processo social aparece para a consciência direta dos homens. Isto significa que uma ideologia sempre possui uma base real, só que esta base está de ponta-cabeça, é a aparência social. Assim a ideologia serve para legitimar e reproduzir as relações econômicas e políticas de dominação. A ideologia burguesa cumpre a função de reproduzir e legitimar as relações capitalistas. (CHAUÍ, 1987, p. 78).

Os grupos escolares têm na sua gênese a característica do pensar capitalista, pois reuniu as classes isoladas, na maioria multisseriadas e unidocente, num mesmo espaço – o grupo escolar, economizando assim espaços e recursos, centralizando a administração e a organização pedagógica num modelo de escola seriada (com um número maior de alunos atendidos por um professor por série) e consequentemente um controle maior quanto ao método e conteúdos ministrados a população escolar, voltada aos mais pobres e trabalhadores

> A criação dos grupos escolares representou uma medida econômica, pois reunia alunos de várias séries, com uma equipe de trabalho num mesmo espaço, uma organização administrativa e didático-pedagógica. Cada grupo contava com um diretor, porteiro e serventes que foram, assim como os professores, selecionados por concurso público. O controle tanto da equipe de trabalho como da clientela a ser atendida seria, assim, mais uniforme (NASCIMENTO, 2008, p. 174)

Além da medida econômica,

> [...] Nos discursos políticos, a escola passou a ser enaltecida como força propulsora do progresso do país, que deveria formar os cidadãos republicanos, dar noção dos conhecimentos elementares da escrita, leitura, cálculo e princípios morais e cívico que os habilitassem para industrialização que iniciava no país (NASCIMENTO, 2008, p.97).

A este movimento denominou de “entusiasmo pedagógico”. Em suma, as “[...] primeiras décadas do séc. XX caracterizaram-se pelo debate das ideias liberais. [...] é a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos. (NAGLE, 1974, *apud* SAVIANI, 2013, p. 177)

Os Grupos Escolares não surgem como uma proposta de educação a nível nacional, mas partiu do modelo no Estado de São Paulo que se espalhou gradualmente em todo país[6]. Trata-se de um modelo que foi disseminado por todo país, tendo conformado a organização pedagógica da escola elementar que se encontra em vigência. (SAVIANI, 2013)

O Grupo Escolar foi um projeto de grupos republicanos com o intuito de transformar o Brasil em um país moderno e progressista, por meio de uma educação

[6] O modelo americano de educação serviu de “espelho” aos educadores paulistas não apenas pelas suas inovações pedagógicas, mas também pela possibilidade de transformar o país em desenvolvido economicamente. A apropriação do modelo americano de educação esteve presente nas duas Reformas de Ensino. A primeira, de 1890, criou a escola-modelo anexa à Escola Normal. A segunda, de 1911, definiu o Grupo Escolar Modelo, para ser anexado à Escola Normal Primária. Essas instituições anexas serviram à prática docente das normalistas. (BISPO, 2015, p. 04).

eficaz e racional à formação da classe trabalhadora. A instituição dos grupos escolares deu-se portanto, enquanto estratégia políticas da recém-proclamada República. Seus idealizadores visavam criar espaços de educação contínua simultaneamente ao de formação de professores (Escolas Modelos do Curso Normal anexas aos Grupos Escolares), oferecendo outra concepção de ensino e, portanto, outra organização da instituição escolar. As concepções destes republicanos visavam, principalmente, a universalização do ensino enquanto modernização da Nação.

O modelo foi adotado especialmente no meio urbano, visto que as escolas isoladas perduraram por muito tempo no meio rural, durante o século XX.

Neste anseio de desenvolvimento e progresso, os professores foram considerados “missionários” que tinham como missão colocar o Brasil, como um país desenvolvido economicamente, atrelado a difusão das ideias liberais do lucro, da laicidade e do progresso.

As ideias capitalistas de laicidade, progresso e propriedade privada foram traduzidos na educação simultaneamente pelas ideias de liberdade, meritocracia e competividade. São ideias do liberalismo traduzidas na educação com a implantação do sistema seriado, para a passagem de uma série para outra, que se dá por seleção e exclusão, através do sistema de avaliação por exames, gerando o sentido da competitividade, com entregas de medalhas, por exemplo.

Esta ideia de passagem de uma série para outra mais avançada, também dá o sentido de meritocracia e progresso (evolução) que está presente com as inovações tecnológicas que marcaram o século XX, isto é, só se é merecedor da aprovação para uma série mais avançada, aquele que se esforçou, independente das condições materiais de cada um, mas conforme o esforço de estudo e trabalho empreendido pelo indivíduo.

> Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer idéias; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. (LOCKE, J. Livro II, cap. I, sec. 2, 1966)

A organização dos Grupos Escolares, compreendia um ideal de homem, como ser único, que nascia como uma “tábula rasa” e dependia meramente dos seus esforços para conhecer, isto é, da sua ação empírica, da sua experiência individual

sobre o objeto apreendido. Como um exemplo, perceba a forma de organizar os alunos por carteiras enfileiradas, num ordenamento singular e seguindo uma lógica: por predileção do professor ou grau de conhecimento dos alunos.

Essa organização se dava por meritocracia[7], isto é, mesmo que todos os alunos, do recém instituído ensino público, tivesse a ilusão de igualdade de entrada nos grupos escolares, poucos permaneciam e mais difícil ainda tinham sucesso na sua escalada por série nestas escolas, tendo como consequente resultado o fracasso escolar: a reprovação e principalmente a evasão que alcançavam altos índices na clientela mais popular, devido às suas condições precárias materiais, dadas às baixas condições econômicas da maioria dos alunos, a distância entre o grupo escolar a sua moradia, o alto índice de analfabetismo dos ascendentes destes alunos.

Os grupos escolares extinguiram muitas das classes isoladas, mais próximas a casa dos alunos. As escolas isoladas, mesmo com suas dificuldades e pouco acesso ao conhecimento, tinham uma situação econômica e material mais identitária da comunidade que pertenciam, onde os parcos recursos eram partilhados a todos: portanto não eram identificados lápis, folhas, nanquim, lousa – todos usavam coletivamente, ainda se adequavam ao horário do trabalho agrícola dos alunos. Para Vidal (2006), a implantação dos Grupos Escolares foi lenta e sofreu resistência em muitos municípios, pois “as dificuldades foram o alto custo para a implantação dos mesmos ou a resistência de alguns grupos sociais a este modelo escolar que supunha o afastamento das crianças do lar e consequentemente do trabalho produtivo”.

Entretanto com o aviltamento das escolas isoladas vistas como medíocres fez-se deslumbrar o progresso e a ordem para o desenvolvimento do país. A promoção da ciência no início do século XX era a nova ordem dos países que gostariam de se autoproclamar desenvolvido ou moderno. Sob o entusiasmo do processo de industrialização no país desencadeou a urbanização em meados do século XIX.

A sociedade brasileira, que até então possuía uma economia baseada no campo, pelo modelo agrário-exportador, passara agora lentamente a investir no trabalho urbano que, por sua vez, originou novas formas de vida nos aspectos econômico, político, social e cultural. A industrialização e a urbanização, fortaleceram

[7] Meritocracia: aquele indivíduo que desenvolver os seus talentos pessoais, aperfeiçoando-os continuamente pelo estudo e pelo trabalho, com consistência e comprometimento, um dia após o outro, sem perder a disciplina mesmo em meio às dificuldades, é merecedor de uma melhor condição na sociedade, pois isso foi conquistado com seu próprio mérito, com seu próprio esforço, individualmente.

ainda mais a insurgência além da burguesia como nova classe social, contribuindo para um modelo de escola primária: o Grupo Escolar.

Esses grupos foram criados para sustentar as ideias capitalistas, isto é, através da escolarização básica da população para a manipulação ou manuseio das novas tecnologias produzidas pela ciência, patrocinada pelos grandes burgueses na obtenção do lucro.

Os grupos escolares eram considerados a fórmula inovadora, constituídos e

> [...] criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidos no raio da obrigatoriedade escolar. Anteriormente a essa organização escolar as escolas primárias, eram chamadas também de primeiras letras, essas classes denominadas de escolas isoladas ou avulsas e unidocentes. (SAVIANI, 2005, p.24)

Com o discurso liberal da educação como “salvadora da civilização”, “motor para a nova ordem social” capitalista iniciada no país, fez com que a se reduzisse como reprodutora de aparelhamento ideológico do Estado, ficando a serviço da dissimulação da realidade que excluía negros, indígenas, mulheres ao conhecimento elaborado pelos grupos escolares. Além dessa situação marginalizadora da sociedade urbana, em contraponto, na realidade rural, a universalidade do ensino primário no Brasil “sertão” se traduzia meramente na reunião de escolas isoladas precárias.

O currículo destas escolas liberais foi fragmentado à realidade concreta, pois não oportunizava a reflexão, a tomada de consciência e o poder transformador social. Ainda, se perpassava a ideia de que as desigualdades são naturais, devido ao princípio liberal de igualdade de oportunidades, que todos são livres e detentores de direito à propriedade privada, sob o princípio de liberdade, camuflando todos os determinantes que condicionam o homem, fadando a ele uma vida conforme suas condições financeiras e sociais, refletindo isso no espelho da educação.

1.3 A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL

A construção de um sistema público de âmbito nacional no Brasil sempre foi morosa, difícil e complexa. O Brasil é um país continental, multirracial e, com forte herança colonial – de mão de obra escrava. Instruir o povo era desinteressante aos colonizadores portugueses, a menos que fosse para aculturar, “amansar os selvagens”, conformar o povo à cultura exploratória da coroa Portuguesa que fora financiada pela Inglaterra. Mesmo após a Independência do Brasil, quando se constitui uma nação com autonomia de leis e organização política-educacional própria, tomou

poucas iniciativas em organizar o ensino no Brasil. Portanto, todo o processo de tornar o ensino público, saindo do texto de lei, somente se efetivou após a República.

> A falta de um sistema de educação em nosso país é uma questão que vem do final do século XIX, dado que a partir daquela época os principais países se empenharam em organizar seus sistemas nacionais de ensino. O Brasil não fez isso, e foi ficando atrasado em matéria de educação, ou seja, foi acumulando um déficit histórico que nos cria problemas muito sérios na atual circunstância. (SAVIANI, 2013, p.93)

A reforma da instrução pública começou em 1890, pela Escola Normal, através do decreto de 12 de março de 1890 e, mais tarde pela Lei n.88 de 8 de setembro de 1892, a qual regulamenta a reforma geral da instrução pública paulista. Na prática, mesmo que abrangesse toda a instrução pública, sua ênfase foi a escola primária. “E a grande inovação consistiu nas instituições dos grupos escolares” (SAVIANI, 2013, p. 171).

Os grupos escolares foram criados com o intuito de racionalização econômica e do processo educativo, reuniu em um só prédio, as várias classes primárias isoladas e ministradas por um único professor. As classes isoladas eram formadas por grupos de alunos heterogêneos, de várias idades, em níveis de aprendizagem e escolaridade diferentes. Muitas destas classes eram nas casas dos próprios professores, numa sala apartada, sem mobília própria, na maioria, as mesas eram tábuas e os bancos tocos de árvores, sem lousa, giz, canetas ou cadernos, apenas gravetos, chão, ou quando muito, lápis e folhas avulsas. Essa realidade era muito comum, principalmente nas localidades rurais distantes das cidades.

> Do Império, havíamos herdado escolas de ler e escrever que muitas vezes eram a extensão da casa do professor. Políticos republicanos e educadores, no final do século XIX, passaram a defender a necessidade de espaços especialmente construídos para serem escolas. (BUFFA; PINTO, 2002, p. 78)

Como meio econômico e mais controlador dos processos de ensino-aprendizagem, as classes isoladas foram gradualmente extintas, dando origem aos grupos escolares.

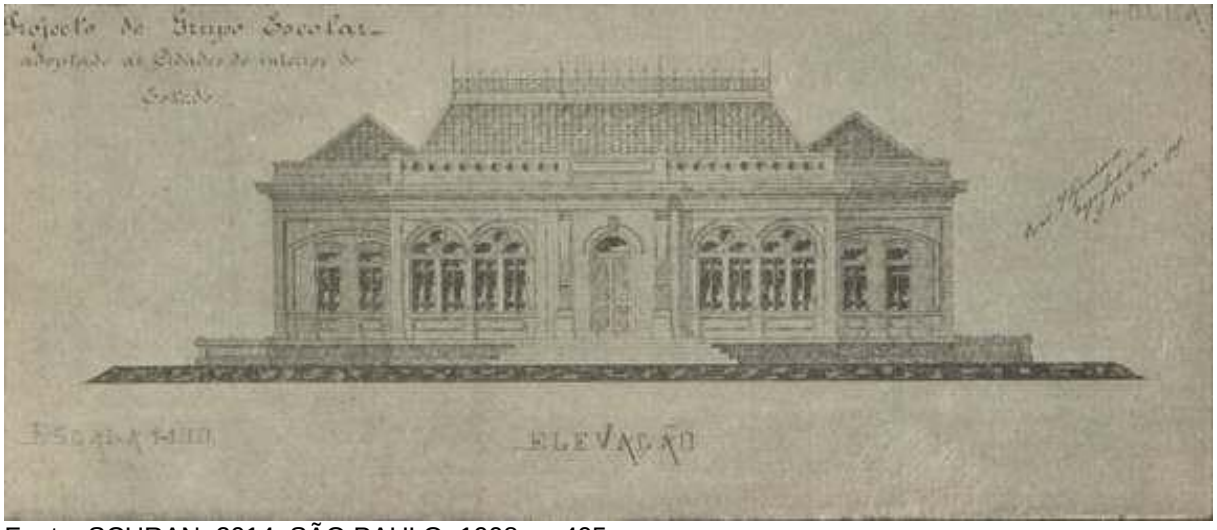
Os grupos escolares tinham uma organização própria: um diretor ou diretora para administrar os vários professores reunidos das classes isoladas. Tais professores ministravam aulas a grupos de alunos, conforme idade e nível de aprendizagem – as chamadas classes ou séries escolares, que correspondiam por série anual.

Os grupos escolares eram os “monumentos-escolares” símbolos da construção de um novo país, de rumo ao progresso, moderno, que exprimiu as ideias republicanas, a tal ponto que até hoje seus edifícios são identificados como “edifícios republicanos”[8].

Esses “edifícios republicanos” respeitavam a uma planta que possuía características comuns e próprias: de quatro a oito salas de aula, conforme o número de alunos. A princípio era um espaço segmentado pelo gênero, salas para o sexo feminino e salas para o sexo masculino, “com duas entradas laterais no corpo do prédio, a entrada principal com a escadaria, a saleta de entrada, o almoxarifado, o gabinete do diretor e os corredores” (DENCK, 2014, p. 29).

A imponência e a ideia de magnitude da República se identificavam na arquitetura dos Grupos Escolares, por meio das dimensões grandiosas das janelas e portas, do pé direito muito alto, onde os banheiros não faziam parte da estrutura do prédio. “Os grupos escolares eram grandes monumentos arquitetônicos e se localizavam em espaços valorizados dentro das cidades, principalmente nas principais praças.” (BENCOSTTA, 2001, p. 105). E, Buffa comenta também que os edifícios escolares eram “prédios grandes, arejados, bonitos, destinados a cumprir sua finalidade principal, a de ser escola, testemunham a valorização que o Estado dava ao ensino e serviam para que a população os admirasse.” (BUFFA, 2002, p. 32).

Figura 1 - Planta modelo frontal para grupos escolares de São Paulo.



Fonte: SCHRAN, 2014; SÃO PAULO, 1908, p. 405.

[8] CORREIA, em sua obra “O nascimento da arquitetura escolar” (2002), usa a expressão “edifícios republicanos”, aos grupos escolares construídos no início da República que ainda continuam em uso.

Normalmente os prédios foram construídos próximos às praças centrais e/ou a igreja, mostrando a força e o poder do Estado, seja nas grandes ou pequenas cidades. Pela escolha do espaço, isto é, a localização central do terreno em que seria erguido o grupo escolar, se erguia e consolidava também o poder representativo do Estado. De um lado a igreja (geralmente católica) que representava o poder da religião e do outro lado o grupo escolar, representante do poder do Estado.

Os grupos escolares significaram além de um novo espaço, próprio para a educação, uma nova organização do tempo escolar, com horários fixos de início e término das aulas, como o intervalo de descanso, o recreio e, também toda ordenação seriada e curricular.

Sendo assim, o ensino primário passa a se organizar por meio das séries. Gradativamente cada aluno, deveria passar progressivamente de uma série para outra, da 1ª série, com conteúdos mais simples de alfabetização, até a conclusão da 4ª série onde concluía o ensino primário, com conteúdos mais complexos e bem elaborados.

A pedagogia adotada pelos Grupos Escolares se delineou em cunho liberal, dentro das concepções que hoje denominamos de Escola Tradicional:

> a) Simplicidade, análise e progressividade – o ensino deve começar pelos elementos mais simples. O esforço pedagógico exige a análise da matéria ensinada, de modo a decompô-la num certo número de elementos que serão individualmente fáceis de assimilar. O espírito do aluno, progressivamente, vai-se enriquecendo à medida que adquire os novos conhecimentos gradualmente dispostos.
> b) Formalismo – O ensino chega ao encadeamento de aspectos rigorosamente lógicos. O ensino esforça-se por ser dedutivo.
> c) Memorização – A decomposição do conteúdo do ensino em elementos facilita a memorização. A medida do conhecimento do aluno é dada pela sua capacidade de repetir o que foi ensinado pelo professor.
> d) Autoridade – A escola elabora um sistema de prêmios e castigos, de sanções apropriadas visando a garantir que a organização pedagógica se funde sempre na autoridade do professor.
> e) Emulação – A ideia de dever, a necessidade de aprovação e o sentimento de mérito são desenvolvidos para manter a atividade escolar, e completam, desse modo, o princípio da autoridade.
> f) Intuição – O ensino deve partir de uma percepção sensível. O princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e à percepção do aluno. Desenvolve-se então todos os processos de ilustração com objetos, animais ou suas figuras. (REIS FILHO, 1995, p.68).

Caetano de Campos, diretor da Escola Normal de São Paulo (1890 a 1891) indicado pelo Presidente Prudente de Moraes (então Presidente do Estado de São Paulo), foi o grande idealizador desta Reforma, a qual levou o seu nome, motivado

pelo método acima citado (método intuitivo) que norteou a organização das escolas-modelos paulistas. Foi quem dirigiu a Escola-Modelo em São Paulo e na organização dos grupos escolares.

É importante ressaltar que todo esse processo de criação dos grupos escolares, originou-se em São Paulo, não sendo um projeto nacional de educação e sendo influenciado nos exemplos da Alemanha, Suíça e Estados Unidos, como afirma Saviani, 2013, p. 171, Caetano de Campos cria a concepção dos grupos escolares, por meio da então criada Escola-Modelo, anexa a Escola Normal de São Paulo, como um órgão de demonstração metodológica, composto por duas classes, uma feminina e outra masculina.

Figura 2: Escola Normal de São Paulo em 1894, ano de sua criação.

Fonte: SÃO PAULO (Estado). Edifícios Escolares. *In*: SÃO PAULO (Estado). **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**, São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1908-1909. P. 406, 1908, p. 406.

Como educador e médico, Caetano dos Campos defendeu a instrução pública como forma de erradicação da ignorância (visão higienista), a qual, segundo ele, representava um obstáculo para o progresso e o crescimento do país. Seu projeto de implantação dos grupos escolares pelo Estado de São Paulo, com referência a Escola-Modelo paulista, objetivava disseminar a cultura escolar, organizando a instrução pública por meio de escolas grupais, onde se fortalecesse e difundisse os ideais republicanos: a escola como suporte ideológico para a reorganização das relações de poder e trabalho, servia a adoção dos preceitos liberais.

> Quanto ao significado pedagógico da implantação do modelo dos grupos escolares, cumpre observar que, por um lado, a graduação do ensino levava

> a uma mais eficiente divisão do trabalho escolar ao formar classes com alunos de mesmo nível de aprendizagem. E essa homogeneização do ensino possibilitava um melhor rendimento escolar. Mas, por outro lado, essa forma de organização conduzia, também, a mais refinados mecanismos de seleção, com altos padrões de exigência escolar. (SAVIANI, 2013.p. 174-175).

Os grupos escolares, mesmo com suas múltiplas determinações: evasão, repetência, infrequências e dificuldades de acesso, tornou-se a bandeira da educação republicana. Os inspetores de ensino dos Estados constituintes do Brasil realizaram visitas técnicas aos grupos escolares paulistas, a fim de conhecer esta nova organização de ensino público e implantar este mesmo modelo em seus Estados.

> Os republicanos deram à educação, nos discursos, um lugar de destaque, sendo o grupo escolar representante dessa política de valorização da escola pública, dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano (NASCIMENTO, 2012.p.10).

Gradativamente, os Estados brasileiros foram implantando os grupos escolares, a princípio o inspetor de ensino de Minas Gerais, em 1902, Estevam de Oliveira, "[...] ficou deslumbrado com o espetáculo de ordem, civismo, disciplina, seriedade e competência que disse observar nas instituições de instrução primária da capital paulista". (FARIA FILHO, 2000, p. 27).

E assim sucessivamente foi se implantando no restante do país: Paraíba (1916), Rio Grande do Norte (1908), Espírito Santo (1908), Santa Catarina (1911), Paraná (1903), Maranhão (1905), Sergipe (1910 – 1911), Bahia (1908, há registros desde 1895), Mato Grosso (1910). No quadro a seguir, acompanha-se a linearidade histórica das implantações dos grupos escolares no Estados brasileiros, e seu primeiro grupo escolar criado, respectivamente.

Quadro 1: Primeiros grupos escolares no Brasil por estado - 1894-1922

(continua)

Estado	Ano de Criação
São Paulo	1894 – Grupo Escolar Modelo
Rio de Janeiro	1897 – Grupo Escolar Benjamin Constant
Maranhão	1905 – Grupo Escolar Benedito Leite
Paraná	1903 – Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva
Minas Gerais	1906 – Grupo Escolar José Rangel
Bahia	1908 – Grupo Escolar da Penha
Rio Grande do Norte	1908 – Grupo Escolar Augusto Severo

Quadro 1: Primeiros grupos escolares no Brasil por estado - 1894-1922

(conclusão)

Estado	Ano de Criação
Mato Grosso	1910 – Grupo Escolar Modelo – Barão de Melgaço
Santa Catarina	1911 – Grupo Escolar Vidal Ramos
Sergipe	1911 – Grupo Escolar Modelo – General Siqueira
Paraíba	1916 – Grupo Escolar Thomaz Mindello
Piauí	1922 – Grupo Escolar Miranda Osório

Fonte: PADILHA, 2010 apud SAVIANI, 2013, p.174.

Conforme os interesses de cada Estado, suas vontades políticas e a necessidade de acompanhar o progresso republicano, como bandeira política de seus pleitos eleitorais, os grupos escolares se implantavam e disseminavam no interior dos Estados.

> [...] Trata-se, pois, de um modelo que foi sendo disseminado por todo país, tendo conformado a organização pedagógica da escola elementar que se encontra em vigência, atualmente, nas quatro primeiras séries do que hoje se denomina ensino fundamental (SAVIANI, 2013, p. 174).

No Paraná não foi diferente. Seguiu as mesmas orientações e políticas do projeto paulista, entretanto as peculiaridades regionais e sua devida importância dada à instrução elementar no município foram determinadas pelos condicionamentos políticos, sociais e econômicos paranaense na época. Tais contextos serão abordados no capítulo a seguir, e como eles influenciaram na implantação dos grupos escolares no Paraná.

CAPÍTULO 2
A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO (RE) PÚBLICA NO PARANÁ

O Paraná foi Província do Império, no período de 1854 a 1889, por trinta e cinco anos, numa grande rotatividade do cargo de Presidentes[9], ocupado por políticos, como trampolim para -o parlamento nacional e para o ministério. O regime político muda com o advento da República, em 15 de novembro de 1889, pelo golpe militar liderado por Marechal Deodoro da Fonseca.

No Paraná, o Presidente da Província desta data cai, Jesuíno Marcondes[10] líder do Partido Liberal entrega ao Comandante da Brigada Militar, coronel Francisco José Cardoso Júnior a Presidência da Província, enquanto governo provisório, até que o novo regime se organize e se consolide. Vale ressaltar que o cargo de Presidente da Província era de livre escolha e nomeação do poder do Império, relativamente indicados pelos amigos da situação, isto é, por políticos atrelados às famílias mandatárias das oligarquias locais, ou por políticos ambiciosos em direção para o Ministério. Essa instabilidade de poder gerou as descontínuas políticas e déficits orçamentários da Província, levando ao descrédito do regime monárquico.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO POLÍTICO DO PARANÁ: O MOVIMENTO REPUBLICANO NO PARANÁ

A República aconteceu no Paraná, como no Brasil, sem qualquer resistência ou incidente. No Paraná, dois grandes partidos se imbricavam na disputa do poder: o Partido Republicano e o Partido Liberal.

Acontece que, enquanto partido político, o Partido Republicano no Paraná não teve êxito ou grande destaque no cenário da representatividade do poder executivo paranaense, mesmo com o advento da República. Em contraposição, o Partido Liberal sob a liderança de Jesuíno Marcondes e do seu cunhado Manuel Alves de Araújo, ocuparam os mais altos cargos na Província e no Império. Os “barões do Tibagi e dos Campos Gerais”, como eram conhecidos, se tornaram uma força política da Província

[9] Segundo MARTINS, R. 1930, p. 334, nos 35 anos do Paraná como Província do Império, teve 27 presidentes e 25 vice-presidentes.

[10] Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, era liberal, sob a liderança de seu pai, o Barão do Tibagi, foi candidato ao eleitorado da nova Província Paranaense, em outubro de 1853, com um discurso contrário a toda imposição vinda de fora que transformasse o Paraná numa mera colônia da Côrte, com representantes políticos e aparelhamento ideológico vindos do Imperador.

do Paraná. Essa poderosa família se constituiu na maior força de oligarquia[11] local. O Partido Conservador foi seu oponente exclusivo. Teve como ícone o primeiro Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, enviado para presidir a recém-emancipada Província (1853). O Partido Conservador foi liderado por Manuel Antônio Guimarães e Manuel Francisco Correa, o famoso Visconde de Nacar, os dois pertencentes a grandes oligarquias do litoral paranaense que controlavam o comércio de importações e da exportação da erva-mate. O Visconde de Nacar chegou a ser o Ministro do Império e a pasta das Relações Exteriores, em 1871.

As relações político-partidárias travaram fortes embates no cenário provincial, com histórias violentas na luta pelo poder, consequência disso foram as sucessíveis trocas de Presidentes para atender aos interesses do poder político-econômico da Província, ao todo 27 Presidentes ocuparam a ciranda de poder no Paraná provincial, algumas vezes políticos repetidos.

Nesse embate fica evidente os seguintes aspectos da história-política paranaense:

1º) A estreita relação entre o Partido Liberal à situação política do Império, liderado pelos políticos da região dos Campos Gerais, ligados à aristocracia agrária paranaense. Grandes latifundiários que formavam a política dos coronéis e,

2º) o inexpressivo movimento republicano, o qual pouco se faz referência nos embates políticos ideológicos entre os Partidos Liberal e Conservador, que defendiam seus interesses, conforme a situação no Governo Geral lhes convinha. O importante não era o regime político adotado, sua ideologia e postura política, mas as formas que as oligarquias agrárias e comerciais se mantinham no poder.

O Partido Conservador, logo se reinventa com a mudança do regime político, adotando os princípios da República aos seus discursos que formavam o Partido Republicano no Estado. De um lado, os conservadores se atrelam aos poucos convictos republicanos, sob liderança do Dr. Vicente Machado e de outro lado, os recém-caídos liberais pelo Dr. Generoso Marques dos Santos.

[11] Oligarquia: governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas. No Brasil, é o governo fundado na estrutura patriarcal. O oligarca diferencia-se do coronel pela escala política, já que sua ação é de âmbito geral, estadual, ao passo que a do coronel é particular. Oligarca, porém, é também coronel como qualquer outro; é representante dele e se mantém pela liderança, pelo autoritarismo e pelos favores que concede aos seus asilados. Tais favores não dependem só de seus bens pessoais, mas, aproveita-se das rendas e poder do Estado para uma política individual. É sempre fiel ao partido que representa (NASCIMENTO, 2008, p.89-90 apud CARONE, 1971, p. 153 – 269)

Os primeiros anos republicanos no Paraná se deu por meio de muitos conflitos internos, como: a revolução federalista, as guerrilhas do Contestado (o movimento sertanejo), as lutas pela definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina e o movimento paranista. A alternância de poder no comando político, a crise de mão de obra em relação a abolição do trabalho escravo, a decadência do Tropeirismo[12] , resulta numa grande crise econômica no Estado que herdava da Província o empobrecimento dos fazendeiros paranaenses.

> Após a diminuição considerável da atividade de mineração, em vista da escassez dos veios auríferos e da descoberta das Minas Gerais, Curitiba e região foram gradualmente se adaptando às novas atividades, como a criação e o comércio de gado, e a incipiente extração da erva-mate. Porém, o comércio de gado dependia muito de Minas Gerais e a crise desse mercado acabou de vez com a circulação de riquezas na região, afastando a cidade de Curitiba e arredores da rota comercial da época (DUDEQUE, 1995, p.116-117).

Segundo o Relatório, "*Se não fôra o valor que tem naturalmente tomado os campos pelo aumento da população os criadores de gado se achariam talvez na mais pobre classe da população"*. (PARANÁ,1860, p. 26)

O comércio pecuário paranaense entra em decadência, seja pela competição ao mercado pecuário mais avançado em São Paulo ou, pela queda da mineração em Minas Gerais e a construção de vias ferroviárias para o transporte dos produtos alimentícios do sul para a região centro-oeste, eliminando assim, a tropa de carga, as quais as fazendas criavam. Tal decadência, levou os descendentes dos grandes fazendeiros pecuários a emigrarem para as cidades.

> A fazenda, com as estruturas que sobre ela se criaram, não cumpria mais a função de integrar uma comunidade no conjunto nacional, e logo depois, nem a de manter as grandes famílias enobrecidas dentro do contexto social da

[12] Tropeirismo: A palavra tropeiro vem de tropa, numa referência aos homens que, em grupo, transportavam o gado de uma região para outra ou ainda, transportavam mercadorias, usando o gado como meio de transporte, na época do Brasil Colônia. A corrida da população pela exploração das minas com a descoberta do ouro e dos diamantes e a dedicação quase exclusiva pela procura de minerais, gerou uma grave crise de fome, nessas regiões, pois sonhavam com a riqueza mineral sem se preocupar com o cultivo de terra. Surgiu então um comércio, onde tanto eram transportados no lombo dos animais os produtos alimentícios. Vê-se a importância do tropeiro para o comércio e abastecimento das regiões mineradoras. Com as sesmarias sendo entregues, surgiram as estâncias que realizavam a criação de gado, de forma extensiva, utilizando como mão de obra os peões, que eram os comandados dos tropeiros ou índios egressos das missões. Viamão tornou-se um dos principais centros de comércio e formação das tropas com destino a São Paulo. No final do século XVIII, com a decadência das minas, deu-se um retraimento da procura de animais para corte e transporte, e concomitantemente o Tropeirismo perde a sua importância com a abertura da estrada de ferro. (SILVA, 2005, p.109).

> Província e do Estado. Forçosamente, portanto essa estrutura se desagregaria. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 154).

Obrigados a buscar rendas complementares ou outras rendas,

> [...]os filhos de fazendeiros de Ponta Grossa, Lapa e Palmeira, fixaram-se nos campos de Passo Fundo, Palmeira das Missões, Nonoái, Santa Maria e em grandes cidades como São Paulo, com outras profissões. [...] os mais felizes tinham feito de seus filhos doutores, oficiais, altos funcionários. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 154 – 155).

O processo de fragmentação das grandes oligarquias rurais do Paraná segue a passos rápidos, a dispersão do sistema coronelista, das comunidades apadrinhadas em torno das fazendas, e em seguida, da dispersão da própria família fazendeira é resultante de uma nova ordem social que ascende no Paraná (bem como no Brasil e no Mundo eclodiram). A velha classe aristocrática rural paranaense decai perante a nova classe: os trabalhadores imigrantes, frutos do sistema capitalista que emerge da classe em ascensão: a burguesia.

No início do século XX, com a decadência do mercado pastoril, a extração da erva-mate ganha relevância na economia paranaense e, respectivamente a produção do café. Seguida a abolição da escravidão no Brasil, a formação populacional paranaense[13] se transforma com as novas economias[14] e formas de divisão do trabalho, para suprir os postos de trabalho. No Paraná, assim como em todo o país, havia uma preocupação em como substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras, ocupando as “terras e espaços a ermos” no sertão brasileiro para solidificar a presença do brasileiro em todo território, equacionando as questões de fronteiras, como foi a tensa disputa de limites entre Santa Catarina e Paraná, e assim tornar o Estado uma nação branca:

---

[13] Vale aqui ressaltar a importância dos povos nativos encontrado no Paraná, os índios, classificados por MARTINS, 1930, p.27 como: os Tupís, os Crêns e os Gés, que foram mortos, expulsos ou aculturados como serviçais e até escravos da Coroa Portuguesa. Esta doou suas terras, por modos violentos, às pessoas da nobreza ou dos “amigos do rei”, normalmente pessoas influentes política e economicamente da Coroa. As sesmarias, dão origem ao sistema de grandes latifúndios de oligarquias familiares, no Paraná ao sistema agrário de grandes aristocratas.

[14] Os ciclos econômicos no Paraná foram: a mineração no litoral, a criação de gados e tropas nos campos e o café no norte pioneiro que exigiram uma formação populacional predominantemente agrária, formadas por colonos brasileiros, os poucos índios domesticados que restaram (principalmente depois do extermínio dos “selvagens boitocudos” pelo rei D. João VI já no Brasil Império) e africanos escravos para a manutenção da economia exportadora-agrária. As novas economias, diz respeito ao extrativismo da erva-mate e sua exportação que agregou novos trabalhadores imigrantes em detrimento a abolição do trabalho escravo no Brasil.

> [...] Era necessário substituir essa mão-de-obra escrava (o escravo), com vantagens. Por outro lado, as elites diretivas do Brasil pensavam numa forma de impedir que o país se tornasse a maior nação negra do planeta, tamanho era o número de africanos trazidos ao Brasil desde o século XVI. Era o problema do caiamento da população. Segundo essa elite precisou tornar o país majoritariamente branco e não africano. (WACHOWICZ, 2002, p.164)

A população negra era três vezes maior que a própria branca que a dominava e mantinha-os como escravos. Às vésperas da independência (1822), o tínhamos "[...] cerca de 1 milhão e 347 mil brancos e 3 milhões e 993 mil negros mestiços, entre escravos e livres, segundo Costa,1998, p.51. Em áreas específicas, os cativos eram maioria absoluta, assim, passa a ser discutida, nos círculos sociais da elite de então, a necessidade de se branquear o Brasil. "Houve um ideal de branqueamento que se aglutina ao liberalismo político e econômico dos representantes da elite cultural brasileira". (KREUTZ, 2000, p. 349)

Branquear um país que se emoldurou e se fez por meio do trabalho do negro nas lavouras, nas aberturas de terras, limpeza das áreas de plantação, construindo as casas, desde do senhor do engenhoso até as suas palhoças, desvela a contradição arbitrária da realidade capitalista. Antes, bens necessários para a construção da colônia, agora são despejados das suas casas senzalas, sem instrução, sem dominar a nossa língua, sem vestimentas e alimentos. Carregados de preconceito e sem trabalho.

Nada foi feito pelo Governo em dar assistência a estes negros sequestrados de suas terras natais. Pior ainda que o interesse se revela na falta de atitude, pois o projeto de embranquecimento da nação previa o extermínio desta raça/etnia pela falta de recursos, comida, saúde e trabalho. O que não esperava é que o negro, que foi caçado, ferido, chicoteado, humilhado, sobreviveu meses nos porões dos navios imundos, amarrados, para chegar ao Brasil, arrancados de suas famílias e sofrendo com o trabalho forçado na lavoura sem descanso, à troca de comida e esperança de viver a liberdade, resistisse.

Uma das formas adotadas para o *caiamento* da nação e resolver a "colonização baseada no trabalho, em minifúndios voltados à produção do alimento, suprindo a carência das cidades e substituir a mão de obra foi a imigração europeia", (Machado, 2005, p.165) como uma das estratégias da incursão do sistema capitalista no Estado. Vale ressaltar que os investimentos de capital estrangeiro foram resultantes de uma série de implantações tecnológicas na região, o progresso da tecnologia, como: as

estradas de ferro, as linhas de navegação, as maquinarias indispensáveis para a produção agrária e a energia elétrica para acioná-la, que estimularam a vinda dos imigrantes, que sonhavam com a terra futura como a terra prometida, fértil, lucrativa e de fácil negócio. O fim da escravidão era uma necessidade do ponto de vista do capital e, nesse cenário, a ideia de branqueamento ganha adeptos entre setores da elite: a entrada de imigrantes para substituir a mão de obra escravizada.

O território paranaense recebe seus primeiros imigrantes já no início do século XIX, incentivado pela iniciativa privada: russos, franceses, alemães, italianos, poloneses e ucranianos foram a maioria dos estrangeiros que se instalaram no interior paranaense e criaram suas vilas e escolas, as chamadas escolas de imigrantes, com organização própria da sua cultura e uso exclusivamente da sua língua materna.

O Paraná, assim como em todo o território brasileiro, não tinha uma estrutura de educação ou direcionamento de métodos ou recursos para a mesma nesta época, o que levou os imigrantes a criar suas próprias escolas, com professor e recursos próprios advindos da sua terra natal, seguindo os modelos que lá existiam e estavam consolidados.

Entretanto, nas vilas e colônias mais distantes e longe das rotas tropeiras, a educação era algo remoto, isolado e precário, isso quando havia alguma iniciativa própria, com os parcos recursos advindos do Império para manutenção das casas-escolas isoladas no Paraná.

Assim, veremos a situação do Paraná em relação à educação, contextualizando suas ações e medidas, regulamento e atos oficiais em contraposição a realidade concreta em que a situação da educação paranaense se encontrava no início do Período Republicano.

2.2 A EDUCAÇÃO NO INÍCIO DA REPÚBLICA NO PARANÁ

A desorganização, a improvisação e principalmente a inexistência de um sistema de ensino foi a situação como a República se deparou no Paraná, de modo a deparar com o seguinte quadro: um ensino primário ministrado, em grande parte, por professores leigos, sem escolas e mobiliários escolares apropriados; o método mútuo de ensino ineficiente; raras escolas normais destinadas à formação para o magistério; um ensino secundário caracterizado pela predominância de cursos avulsos e aulas régias, sem organização curricular de disciplinas e seriação; ensino superior reduzido a poucas faculdades isoladas somente na capital.

A República além de enfrentar uma simples deficiência quantitativa (falta de escolas, materiais, equipamentos, professores formados, ou ao menos professores) tinha que reorganizar a educação, seus métodos, suas escolas, seu sistema de ensino - o que era mais grave e mais difícil de ser criado. Tal era a situação real do Estado Paranaense, durante o Império:

> No final do Período provincial, a rede escolar pública e particular de ensino primário no Paraná contou com 199 escolas criadas, distribuídas por 130 localidades, a saber:) 180 escolas da rede pública (do governo), sendo: - 43 vagas (sem professores); - 123 públicas; - 1 escola reservada; b) Escola Normal, três cursos Mercantil e a Escola de Artes e Indústria. [...] Nos trinta e seis anos de Província, o Governo conseguiu expandir a rede escolar por mais 112 localidades sobre 18 existentes em 1853, totalizando 214 estabelecimentos entre escolas primárias, secundárias e profissionalizantes, públicas e particulares. (OLIVEIRA, 1994, p. 44).

É importante mencionar que, nesta época, as ditas escolas da rede pública, principalmente no interior paranaense eram as próprias casas dos professores, as denominadas casas-escolas, onde organizavam uma sala na sua casa, muitas vezes com mobiliário produzido pelo professor ou sua família, tendo os bancos e as mesas como troncos e tábuas de árvores. Na grande maioria destas escolas os professores eram leigos: normalmente um cidadão mais letrado e culto da região. Por ser um Estado com a maioria da população na região agrária, a realidade das escolas é mais precária ainda.

Na verdade, a presença do Estado era praticamente imperceptível nas vilas e lugarejos, pois a sociedade era dominada por uma sociedade escravagista e a educação era um direito, somente para uma minoria da população. Esta minoria era quem controlava o Estado e mantinha seus privilégios. Evidencia-se assim a contradição entre o governo imperial que transferia aos governos provincianos a responsabilidade em implantar a lei da instrução elementar para todos, “sem que fossem providenciadas as condições reais para a sua aplicação, pois não existiam escolas e poucos eram os professores preparados”. (NASCIMENTO, 2008, p. 79).

Logo no início do período republicano, o quadro geral de escolas existentes no Paraná pouco se avantajara da realidade provinciana:

> O quadro geral de escolas existentes, no Paraná, no início do período republicano, foi aquele proveniente da Província, com 199 estabelecimentos de ensino primário, 180 escolas públicas e 19 particulares. O nível secundário contava com o Ginásio Paranaense, a Escola Normal e o Curso Mercantil, embora os dois últimos profissionalizantes, não permitissem a continuidade de estudos no ensino superior. Havia também

> a Escola de Artes e Indústria, visando a formação artística e técnica, que não se enquadrava no ensino secundário. O quadro de escolas completava-se com as particulares de níveis primário e secundário No total, eram 130 localidades entre cidades, vilas, povoados e colônias que tinham escolas, embora o maior número se concentrasse em Curitiba e Paranaguá, a primeira por ser Capital e a segunda por ser o porto mais importante do Estado. (OLIVEIRA, 1985, p. 195).

Mesmo com as diferenças econômicas das regiões paranaenses (café e erva-mate, principalmente) e sua relação com a situação das escolas no Paraná a República chegou para criar nas pessoas, o sentimento de unir o povo na ideia de nação, na [...] criação de um Estado administrativo moderno, mobilizado e influenciador de cidadãos." (AZEVEDO, 1976, p.20). Concomitantemente a este desenvolvimento econômico houve também um aumento populacional com o desenvolvimento da política imigratória. A ideia de tornar o Paraná uma nação moderna era difundida por diversos setores nesse estado.

Neste período de mudanças paradigmáticas políticas, econômicas e sociais, aconteceu a expansão das escolas de primeiras letras que se apresentavam como meio para a divulgação das ideias e dos sentimentos de nação, civismo e moral positiva: nos preceitos de ordem e progresso, como aquela

> [...] que tens uns lemas, que lhe foram axiomas, de onde deveriam aplicações aos certos actos humanos: - o amor por punição, a ordem por base. O progresso por fim. Como sentimento próprio para ligar os homens entre si, o amor é um resultado, não de propensões cegas instinctivas, mesmo sumpathicas, [...] mas da educação e das necessidades humanas sociaes; (O Ensino, n.3, 1992, p. 275).

O relatório ressalta ainda que para um Estado evoluído era necessário formar pessoas *"[...] úteis ao lado de espíritos esclarecidos; educar intelectual e moralmente, preparar no indivíduo as condições necessárias a realizar, na Pátria, o lema de nossa bandeira: Ordem e Progresso."* (O Ensino, n.3, 1992, p. 275). Sendo assim, era possível observar no relatório da Inspetoria Geral da Educação do Paraná, relatado pelo Secretário Cesar Prietto Martinez, a forte veemência aos pensamentos liberais que influenciaram a educação paranaense[15] .

[15] Cunha assim sintetiza os principais teóricos do pensamento liberal que influenciaram a educação: John Locke (1632-1704); Jean Jacques Rousseau (1712-1778); François Marie Arouet Voltaire (1632 - 1778);Denis Diderot (1713 – 1784); Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marques de Condorcet (1743-1794); Louis-Michel Lepelletier de Saint-Fargeau (1760 – 1793). Mais recentemente, temos Horace Mann e John Dewey. (CUNHA, 1991, p. 35-44).

A partir da República, o ensino público elementar passa a ter caráter obrigatório em relação as crianças de 7 aos 14 anos, intensificando a criação de escolas em todo Estado, mesmo que apenas de aporte legal. Schena (2002, p. 31-32) comenta que

> [...] já nos primeiros anos da República as autoridades paranaenses enfatizavam a instrução do povo como sendo o padrão por onde se poderia medir o estágio de civilização de uma nação. A instrução representava a base estável da prosperidade pública. A educação foi percebida como fator contribuinte ao desenvolvimento e à modernização social.

Assim, a escola teve um papel de relevância no projeto de modernidade republicana que buscou a construção da nacionalidade brasileira, o desenvolvimento econômico e social, a ordem e o progresso.

2.3 A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO PARANÁ

O Paraná se formou entremeado à sociedade rural, num pensamento conservador de ideias e apadrinhador de pessoas. A classe em poder eram as famílias de oligarguia tradicional aristocrática e ruralista, e os colonos, peões, índios e africanos escravizados eram sustentados e regidos por tais chefes (coronéis, barões, viscondes) de família. Com a decadência desta sociedade, e concorrendo a isso a mudança do regime político do país e as suas ideias iluministas, que preconizavam que o

> [...] Obscurantismo e república são idéias que se repellem. A momarrchia tem por base a hereditariedade, a república firma-se no alicerce da eleição. Na monarchia o detentor do poder público poderá ser um pusillanime, um imbecil, se assim determinar a circunstancia do nascimento. Na democracia é o boletim do voto que entrega a sorte do paiz a quem em verdade merece distinção. (O Ensino, n. I, p. 35, 1924).

O Paraná com suas parcas representatividades republicanas que defendiam a educação como forma de progresso, atrasou a implantação de uma instrução pública mais organizada e representativa. As cidades que passaram a ter um perfil mais urbano, ainda sofriam dificuldades em relação à educação: escolas escassas e na maioria privadas, na casa do próprio professor, dificuldade no acesso, falta de incentivo na educação por parte dos gestores públicos e o número alarmante de analfabetos. "*Esses dados foram divulgados pelos jornais, a partir de informações contidas nos registros encontrados nos cartórios [...]"* (NASCIMENTO, 2008, p.118), devido ao grande número de pessoas que não conseguiam assinar o próprio nome no registro de casamento.

O projeto liberal dos republicanos dos "[...]Campos Gerais[16] foram criados os primeiros grupos escolares, tornando-se estes a principal bandeira de ação política para a consolidação do projeto da República". (NASCIMENTO, 2008, p.163),

A implantação dos grupos escolares no Paraná, se deu por inspiração do projeto de criação de grupos escolares paulistas. A desorganização educacional no Estado é verificada pelo Diretor de Instrução Pública Victor Ferreira do Amaral, em relatório:

> *Como director da Instrucção [...] tive ocasião de verificar a balburdia que reina geralmente não só em relação aos livros adoptados, como aos methodos e ensino seguidos pelos professores. [...] Uma das serias difficuldades para a installação das escolas nos bairros e colônias é a falta de casas apropriadas. [...] E' triste de ver- se, mesmo nos arredores da nossa capital, escolas installadas em casebres sujos, sem luz e sem ar, com grave prejuiso para a saude dos pequenos seres que as frequentam* (PARANÁ, 1905, p. 50-51).

Com a desorganização e a falha na gestão de uma educação voltada aos interesses do novo regime republicano: a consolidação do sistema positivista-iluminista na formação da classe burguesa e proletária no Paraná, os representantes políticos do Estado do Paraná realizam visitas técnicas e voltam deslumbrados com a organização dos grupos escolares em São Paulo: "*Uma inovação que convem ser instituída entre nós e que tão belos resultados tem dado no prospero Estado de S. Paulo, é a creação de grupos escolares, podendo-se logo iniciar estabelecendo um nesta capital."* (PARANÁ, 1902, p.38).

Os grupos escolares no Paraná surgem como uma proposta de progresso ao desenvolvimento do Estado, como modelo de São Paulo. O Presidente do Estado Xavier da Silva, em 1902, enaltece a implantação dos grupos escolares no Paraná, destacando o método intuitivo utilizado, a visão higienista e econômica pela concentração das escolas isoladas em grupos escolares.

> *Os grupos escolares tem provado bem. As suas vantagens sobre as escolas isoladas são intuitivas, sobresahindo entre ellas a da facilidade da fiscalização, que é constante, diária. Adoptemos tão útil e proveitosa instituição, primeiramente na capital, reunindo em um ou mais grupos, convenientemente distribuídos, as escolas aqui existentes, confiando a fiscalização de cada um delles á um diretor ou inspetor bem remunerado, com obrigações definidas em regulamento.Em vez de as escolas funccionarem em*

[16] Segundo NASCIMENTO, 2008, p. 15, Campos Gerais é uma região paranaense, localizada no centro-sul, que atualmente abrange: Arapoti, Campo Tenente, Candido de Abre, Castro, Ipiranga, Jaguariaíva, Ortigueira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Reserva, Balsa Nova, Campo Largo, Carambeí, Imbaú, Ivaí, Lapa, Palmeira, Palmeira, Ponta Grossa e Rio Negro.

> *casas diversas, que custem alto aluguel, passarão a funccionar em um si edifficio, que reúna todas as condições exigidas pela hygiene. E mais tarde, quando for possível, novos grupos se irão estabelecendo em outras localidades.* (PARANÁ, 1902, p. 5).

A implantação dos grupos escolares no Paraná teve alguns obstáculos, o primeiro deles foi a construção de prédios. O projeto previa a construção de prédios, com arquiteturas próprias que identificassem, além do poder estatal também toda a representatividade republicana. A aversão às escolas isoladas, foi o contraponto propagandístico para a implantação dos grupos. Tudo o que remetia às escolas isoladas, seus professores e suas instalações eram combatidas como “um mal a ser sanado”.

Portanto, para a consolidação deste projeto era importante que as construções dos seus prédios, fossem identificados como monumentos do saber, destacado em localização central nas cidades e vilarejos. Os grupos escolares eram “prédios grandes, arejados, bonitos, destinados à cumprir sua finalidade principal, a de ser escola, testemunham a valorização que o Estado dava ao ensino e serviam para que a população os admirasse.” (BUFFA , 2002, p. 32).

> A arquitetura escolar pública deveria propagar e divulgar uma imagem de estabilidade e nobreza das administrações, com edifícios evidentes, de fácil percepção e identificados como espaço do governo. Os grupos escolares deveriam ser construídos como verdadeiros templos do saber, permitindo aos republicanos romper com o passado imperial e projetar um novo futuro, no qual a República seria uma pátria de ordem e progresso. Foi por exigência imposta pelo Estado que foram criados os edifícios escolares, para propiciar as principais condições de produção do conhecimento e uso das escolas. Essa arquitetura exprimiu os ideais da República[...]. (DENCK, 2014, p. 28).

No Paraná, as indicações dos locais para a construção destes prédios, eram de cunho político, conforme apadrinhamentos regionais, interesses econômicos e eleitoreiros no local onde se efetivavam a construção. As cidades que recebiam as autorizações de construções dos prédios do denominado grupo escolar, eram consideradas como premiadas, honradas e colocadas à frente progressista, comparadas às demais cidades ou vilas. Sendo assim, as construções dos prédios dos grupos escolares, construídos com fins exclusivamente escolar iniciam no Estado. Primeiramente na capital Curitiba e, em seguida se espalhando pelo Estado.

Quadro 2 – Primeiros grupos escolares do Estado do Paraná – 1903 – 1920

Ano de Criação	Grupo Escolar	Cidade
1903	Grupo Escolar Xavier da Silva	Curitiba
1904	Grupo Escolar Vicente Machado	Castro
1906	Grupo Escolar Cruz Machado	Curitiba
1907	Grupo Escolar Jesuíno Marcondes	Palmeira
1908	Grupo Escolar Professor Cleto	Curitiba
1911	Grupo Escolar Izabel Branco	Jaguariaiva
1911	Grupo Escolar Professor Raposo	Jacarezinho
1911	Grupo Escolar Macedo Soares	Campo Largo
1911	Grupo Escolar Barão da Antonina	Antonina
1911	Grupo Escolar Dezenove de Dezembro	Curitiba
1912	Grupo Escolar Conselheiro Zacarias	Curitiba
1912	Grupo Escolar Presidente Pedrosa	Curitiba
1912	Grupo Escolar Dias da Rocha	Araucária
1912	Grupo Escolar Manoel Eufrásio	Deodoro (Piraquara)
1912	Grupo Escolar Professor Brandão	Curitiba
1912	Grupo Escolar Dr. Valle	Imbituva
1912	Grupo Escolar Visconde de Guarapuava	Guarapuava
1912	Grupo Escolar Professor Serapião	União da Vitória
1912	Grupo Escolar Barão de Capanema	Prudentópolis
1912	Grupo Escolar Silveira Motta	São José dos Pinhais
1912	Grupo Escolar Senador Correia	Ponta Grossa
1913	Grupo Escolar Barão do Rio Branco	Curitiba
1913	Grupo Escolar Telêmaco Borba	Tibagi
1914	Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos	Ipiranga

Fonte: CASTRO, 2010 citado por SCHRAN, 2014 p.78.

Como vemos, o primeiro prédio escolar construído na região dos Campos Gerais, no Paraná, foi o Grupo Escolar Vicente Machado, em 1904 que que remetiam à “[...] instituição responsável pela formação da sociedade e pela consolidação do regime republicano.” (NASCIMENTO, 2004, p. 31).

Figura 3 – Prédio do Grupo Escolar Vicente Machado

Fonte: Acervo gráfica Kluger, 2013.

Entretanto, no Paraná as diferenças regionais distanciaram o modelo paulista originário dos Grupos Escolares. As formas de produção, os processos da divisão do trabalho, a modelagem arraigada das oligarquias rurais foram determinantes para diversas dificuldades em implantar esta organização educacional pretendida no Estado Paranaense. A seriação, o ensino graduado por séries conforme idade e grau de dificuldade de ensino, não foi materializado na realidade paranaense, ponto fulcral que representava a divisão de trabalho no sistema capitalista. Segundo o modelo paulista, a racionalização do trabalho escolar refletia na nova ordem social do trabalho, se pautando por níveis de complexidade, dividindo os afazeres. O então secretário da Instrução Paranaense, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, em 1913, mostra sua decepção desvelando a realidade que os grupos escolares do Estado, não se organizaram pela seriação do ensino.

> *Para demonstrar o grave inconveniente de estarmos jungidos á formula estagnante de um programa legal, basta o facto de por não se querer contrariar o regulamento de 1901, não se terem ainda organizado, pela seriação do ensino, os grupos escolares não obstante possuirmos com esse nome casas onde funccionam duas, quatro e ate mais de quatro escolas, que, independentes sem a mínima relação entre si, naturalmente se fazem concurrencia e se perturbam, em vez de se combinarem e se auxiliarem*. (PARANÁ, 1913, p. 12).

Outro problema para a efetivação dos Grupos Escolares foi a falta de professores “normalistas” para exercer os cargos, tanto de professor quanto de direção escolar. A realidade mostrava a carência destes trabalhadores, principalmente no interior do Estado, pois poucos se dispunham a desbravar nas vilas e cidades distantes da capital e a consequência é que muitos destes Grupos Escolares, apenas reuniram as escolas isoladas, porém não tinham a estrutura necessária para a sua implantação, que deveriam ser seriados e com direção e secretários para a administração do estabelecimento.

A construção de prédios foi outro fator negativo. Eles deveriam ser altivos, limpos e arejados. Entretanto, como relata Reinaldo Machado, secretário da Instrução Pública, em 1905, no Relatório Oficial do Estado: “*É triste de ver-se, mesmo nos arredores da nossa capital, escolas installadas em casebres sujos, sem luz e sem ar, com grave prejuiso da saúde dos pequenos seres que as frequentam”. (PARANÁ, 1905, p.51).*

Pois para o mesmo, como cita no relatório acima, o Grupo Escolar

> *[...] não é a reunião de escolas em um único edifício, mas sim a sequencia methodica e systhematica do ensino [...]. cada vez mais aperfeiçoando em educação physica, intellectual e moral que lhe é fornecido gratuitamente pelo Estado, de maneira a sair do grupo (o aluno) armado para a lucta pela vida, e apto para ser um cidadão útil ao Paraná e à República.*

Mesmo com brados em defesa à República e a formação do cidadão, o Paraná ainda agonizava nas suas oligarquias rurais que se arraigavam nos valores dos grandes latifúndios, com escolas isoladas, precárias em materiais, mobílias e professores sem formação. Essa realidade se estendeu no início da República, principalmente no interior do Estado, onde a manufatura e a produção agrícola eram comandadas pelos poderes políticos locais dos grandes latifundiários.

A proposta de implantação dos Grupos Escolares no Paraná, como se viu, apresentou contradições. Contradições essas, legitimadas pela intencionalidade do Estado Liberal de proclamar uma educação progressivista ao povo, porém internamente entrelaçada aos interesses do Estado para uma educação popular conforme a demanda do mercado capital convir. Lenta e gradualmente tais ideologias foram se afirmando e os grupos escolares, em suas contradições, foram se naturalizando ideologicamente, como modelo de organização do trabalho capitalista.

Portanto, o terceiro e último capítulo visa analisar essas contradições, inseridas na vila interiorana de Ipiranga e no criado Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, numa contextualizada relação entre o particular grupo escolar e seus determinantes sociais, políticos e econômicos. O movimento do real buscar expressar a realidade dos aspectos da vida escolar do homem rural, distante das grandes inovações tecnológicas, dos grandes centros industriais e comerciais, entretanto já sendo visado pelo Estado para a consolidação do trabalho capitalista e seus preceitos ideológicos da racionalização do trabalho na vida agrícola e de pequenas manufaturas, como as ervateiras e serrarias, próprias da cultura extrativista.

CAPITULO 3
PROJETO REPUBLICANO DE EDUCAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE IPIRANGA-PR: O GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS

3.1 O MUNICÍPIO DE IPIRANGA E A INSTRUÇÃO PÚBLICA

O município de Ipiranga localiza-se no Estado do Paraná, situado no segundo planalto da região dos Campos Gerais, limitando-se ao norte com Tibagi, a oeste com Ivaí, ao sul com Imbituva e a leste com Ponta Grossa. Ipiranga, etimologicamente, é uma palavra de origem tupi que significa "rio vermelho", através da junção dos termos *'y'* (rio) e '*pyrang'* (vermelho)[17].

Conforme se relata no diário (não publicado) de Lauro Macedo sobre o diário do seu pai Alcides Ribeiro Macedo (morador de Ipiranga a partir de 1904, amigo de Joaquim Teixeira Duarte, professor e ex-prefeito):

> Ipiranga era uma vila, na entrada do mato [...] que segundo os anais, o primeiro prefeito foi Sr. Polidoro Manuel Fernandes quando a 5 de abril de 1890, foi criado o Distrito de Ipiranga, elevada à categoria de Município pela Lei nº 115, de 07 de dezembro de 1894, e sua sede municipal elevada à categoria de cidade, pela Lei nº 2.736. (MACEDO, 1987)

As primeiras referências quanto a Ipiranga constam do século XVIII e XIX, com relatos das expedições que adentravam o sertão da então província do Paraná, com o objetivo de desbravar: abrindo caminhos, amansando ou dizimando com as tribos indígenas (Kaingangs) hostis à presença dos brancos, mapear as terras principalmente ao longo do Rio Tibagi, manancial fértil para as culturas agrícolas e apossamento das terras pela Coroa Imperial com o intuito de povoar e disseminar o mando do Imperador, demarcando suas terras. As tomadas destas terras não foram simplesmente povoadas pelos homens brancos. Batalhas sangrentas, muitas mortes e extermínio de tribos inteiras caçadas pelos desbravadores ocorreram nas terras princesinas.

A primeira referência foi citada por Ermelino de Leão, presidente da Província do Paraná (1864 – 1865), de uma expedição comandada por Ângelo Pedroso, em 1756, sertanista descobridor e explorador de ribeiros auríferos e diamantes no Tibagi, percorrendo assim as futuras terras de Ipiranga. Tal expedição permitiu ao sargento-

[17] NAVARRO, E. A. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. 3 ed. São Paulo. Global. 2005. p. 42.

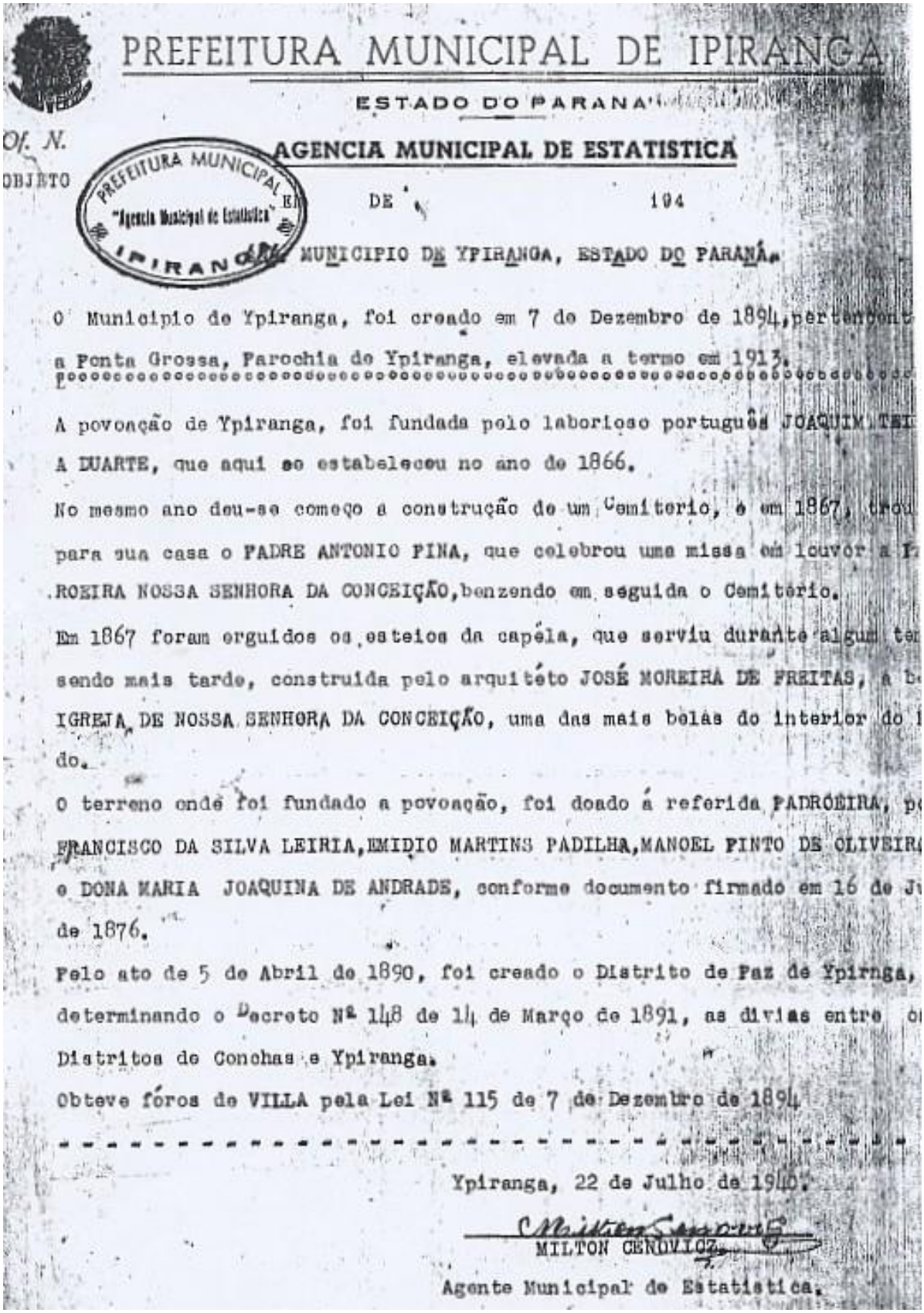
mor, Manoel Ângelo Figueira de Aguiar a desenhar um mapa entre os campos de Guarapuava e Tibagi, permeando os rios Iguaçu, Ivaí, Tibagi e Paranapanema.

Possivelmente outras expedições vieram, entretanto, as terras que viriam a pertencer a cidade de Ipiranga, serviam apenas de passagem e ermas aos cuidados da natureza selvagem.

A primeira expedição com o intuito de se apossar das terras e povoar Ipiranga foi no século XIX, aproximadamente em 1844, quando uma expedição saiu de Ponta Grossa, formada por Antonio da Silva, Bento da Silva Leiria, Henrique José Fernandes, Manuel Antunes Ribeiro, Generoso Pinto Leal Taques , Floriano Pais de Almeida, Ponciano da Rocha e José Santos Martins que guiados pelo índio Joaquim, ocuparam terras com o objetivo de se apossar das propriedades em vários lugarejos como: Quebra Cachorro (Pombal), Guarda Velha, Enxovia Velha e Lustosa, nessa ocasião, deram ao lugarejo a denominação de Guarda Velho.

Numa dessas expedições, em 1853, um português caolho e comerciante veio de Portugal e participou de uma expedição que saiu de Ponta Grossa ao lugar que seria mais tarde Ipiranga. Em 1866, esse português veio definitivamente residir iniciando o pequeno povoado de Ipiranga, montando seu comércio. Em homenagem ao lugar onde foi Proclamada a Independência do Brasil, deram nova denominação ao povoado: Ipiranga. Joaquim Teixeira Duarte foi considerado o fundador de Ipiranga, conforme consta no Ofício da Fundação do Município de Ipiranga:

Figura 4: Ofício da Fundação do Município de Ipiranga



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA

ESTADO DO PARANÁ

Of. N.

OBJETO

AGENCIA MUNICIPAL DE ESTATISTICA

PREFEITURA MUNICIPAL "Agencia Municipal de Estatistica" IPIRANGA

DE 194

MUNICIPIO DE YPIRANGA, ESTADO DO PARANÁ.

O Municipio de Ypiranga, foi creado em 7 de Dezembro de 1894, pertencent
a Ponta Grossa, Parochia de Ypiranga, elevada a termo em 1913.

A povoação de Ypiranga, foi fundada pelo laborioso português JOAQUIM TEI
A DUARTE, que aqui se estabeleceu no ano de 1866.

No mesmo ano deu-se começo a construção de um Cemiterio, e em 1867, trou
para sua casa o PADRE ANTONIO PINA, que celebrou uma missa em louvor a I
.ROEIRA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, benzendo em seguida o Cemitério.

Em 1867 foram erguidos os esteios da capéla, que serviu durante algum te
sendo mais tarde, construida pelo arquiteto JOSÉ MOREIRA DE FREITAS, a b
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, uma das mais belas do interior do
do.

O terreno onde foi fundado a povoação, foi doado á referida PADROEIRA, p
FRANCISCO DA SILVA LEIRIA, EMIDIO MARTINS PADILHA, MANOEL PINTO DE OLIVEIR
e DONA MARIA JOAQUINA DE ANDRADE, conforme documento firmado em 16 de J
de 1876.

Pelo ato de 5 de Abril de 1890, foi creado o Distrito de Paz de Ypirnga,
determinando o Decreto Nº 148 de 14 de Março de 1891, as divisas entre o
Distritos de Conchas e Ypiranga.

Obteve fóros de VILLA pela Lei Nº 115 de 7 de Dezembro de 1894

Ypiranga, 22 de Julho de 1940.

MILTON CENOVICZ

Agente Municipal de Estatistica.

Fonte: Este documento da Prefeitura Municipal de Ipiranga, de julho de 1940, foi encontrado na Biblioteca do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos, como cópia possui pouca qualidade de impressão e o documento original também encontra-se cortado.

A partir do início de povoação (1866),

> [...] com o estabelecimento de Joaquim Teixeira Duarte, tem início o povoado de Ipiranga, que em pouco tempo já possuía uma capela dedicada a Nossa Senhora da Imaculada Conceição e o cemitério. O primeiro padre que rezou missa no povoado de Ipiranga foi Antônio Pina (1867). (LAVALLE, 1996.p. 18).

Figura 5: Antiga Capela de Ipiranga

Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Ipiranga.

A história sobre a fundação de Ipiranga e da sua primeira missa foi aceita pela coletividade oral Ipiranguense e tem como fonte primária os registros retirados de uma coletânea intitulada: História do Paraná, de 1969, editada pela GRAFIPAR.

Entretanto, consta “como primeiros habitantes Joaquim Teixeira Duarte, Polidoro Manuel Fernades e Frederico Iensen”.

O processo de imigração tem, portanto as portas abertas a Ipiranga, no final desta década, em 1869, Martins (1939), cita a primeira leva de imigrantes que aumentou consideravelmente a população, contribuindo para a colonização, com

novas sementes e formas de cultivo das terras e, assim introduzindo as tecnologias agrícolas advindas da Europa.

> Seriam as de Taió, a 5 km, povoada com 519 imigrantes polacos, alemães e holandeses, Ivaí, nas proximidades do povoado de Bom Jardim, prolongando-se até as margens do rio Ivaí. Povoado com 3.132 imigrantes polacos, ucraínos, alguns alemães e nacionais, Bom Jardim, antigo povoado de nacionais tem aumentado com a localização de famílias italianas e polonesas, e São Roque, núcleo originado da colônia Ivaí. (LAVALLE, 1996.p. 18).

Entre os anos de 1871 a 1873, um jovem engenheiro inglês, Thomas Plantagenet Bigg – Wither, sob os interesses europeus de construir uma estrada de ferro que ligaria os Oceanos Atlântico e Pacífico, pelo Sul da América, atravessando parte do território paranaense para o escoamento de matérias-primas, relata tanto os dados tipográficos do relevo, quanto o uso e costumes dos povos que ali viviam. Sua passagem em Ipiranga, guarda a melhor documentação escrita mais antiga, graças ao acervo europeu que arquivou sua obra intitulada: Novo Caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná.

A então denominada expedição “Paraná and Mato Grosso Survey Expedition”, “cujo objetivo era fazer o levantamento pelo rio Ivaí, no Paraná e pelo Miranda, no Mato Grosso” (LAVALLE, 1996, p.14), assim relata ao adentrar na pequena povoação Ipiranguense, onde iriam acampar.

> [...] E entrar numa região de grandes florestas como até então não víramos. Nestas matas os pinheiros eram os ‘grandes monarcas’, os maiores que se vira no território paranaense, alguns com 160 pés de altura e circunferência proporcional.
> [...] Armaram as barracas nas margens de um riacho, tributário do Rio Bitumirim, o qual servia de demarcação de um dos lados da grande praça aberta. Essa vasta clareira, que servia de ponto de reunião da população local, tinha diversas casas pequenas no lado superior, oposto ao rancho. Uma dessas casas servia como venda de primeira classe e era propriedade de um português caolho, de nome Teixeira e de sua esposa.

Segundo descrição nesta obra, Bigg-Wither comprou e bebeu cerveja no comércio de Joaquim Teixeira Duarte e devido a escassa flora para a caça de suas refeições, como as ‘codornas e saracuras’, Teixeira, assim chamado pelos ingleses, serviu seus porcos, que estavam do outro lado da praça, para suprir as necessidades dos expedicionários. Outra curiosidade da expedição foi encontrar um monjolo de triturar milho que segundo descrição do Bigg-Wither, os ingleses acharam ser “umas das mais curiosas e primitivas máquinas inventadas para substituir o trabalho manual”. A expedição, contou com a amistosidade da população local, tornando-se populares

devido as grandes armas de fogo para a caça que traziam e equipamentos desconhecidos, como as selas e os utensílios usados nos animais.

Bigg Wither contradiz um relatório do inglês Mr. Loyd, que Ipiranga, em 1870, contava com uma população de 400 habitantes, pois segundo ele:

> A população de Ipiranga não está limitada aos habitantes das poucas casas situadas na praça central . destas praças saem muitas trilhas ou caminhos de mulas em todas as direções, mostrando assim que havia outras habitações por perto. Ninguém viajava , durante mais de uma hora, pelas trilhas numerosas e enredadas entre Ipiranga e Tibagi, sem encontrar, a cada 30 milhas, uma casa, fosse um rancho de sitiantes, ou então uma chácara com currais grandes e muitas dependências anexas, pertencentes a algum fazendeiro mais rico.

Ipiranga faz parte das cidades dos Campos Gerais, originada pelo desenvolvimento do movimento do Tropeirismo. O tropeirismo foi a atividade econômica que consolidou a dominação política e econômica dos grandes fazendeiros da pecuária que foram desbravando terras para pastagem da criação de gado.

Mesmo não tendo terras propícias para a pastagem, devido a tipologia do seu terreno e a mata fechada das araucárias, Ipiranga foi passagem dessas tropas e de grande importância para os próximos ciclos econômicos que vieram após a decadência do Tropeirismo: os ciclos da erva-mate e da madeira de pinho, atraindo coronéis, barões e empresários ambiciosos, assim como trabalhadores imigrantes para a extração destas plantações, abundantes no município.

A extração da erva-mate trouxe a Ipiranga uma nova forma de organização política. A divisão dos grupos sociais em Ipiranga, transitou do modelo escravista ao republicano, porém sem muitas mudanças para a organização do trabalho, de donos e escravos para patrões e empregados.

Assim como no Paraná, Ipiranga era dirigida por uma classe burguesa detentora da propriedade privada, de influência política com membros interligados por laços de sangue e compadrio.

O capitalismo em Ipiranga, ganha força e autoridade com o ciclo da erva-mate. Ermelino de Leão (1923), relata que foi tão impulsionador a Ipiranga tal atividade econômica que abriram estradas de rodagem que ligava Ipiranga – Ponta Grossa – Curitiba, ainda, que o Barão do Serro Azul[18], chegou a instalar um depósito de erva-

[18] Ildefonso Pereira Correia (1849-1894), o intitulado Barão do Serro Azul se destacou na história do Estado do Paraná ao ser considerado o maior exportador de erva-mate da região e o maior produtor do mundo.

mate em Ipiranga para suas fábricas de engenho ervateiras em Curitiba. O Deputado Hildebrando Araújo, representante do povo de Ipiranga, político e comerciante, foi outro nome de destaque dos grandes comerciantes na recém-criada cidade, tinha um engenho ervateiro em Curitiba e exportava sua matéria-prima aos países sul-americanos. Hildebrando de Araújo e João Rodrigues de Freitas, foram considerados os dois coronéis de Ipiranga, como eram chamados o novo homem ambicioso, fluente e gerador de capital – o burguês. Ambos foram líderes de partido político e atraindo ao novo município trabalhadores imigrantes, com novas tecnologias, como a luz elétrica em 1919, um cinema com gerador de energia (1918), estradas de rodagem e, a construção do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (1914).

Mesmo sendo um município essencialmente agrícola, no interior do Estado, seus condicionamentos prósperos de economia agrária com manufaturas de extrativismo, despertaram os interesses capitalistas de ideário republicano, prova disso, foi a instalação de um grupo escolar na primeira década do século XX.

A influência do pensamento positivista e sua ideia de progresso veio de um jovem grupo que liderou a sociedade Ipiranguense, política, econômica e culturalmente.

> [...] O positivismo exalta a ciência e a técnica, a ordem burguesa da sociedade e seus mitos [...], nutre-se de mentalidade laica e valoriza os saberes experimentais: é a ideologia de uma classe produtiva na época do seu triunfo, que sanciona seu domínio e fortalece sua visão do mundo. O socialismo é a posição teórica [...] da classe antagonista, que remete aos valores “negados” pela ideologia burguesa (a solidariedade e a igualdade, a participação popular no governo da sociedade) e delineia estratégias de conquista do poder que insistem sobre as contradições insanáveis da sociedade burguesa (principalmente entre capital e trabalho), delineando uma sociedade “sem classes”. (CAMBI, 1999, p.466)

Tal grupo se destacou nos principais cargos políticos e de negócios e marcou definitivamente a entrada da República, do ideário liberalista e positivista na sociedade Ipiranguense.

A retomada histórica de Ipiranga até aqui, é importante para mostrar o contexto em que estava inserida para a sua criação enquanto município e todo o processo de republicanismo e o ideário de educação para o povo Ipiranguense.

3.2 A INFLUÊNCIA DA MAÇONARIA NA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA EM IPIRANGA: O PENSAMENTO POSITIVISTA

A presente pesquisa buscava encontrar as principais influências na construção de um projeto de implantação do ensino público na pequena cidade de Ipiranga, pois aqui ainda não haviam estradas, automóveis, linha férrea, luz elétrica e, o processo de imigração ainda era distante para a composição da população Ipiranguense (o que poderia justificar uma escola pública voltada a cultura dos imigrantes). Também a igreja católica não tinha um vigário morador na cidade, que eventualmente rezava missas na capela da cidade.

Então, a problemática se instaura: Se não fora a influência costumaz da igreja, dos imigrantes ou do próprio processo de modernização da cidade, qual seria o grupo influenciador em trazer a necessidade de educação pública ao povo do pequeno vilarejo de Ipiranga? Para responder tal questão, voltamos a história da Grande Loja de Ipiranga.

Como relatado anteriormente, o português-fundador de Ipiranga, Joaquim Teixeira Duarte possuía uma Loja de 1ª Classe[19], onde atualmente situa-se no estacionamento coberto do Supermercado Blum, e seu galpão de depósito do outro lado da rua, hoje o novo prédio do Colégio Estadual Dr.Claudino dos Santos.

[19] A Loja de 1ª Classe ou a Casa Grande em Ipiranga, vendia uma grande variedade de produtos alimentícios a granel, para os municípios circunvizinhos, para fazendeiros, para agricultores e adiantava mercadorias, como uma Bolsa de Futuro, aos criadores de porcos, como garantia de “um fio de bigode”. A casa da Loja, comprida, baixa e larga, corria à direita da rua que abeirava a clareira, tendo aproximadamente, 50m x 30m, com uma área útil de 1.500 m^2 (MACEDO, 1897).

Figura 6: Vista parcial de Ipiranga

Fonte: Acervo particular: Ubiratan Cenovicz.Taques Ano: 1919.
Nota: Vista parcial de Ipiranga, da vista lateral de baixo para cima: depósito e a Grande Loja na esquina com pessoas na frente. Rua João Ribeiro da Fonseca cruzamento com a Rua Teixeira Duarte. Acima temos a vista lateral do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos e do Teatro Dolores, ano de 1919.

Já idoso e sem herdeiros homens, Joaquim Teixeira Duarte passa a sua venda de primeira classe para o sírio Nicolau Farah que teve como gerente um jovem auspicioso empreendedor: Hildebrando de Araújo.

Em 1901, nesta Grande Loja de Primeira Venda, na pequena cidade de Ipiranga, um grupo que liderava a sociedade ipiranguense política, econômica e culturalmente, fundou a Loja Maçônica: Clemência e Perseverança, ou então chamado pelos seus partícipes de " O cenáculo".

> Nesta loja, "abrigava o 'cenáculo', numa extremidade do balcão com mesas e cadeiras [...]. No cenáculo da loja nasceu a maçonaria. Discutiam temas anticlericais e analisavam V. Hugo, Rui Barbosa, Eça, Junqueiro, assimilando os seus agnosticismos. A Revolução Francesa, não obstante, ainda era sintetizada e o Postivismo estava em plena voga para eles. Fazia pouco a República naquele período [...]". Lauro Macedo.

Figura 7: Ata de Fundação da Maçonaria de Ipiranga

Loja Clemência e Perseverança nº 0.752

Ypiranga – PR.

Nova loja. - Conforme tinhamos noticiado, vem de se fundar, na villa Ipyranga, (dia 1º de junho de 1901), mais um templo da nos.´. sub.´. Ord.´.. Estiveram presentes, idos de Ponta Grossa, os nos.´. Il.´. IIr.´. Fernandes Ribas França, Manoel de Araujo Vianna, Manoel Pinheiro e Procidino Cunha, comparecendo tambem o resp.´. José Moreira, que ali então se achava, formando, com os II.´. residentes naquella localidade, uma casa com 19 pessoas. Fallaram por essa occasião os IIr.´. José Moreira e Manoel de Araujo Vianna, cujo discurso hoje publicamos. (Obs.: não publicaram o aludido discurso.)
O nome que recebeu a nova loja foi o de - Clemencia e Perseverança, - e a Administração interina ficou assim constituida:

Ven.´. - Aristides Padilha
1º Vig.´. - Ernesto Bahls
2º Vig.´. - Clarimundo Moreira
Orad.´. - Paulo Godoy
Secr.´. - Isaias Regis de Miranda
Thez.´. - Olegario Caldeira

(Jerusalem de 13/06/1901 pág. 4.)
A Carta Constitutiva foi emitida dia 1º de agosto de 1901 (Bol 06 a 09/1.901 pág. 220.) e a Regularização deu-se no dia 26/10/1901 (Atas nº4 pág. 57 Loja 0.555.)
Dia 26 de fevereiro de 1903 é aprovado o regulamento particular da Loja (Bol GOB, 02/1903 pág. 888).

"Regularis.´. da aug.´. e resp.´. loj.´. "Clemencia e Perseverança" ao ori.´. de ipyranga. - Efetuou-se a 26 de Outubro (de 1901), a regularisação d'esta Aug.´. e Resp.´. Loj.´..

As 7 1/2 horas da noite achava-se o edificio elegantemente decorado e illuminado a giorno. Estando presente numero sufficiente de II.´. foi aberta a sessão pelo Resp.´. Irm.´. Ven.´. Int.´. Aristides Padilha que mandou dar ingresso, com as formalidades do Rit.´. a illustre commissão regular.´. composta dos PP.´. IIr.´. Fernandes Ribas França, Manoel de Araujo Vianna e Henrique Tiellien, tomando estes a direcção dos trabalhos; em seguida tiveram ingresso os Irm.´. visitantes e representações de diversas LLoj.´.
Depois de inaugurada a nova Loj.´. assumiu novamente a presidência o Resp.´. Ir.´. Aristides Padilha, o qual nomeou uma commissão para fazer entrar no Templo as exmas familias - elite da sociedade Ipyranguense, - sendo convidada pelo Irm.´. Ven.´. uma das exmas. sras. presentes para fazer circular o Troco de Benf.´., dando em seguida a palavra ao Orad.´. da Loj.´. que leu um bem fundado discurso dissertando sobre a instituição maçonica, saudando a illustre commissão reg.´., aos IIr.´. visitantes e as exmas. familias, sendo ao terminar, muito applaudido. Usaram mais da palavra os Resp.´. Ir.´. Julio Sido, Manoel Vianna e Izaias Miranda, representantes da Aug.´. e RResp.´. LLoj.´. Estrella de Imbituva, Amor e Caridade 2ª Oriente de P. Grossa, Cardoso Junior, ao Ori.´. de Deodoro e Fraternidade Cast. ao Ori.´. de Castro, sendo cada um por sua vez alvo de enthusiasticos e calorosos applausos.
Fez-se igualmente representar a Aug.´. e Resp.´. Loj.´."Fé e Trabalho", ao Ori.´. do Rio Negro, pelo Ir.´. Paulo Godoy.
O Ir.´. Ven.´. externou em poucas palavras o sentimento de gratidão aos PPod.´. IIr.´. da commissão regularizadora, aos IIr.´. representantes das diverssas LLoj.´. e as exmas. familias em nome da Loj.´. Clemencia e Perseverança.
Findas as cerimonias do acto foi offerecido um profuso copo dágua as pessoas presentes, seguindo-se d'ali para o Club Litterario Ipyranguense onde animada soirée prolongou-se até as 3 horas da manhã. Assim passou-se a festa da regularização da Aug.´. e Resp.´. Loj.´. Clemencia e Perseverança, deixando grata impressão nos corações das pessoas que a ella assistiram.
(O "Jerusalem", Ano IV, nº 88, dia 05/12/1901, pág. 4)

LIBERDADE, Igualdade e Fraternidade
Secret.·. da Aug.·. e Resp.·. Loj.·. Cap.·.
"CLEMENCIA e PERCEVERANÇA" do Rit.·. Esc.·. ao Or.·. do Ypiranga,

Em 1912, já encontramos este Timbre em seus papeis.

Decreto nº 619, de 26/05/1919, galardoa a Loja com o Título de Benemérita da Ordem (Bol GOB 1919 pág. 416.

Esteve ativa até final de 1923, o que confirmamos em correspondências emitidas.

Fundadores.
Participaram desta Loja que conseguimos confirmar.

Transcrito da Coleção "A Maçonaria no Paraná" - vol 1 pág. 313 a 315.

Participantes da Loja Clemência e Perseverança nº 0.752 - Confirmados.

Albino Koenig
Alcebiades Rocha
Alcides Ribeiro de Macedo
Alexandrino P. do Amaral
Angelo Guarnery
Antonio Constantino de Oliveira
Aristides Padilha
Arthur B. Peixoto
Arthur Ferreira Pupo
Augusto Frederico Bahls
Bento José de Quadros
Bernardo Apetz
Candido Antunes de Oliveira
Clarimundo Gonçalves Moreira
Constantino Mosca
Diogo Caetano Pinheiro
Edmundo Alberto Mercer
Emilio Wagnitz
Ermelino Bahls
Ernesto Ignacio de Camargo
Ernesto Martinho Bahls
Estanislau Cenovicz
Eurides Bahls
Gabriel Luiz P. de Mattos
Gumercindo Ferreira
Gustavo de Quadros
Hildebrando Cesar de Souza Araujo
Ildeffonso Correia de Castilho
Isaias Regis de Miranda
João A. Araujo
João Angelo Garabelly
João Baptista Garabelli
João Dias da Rocha
João Gonçalves de Araujo
João Pedro da Rocha
João Pereira Cardoso Thompson
João Puglia Netto
João Ranulpho da Fonseca
João Raymundo Cominesi
João Ribeiro de Freitas
João Stremberg
Joaquim de Araujo Maia
Joaquim Domingos Teixeira
Joaquim F. Duarte
Joaquim Taborda Ribas
Jorge Milhelm Nasser
José Alvim de Messias
José Antonio Gonçalves Junior
José Garabelli
José Moreira de Freitas
José Volpi
Julio Reginaldo de Miranda
Luiz Barbosa de Sá Bitencourt
Maximiano Gomes da Silveira
Miguel Sabbaga
Nabor Bento de Souza Lobo
Nazareno Pioli
Olegario Caldeira
Paulo de Godoy
Pedro Valentim Calderari
Peregrino Cyro de Almeida
Sergio Pulo Ferreira
Signorini Giovani
Signorini Paschoal
Themistocles Rocha
Virgilio Requião

Fonte: MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Ata de Fundação da Maçonaria de Ipiranga**. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0752_obreiros.htm. Acesso em 15 out. 2020.

A esse grupo, Alcides Ribeiro Macedo, denominou de “Varões de Plutarco”[20]. O apelido dado a esses homens formadores da elite burguesa de Ipiranga, se cunhou com orgulho e um sentimento de patriotismo, eram: professores, prefeito, fazendeiros, coletor federal e estadual, farmacêutico e comerciantes de erva-mate que se destacavam na organização dos seus interesses, comungando com os ideais progressistas da época. Segundo o diário de Alcides Ribeiro Macedo, relata:

> A sociedade eclética assim possuía comerciantes, políticos, lavradores, funcionários públicos, reunindo-se às tardes e às noites, no cenáculo onde discutiam, especulavam questões sérias e importantes, no tempo possível de suas horas vagas, deleitosas e amenas. Havia o jogo do gamão, para ali trazidos pelos bondosos sírios que vieram enriquecer nossa etnia. O principal deles o Sr. Nicolau Farat era o proprietário da famosa Loja. [...] O chefe indiscutível dos dois grupos – dos velhos e dos novos, foi Hildebrando de Araujo. [...] A influência que recebiam eram dos jornais, pois pelo menos três ou quatro grandes periódicos do país ali chegavam, duas vezes por semana, sendo recolhidos e lidos sofregamente. Livros apareciam a mancheias e nunca faltou leitura aos cultores, comentadores e recitadores das poesias em voga de Castro Alves e Bilac. (MACEDO, 1953 -1958).

A influência da maçonaria na educação brasileira, ainda é um assunto pouco explorado nas pesquisas científicas de história da educação. Mas foi bem influente na construção do ideário republicano brasileiro e seu projeto de educação, no início do século XX, principalmente em Ipiranga.

Tornou-se um grupo atuante em todas as esferas da sociedade da recém-criada cidade, conforme demonstra Barata (1999, p.37), o desejo de usufruir do auxílio mútuo praticado pela ordem, a percepção da maçonaria como um espaço de convívio e mobilidades sociais e o entendimento do espaço maçônico como escola de virtudes, de debate de ideias e de aprendizado do viver em coletividade, eram as principais razões que levavam os homens a ingressarem na maçonaria. Ser maçom, para certos setores da sociedade, significava uma forma de influir, de participar da estruturação do Estado Brasileiro.

A maçonaria, como uma instituição filosófica e filantrópica de forma discreta, privada e de caráter secreto, foi uma das mais expressivas formas de organização política oposicionista ao absolutismo real e ao poder clerical, no Brasil no final do

[20] Plutarco foi um filósofo e prosador grego que escreveu cerca de 200 livros. Deles, o mais conhecido é "Vidas paralelas", em que compilou biografias de gregos e romanos ilustres. As biografias eram escritas aos pares, de modo a estabelecer comparações: Teseu e Rômulo, Licurgo e Numa, Demóstenes e Cícero, assim por diante. Desta obra é que se originou o termo "varão de Plutarco", o qual se aplica ao homem probo, cheio de serviços à pátria, e por isso comparável aos gregos e romanos biografados por Plutarco. (PLUTARCO, 2019, p.573).

século XIX. A atuação política de maçons e da maçonaria foi fundamental na constituição, divulgação e implantação do ideário do Positivismo e Liberalismo.

Neste momento em que se constituiu a maçonaria em Ipiranga, havia no município apenas três escolas que funcionavam nas chamadas escolas-casas: duas eram localizadas na cidade e a outra no distrito de Enxovia Velha (atualmente em Bom Jardim do Sul, município de Ivaí). Conforme consta no Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução pública, Bento José Lamenha Lins, de 31 de dezembro de 1905, sobre o quadro de professores da época:

> *Professor Serafim Pinto da Silva, professor efetivo de 1ª Classe do Município de Ipyranga, com sede da cadeira na Villa, detentor de uma cadeira masculina, com data de nomeação de 27 de janeiro de 1898, recebendo vencimentos annuaes, bem como quantias para aluguel de casa escolar.*

O professor Serafim Pinto da Silva foi provavelmente o primeiro professor da educação pública da história de Ipiranga. A escola pública na sede, do sexo feminino, era regida pela professora Valdivia Munhoz Gonçalves. Com a transferência do professor Serafim a Tibagi, em 1905, a cadeira masculina ficou vaga. Em 1904, Alcides Ribeiro Macedo, fundou uma escola particular do sexo masculino, cobrindo a lacuna do professor alfabetizador para os meninos. Somente em 1910, um professor normalista assumiu a cadeira masculina das primeiras letras, do ensino público em Ipiranga, o jovem Sr. João Dias da Costa. Permanecendo, portanto, as duas escolas para meninos, uma particular e outra pública, até 1921.

Ao analisar os membros da maçonaria em Ipiranga, nota-se que todos os professores acima citados, com exceção da mulher professora, fizeram parte do Grupo da Maçonaria da Loja: Clemência e Perseverança, conforme a ata acima. A Maçonaria tinha um posicionamento forte em relação à educação e seu processo de escolarização da instrução pública elementar, com fundamentos da laicidade e gratuidade às classes menos favorecidas e, ressaltava a importância da qualificação do professor público no domínio do conhecimento positivado, como é apresentado no primeiro número do Boletim do Grande Oriente do Brazil:

> *Não exigirá a civilisação moderna, com os mesmos direitos que tinha a antiguidade para os membros privilegiados da sociedade, uma educação nacional e livre, que não pode ser dada, senão gratuita? O privilégio nos campos da inteligência parece ser o maior obstáculo que se oppõe ao desenvolvimento dos destinos da sociedade e uma causa poderosa da ignorância dos espíritos o da inferioridade moral das classes menos*

> *abastadas. A necessidade de conhecerse a fonte, onde foi bebida a instrucção e os meios empregados para obtê-lo, a chancelaria de um estabelecimento publico ou approvado pela administração, como um privilégio para a admissão nas universidades ou academias, a negligência dos juizes sobre as habilitações dos professores públicos, cuja unica direcção deve ser confiado o ensino, a imposição da acquisição dos conhecimentos acessórios em diversos ramos de estudo, todas estas distincções devem desapparecer para que a instrucção torne-se possível e fácil. A propagação da instrucção pelo povo é uma idéia que a Inst.'. Mac.'., que abraça a causa da humanidade, deve sempre sustentar e executar, com o intuito de auxiliar a administração da sociedade na realisação de medidas, de que depende o seu progresso"*.(BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRAZIL,1871, p. 11).

Na sociedade capitalista, as ideologias que perpassavam pelos grupos, como os maçônicos, advinham do fato desses sujeitos no coletivo, pensarem a sua realidade conforme a sua posição, enquanto pertencimento de uma classe e a sua relação com as demais classes sociais, próprias de uma sociedade dividida em classes. A burguesia e o proletariado, são as duas classes contraditórias do capitalismo, entretanto, vale lembrar também que existem sujeitos que não são donos dos meios de produção, porém, possuem condições privilegiadas na sociedade capitalista quando comparados aos proletários e, por isso, são diretamente influenciados pela ideologia liberal dominante. Ipiranga, tem como exemplo os políticos, professores, artistas e pequenos comerciantes que coexistiam aos interesses dos donos da produção ervateira, no seu auge do ciclo do ouro verde. Esse grupo, mesmo não heterogêneo burguês, servia aos interesses da classe burguesa em ascensão e seus princípios liberais. A maçonaria em Ipiranga em comunhão a esses interesses, foi o grupo consolidador do pensamento republicano e liberalista em Ipiranga, no início do século XX.

3.3 A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS

A história de uma determinada instituição escolar se faz dentro de um contexto que provocou a sua criação. Na década de 10, Ipiranga ainda estava ressignificando sua atuação econômica com a produção extrativista da erva-mate, a época da ascendência do "ouro verde". Concomitantemente, o país ainda buscava a consolidação do regime republicano, em meio a tantas disputas e instabilidades do poder do governo, o Paraná travou uma das suas mais importantes batalhas: a Revolução Federalista e em seguida, a Guerra do Contestado que travaram embates sobre limites geográficos e da formação de uma nova nação.

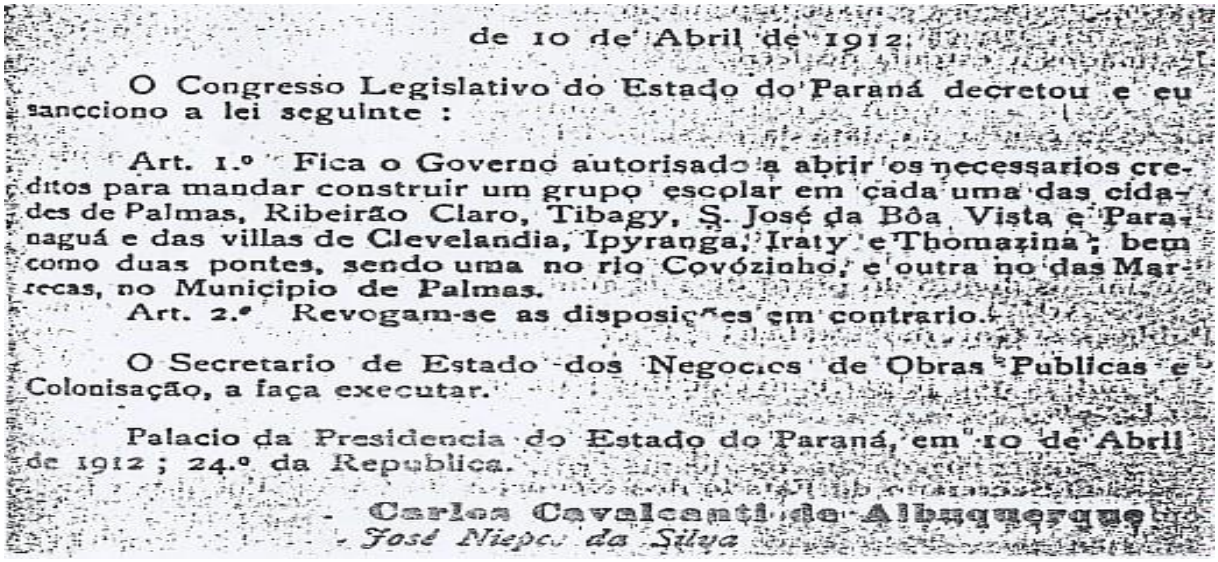
Portanto, a presença do Estado era importante em qualquer terra, povoado, civilização e município para reconhecer e legitimar seu poder. As ideias positivistas de “ordem e progresso”, fortalecia também a ideia de pertencimento e patriotismo dentro de uma determinada “harmonia” da sociedade para bem evoluir e progredir.

O grupo maçom foi muito importante para a propagação da consolidação da República em Ipiranga, na sua formação de povo patriota, com valores cívicos e no “Culto das Ciências” para difusão dos valores burgueses. Fez viagens em comitiva a Curitiba, com o intuito de trazer a Ipiranga o progresso, por meio de benfeitorias de melhorias públicas e construções de prédios, como o Fórum e o Grupo Escolar para a cidade.

Sendo assim em 1912, o governo estadual de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, decretou a construção de prédios para que abrigassem os Grupos Escolares em diversas cidades do interior paranaense. A Lei nº 1.178, de 10 de abril de 1912, se deparava com a difícil realidade dos espaços escolares, muitas vezes impróprio para lecionar e abrigar as crianças, com falta de higiene e, principalmente que fosse um espaço próprio que separasse as casas da escola.

> A partir desses pressupostos compreende-se a ação do governo Carlos Cavalcanti, que fez um projeto para a construção de Casas Escolares em vários municípios sendo que, um dos beneficiados foi Ipiranga. Em 1912, com a alta produção e venda da erva-mate, foi possível obter verbas para iniciar as obras do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos. LAVALLE, 1996, p. 49.

Figura 8: A Lei nº 1178 do Congresso Legislativo Estadual de 10 de abril de 1912, decretou a construção do Grupo Escolar do Ipyranga



de 10 de Abril de 1912.

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sancciono a lei seguinte :

Art. 1.º Fica o Governo autorisado a abrir os necessarios creditos para mandar construir um grupo escolar em cada uma das cidades de Palmas, Ribeirão Claro, Tibagy, S. José da Bôa Vista e Paranaguá e das villas de Clevelandia, Ipyranga, Iraty e Thomazina; bem como duas pontes, sendo uma no rio Covózinho, e outra no das Marrecas, no Municipio de Palmas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, a faça executar.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 10 de Abril de 1912 ; 24.º da Republica.

Carlos Cavalcanti de Albuquerque
José Nieper da Silva

Fonte: Arquivo Público do Paraná, 1913

A construção do prédio do Grupo Escolar foi uma conquista importante para Ipiranga e, principalmente ao grupo politico da época dos maçônicos, sob forte liderança do prefeito João Ribeiro da Fonseca e o influente, Hildebrando de Araujo (impulsionando mais tarde seu pleito como deputado estadual). “A imponência do prédio, assim como sua localização na rua principal, não apenas foram elementos importantes na época de sua construção, mas mantiveram-se marcantes por toda a existência como prédio escolar do Grupo Claudino”. (DENCK, 2014, p.26) Como disse Cesário Motta Júnior, secretário dos negócios do interior do estado de São Paulo em 1895, “sem bons prédios é impossível fazer boas escolas”. (BUFFA, 2002, p. 31). Conforme consta no Livro do Tombo 113-II, Processo Número 02/91:

> Data de 1914 a inauguração do Grupo Escolar, obedecendo a um projeto que teve, no Estado, mais dois outros exemplares: um em Tibagi e outro em Palmeira. Construído em alvenaria de tijolo, possui um pavimento soerguido sobre porão alto. É uma edificação de pavimento único com um partido arquitetônico simétrico, destacando-se no eixo central um majestoso pórtico de entrada valorizado pela escadaria de acesso e pelo frontão, neobarroco, coroado por pináculos. Em ambos os lados há uma sequência cadenciada de janelões arrematados por vergas em arco abatido.

Figura 9 - Construção do Grupo Escolar Dr. Claudino do Santos em 1913.

Acervo: Maria Odete Souza Blum. Autor: desconhecido.

O Grupo Escolar primeiramente denominado: Grupo Escolar do Ipyranga, foi construído por Matias Bianco, um empreiteiro da cidade vizinha de Imbituva, entre os anos de 1913 e 1914. Situado a Rua João Ribeiro da Fonseca, nº. 74, ao lado da praça central:

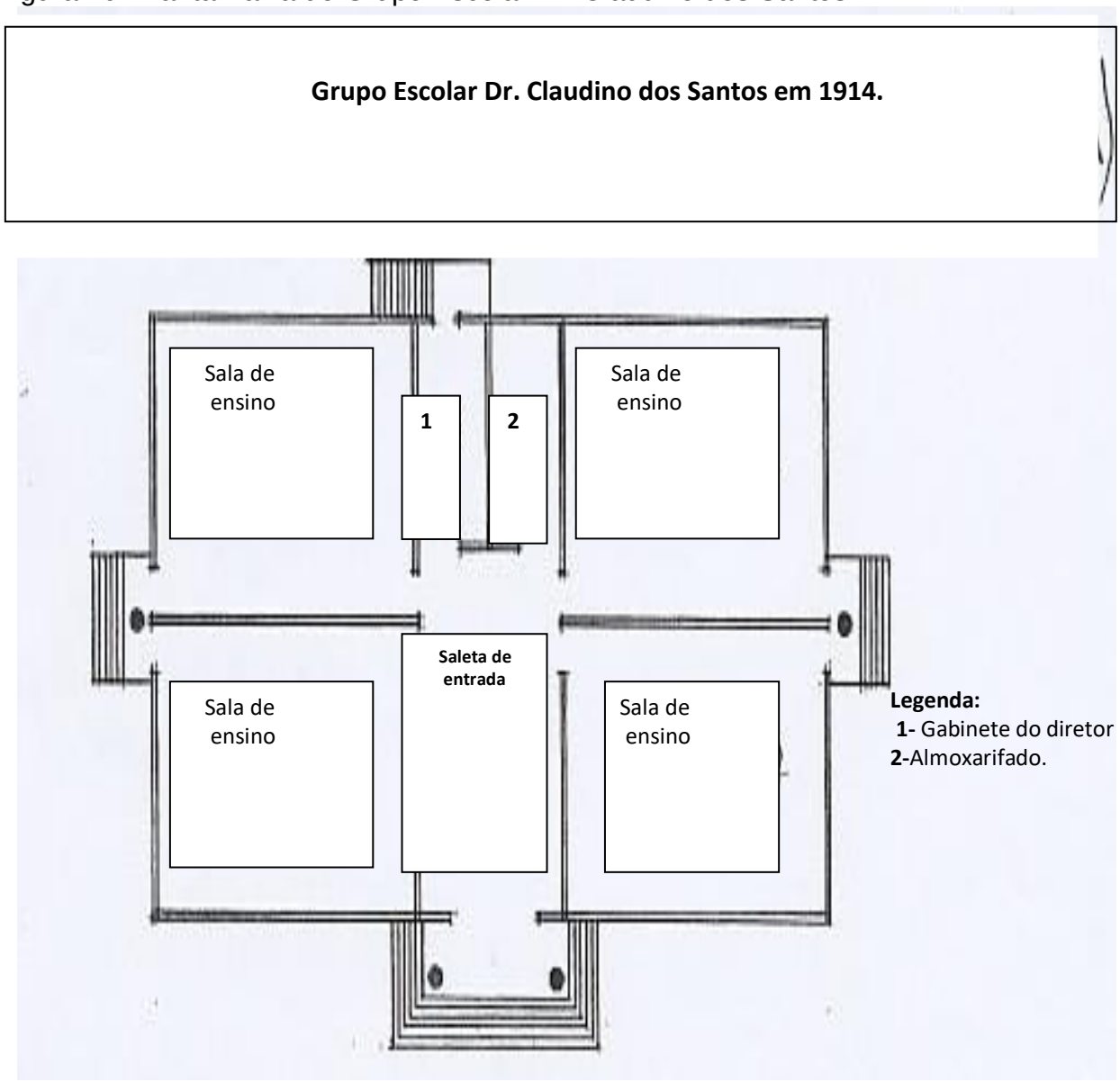
> *Mediante concorrencia aberta por duas vêses, foi contratada em 5 de junho (1913), com o Snr. André Petrelli a construção de uma casa escolar em Ipyranga, do mesmo tipo da casa escolar de Tibagi, sendo em 30 de outubro transferido esse contrato para o Snr. Mathias Bianco. A quantia pela qual foi contratada a obra, sem incluir instalações sanitárias, terraplanagem e acréscimos havidos, é de 40:250$000, que o praso para a conclusão dos trabalhos é de um ano. Em virtude da imperfeição do terreno foram feitos acréscimos nos alicerces, resultando dai um aumento de I:728$708, no custo estipulado no contrato. Durante o ano foi a paga primeira prestação no valor de 10:062$120, bem como os trabalhos acrescidos, perfazendo o total dispendido até esta data em 11:791$208. (Relatório Da Secretaria da Instrução Pública, 1913, pg. 103).*

O projeto arquitetônico seguia os padrões neoclássicos e suas salas foram organizadas para a divisão dos alunos por sexo. A escadaria principal, localizada na entrada do grupo, era destinada somente para a entrada dos professores e funcionários do Grupo. Os alunos deveriam entrar pelas entradas lateriais, confome suas salas de aulas. As duas salas de aula eram localizadas à direita e mais outras duas à esquerda. Entrando pela parte principal, há um grande espaço de recepção e aos fundos localizavam-se o gabinete do diretor e o almoxarifado, ou seja, totalmente adequado ao modelo de grupo escolar. Denck (2014, p.38), desvela que a arquitetura escolar pública deveria propagar e divulgar

> uma imagem de estabilidade e nobreza das administrações, com edifícios evidentes de fácil percepção e identificados como espaços do Governo. Os grupos escolares deveriam ser construídos como verdadeiros templos do saber, permitindo aos republicanos romper com o passado imperial e projetar um novo futuro em que a República seria uma pátria de ordem e progresso. Foi por exigência imposta pelo Estado que se criou os edifícios escolares, para propiciar as principais condições de produção do conhecimento e uso das escolas. Essa arquitetura chegou a exprimir os ideais da República a tal ponto que seus edifícios são identificados até hoje, como “edifícios republicanos”. Os grupos escolares obedeciam a uma planta-tipo que possuía características básicas. O prédio abrigava de quatro a oito salas de aula de acordo com o número de alunos. Era um espaço dividido pelo sexo, com duas entradas laterais no corpo do prédio, a entrada principal com escadaria, a saleta de entrada, o almoxarifado, o gabinete do diretor e os corredores. A arquitetura do prédio, as dimensões grandiosas das janelas e portas, destacavam a higienização dos espaços escolares, valorizando a estética, a cultura e a ideologia constituída na República. Nesse contexto, o banheiro não fazia parte do corpo do prédio. Outra preocupação existente era separar a escola da rua, criando o pátio escolar, um espaço de transição, que permitia fazer com que os alunos saíssem das ruas, dando-lhes segurança e os afastando das influências maléficas, evitando assim que estes entrassem na escola no mesmo ritmo

> que vinham das ruas. O pátio significava a passagem de uma ordem para outra, onde a fila cumpria o papel de imposição de uma postura necessária à ordem escolar. Nesse sentido, o muro também era construído para que o espaço escolar se diferenciasse do restante, para que os alunos soubessem o limite entre a rua e a escola.

Figura 10: Planta Baixa do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos

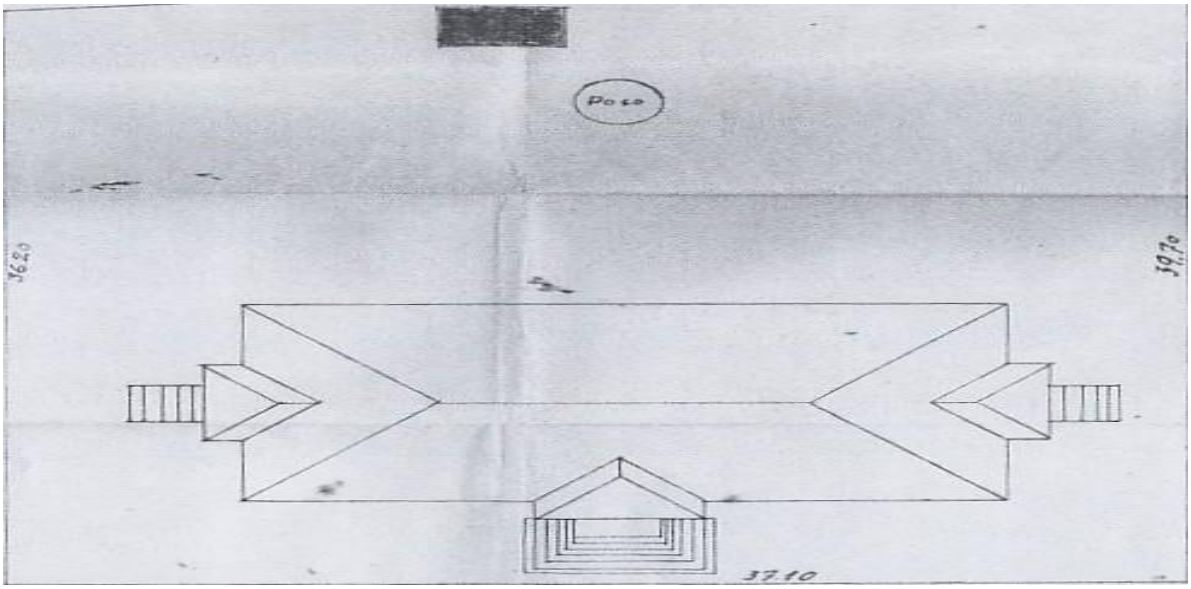


Fonte: Nayane Denck, 2014, p.27.
Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.
Nota: Esta planta foi reelaborada pela autora, Nayane Sikoski Denck, a partir de uma cópia do esquema de distribuição para a Casa da Cultura, meados do ano de 1992.

Os banheiros não faziam parte do corpo do prédio, então foram construídos nos fundos do terreno, como se pode observar na próxima planta. O pátio também era parte integrante da área escolar, pois era ali que os alunos tinham um espaço para o

recreio, lazer, atividades extraclasse e para exercerem sua função cívica com o Estado, ou seja, onde hasteavam a bandeira e cantavam o Hino Nacional.

Figura 11 - Planta de todo o terreno que abrigava o Grupo, destacando-se as entradas, o poço d' água e os banheiros (pintados de preto) em 1913.



Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

O Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos foi inaugurado em 06 de outubro de 1914 pelo patrono Dr. Claudino dos Santos[21], segundo relato do Sr. Ubiratan Cenovicz, seu avô, contava a seguinte passagem do então Secretário da Instrução e da Justiça e o motivo pelo qual homenagearam o Grupo Escolar com o seu nome:

> O termo judiciário de Ipiranga foi criado pela Lei nº 1276 de 24 de maio de 1913 e instalado em 31 de maio de 1914. Na data da sua instalação uma comitiva de Curitiba, veio a Ipiranga para instalar o Termo, liderada pelo Secretário dos Negócios do Interior, da Instrução e da Justiça, o Dr. Claudino Dagoberto dos Santos. Após a instalação, a comitiva retornou a Curitiba, entretanto o Secretário fez questão de permanecer três dias na cidade, para um jantar comemorativo e a surpresa de um grande baile, no Clube dos Alemães, para celebrar tal acontecimento. Dr. Claudino participou de todos os festejos, criou grande simpatia com os moradores de Ipiranga, perambulou pelas ruas cumprimentando a todos e foi de longa lembrando pelo afeto e

[21] Claudino Dagoberto dos Santos nasceu em 1862. Foi aluno de Tobias Barreto. Aos 24 anos diplomou-se bacharel em direito. Poeta, quando estudante do 2º ano da Faculdade de Direito de Recife publicou *Estatuetas;* depois E*bulições* e ainda, *Sons e Brados,* coletâneas de rimas. Amava as representações teatrais. Jornalista vigoroso. Em 1889, ainda no Recife, atuou no "Diário de Notícias". Iniciou advocacia no rincão natal – Recife, e seguindo para o Paraná, continuou a exercer a mesma profissão. No periódico "A Federação", combateu ao lado dos revoltosos de 1893. Fracassada a revolta, teve de exilar-se na Europa. Anistiado, regressou ao Paraná. Fundou então o Colégio Paranaense. Nesse espaço de tempo delineou os "Primeiro e Segundo Livro de Leitura". Pacificados os ânimos, harmonizado os partidos, o doutor Claudino ingressou na política. Exerceu os cargos de Secretário de Viação, diretor de Instrução Pública, Secretário do Interior e Justiça, Prefeito da cidade de Curitiba, Juiz Municipal e Federal de Morretes. Faleceu em 1917.

préstimos: a instalação do Termo Judiciário (construção do Fórum) e a Criação do Grupo Escolar do Ipyranga (construção do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos), quando da notícia da sua morte prematura em 1917, decidiram homenageá-lo, dando seu nome ao Grupo Escolar da cidade.

Figura 12 : Comitiva da Instauração do Termo Judiciário em Ipiranga e representações de homens da política Ipiranguense: Varões de Plutarco

Fonte: Acervo particular de Ubiratan Cenovicz, em setembro de 1914.
Nota: Foto tirada em setembro de 1914 em frente ao fórum no dia da instalação de termo de Ipiranga pela ordem numérica 1 - Dr Claudino dos Santos (secretário do governo), 2 - Dr Geroimo Cabral Pereira do Amaral (juiz de direito de Ponta Grossa), 3 - Gilberto Santos (1º Juiz de têrmo de Ipiranga), 4 - Alcides Ribeiro de Macedo (1º Promotor Público), 5 - João Ribeiro de Freitas (Prefeito da época), 6- José Antonio Gonçalves Junior (Coletor federal), 7 - Mathias Bianco (Construtor do Grupo), 8 - Joaquim Pedro de Souza (Delegado Polícia), 9 - Jorge Arbid, 10 - Manuel Antonio de Araujo, 11 - Francisco Freitas, 12 - Julio Régis de Miranda, 13 - Gumercindo Silva, 14 - Reinaldo Buhrer, 15 - João Rolaiser, 16 - João Isais Buhrer, 17 - Januário Lustoza Teixeira (filho do fundador de Ipiranga), 18 - Estanislau Cenovicz, 19 - João Penteado Sobrinho, 20 - Delfino Alves Carneiro, 21 - Jacob Antunes, 22 - Candido Antunes de Oliveira, 23 - Eleodoro Giovannetti Vaz, 24 - Rafur Kebs, 25 - Dr. Miguez Quadros, 26 - Eurides Bahls, 27 - Nabor Bento de Souza Lôbo (primeiro escrivão do termo), 28 - Paulo Manuel de Godoy, 29 - Hidelbrando de Souza Araujo, 30 - Rofrano Mota, 31- Joaquim de Araujo Maia, 32 - Polidôro Manuel Fernandes (ex-prefeito), 33 - Tácito de Godoy.

Em 1914, com a construção do Grupo Escolar, por meio do Conforme Decreto nº 422, de 18 de junho de 1914, do mesmo Relatório do Estado do Paraná da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, o Secretário Dr. Claudino R. F dos Santos:

> *[...] nomeia normalistas para as primeiras cadeiras da Villa do Ipyranga: :-Arsenio Bonifácio Nogueira – masc. Para a cadeira masculina. - Maria Clara do Nascimento – fem. Para a cadeira mixta.*
>
> *E:*
>
> *PERMUTAS DE CADEIRAS: ...entre os professores FELÍCIO FRANCISQUINI e JOÃO DIAS DA COSTA, o primeiro, regente da cadeira do sexo masculino da cidade de Ponta Grossa, e o segundo, da igual categoria da Villa do Ipyranga.*

Tal permuta de fato, não houve. O professor Felício Francisquini se aposentou logo em seguida, por meio do Decreto nº 352 em 27 de maio de 1914 e, segundo a autobiografia de Alcides R. Macedo, o professor João Dias da Costa permaneceu em Ipiranga até o ano de 1921. Entretanto, de ambos os professores nomeados, somente a professora Maria Clara do Nascimento permaneceu em Ipiranga e, se tornou a primeira Diretora do Grupo Escolar do Ipyranga, até 1916. Na época, "a representação que a figura do diretor produzia na organização pedagógica do ensino era da fiscalização e referência estrutural da escola." (NASCIMENTO, 2004). Tal representação se oficializa no Regulamento de Ensino de 1909, "*O cargo de diretor de cada grupo escolar será exercido por um dos professores respectivos, designado pelo Governo, sem remuneração especial, servindo como auxiliar e substituto, um outro professor nas mesmas condições." (PARANÁ, 1909 p. 19).*

Quadro 3: Relação dos Professores Públicos de instrução primária do Estado do Paraná

Nº	*Nomes*	*Municípios*	*Localidade*	*Categorias dos professores*
[...]161	*Arsenio Bonifacio Nogueira*	*Ipyranga*	*Villa*	*Normalista da cadeira Masculina*
162[...]	*Maria Clara do Nascimento*	*Ipyranga*	*Villa*	*Normalista da cadeira mixta*

Fonte: Arquivo Público do Paraná, acesso em 31 de dezembro de 1914. Relatório do Estado do Paraná da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.
Nota: Organizado pela autora.

O fato que destaca, no início deste Grupo Escolar, sempre foi a nomeação de professores normalistas, vindos de Curitiba. A atuação do professor nos grupos escolares, exigia uma formação capaz de respeitar e pôr em prática o novo modelo de educação proposto pelo Estado, nos

> diferentes níveis hierárquicos; na definição das disciplinas, da rotina do aluno e da organização do espaço conforme os preceitos do higienismo e da divisão do trabalho capitalista; a formação dos professores exclusivamente na escola normal se tornou imprescindível para uma formação do trabalhador voltada ao processo de produção industrial que se desenvolveria no país. Dessa forma, os prédios devem ser modestos conforme o contexto do qual cada criança advinha. O mobiliário sugerido é o modelo norte-americano que adota os preceitos do higienismo. O método pedagógico é o intuitivo utilizado e aplicado em São Paulo. Para ela as crianças entram analfabetas e saem aptas ao ginásio. (SCRHAM, 2014, p.76).

O Grupo Escolar reuniu apenas duas escolas isoladas abrigadas na sede do município, porém como o direcionamento pedagógico, político e ideológico dos grupos escolares, foi baseado na proposta paulista.

Em 1917, conforme o Relatório apresentado ao Presidente do Estado, Afonso Alves de Camargo, pelo Dr. Eneas Marquês dos Santos, então Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, apresenta nova relação de professores do Grupo Escolar, já denominado, Dr. Claudino dos Santos: Alfredo de Oliveira Sentone, professor normalista de 1ª Classe, da cadeira masculina, Cecilia Pereira dos Santos, professora normalista de 2ª Classe, da cadeira feminina e professor Julio Pombeiro, professor Interino, da cadeira masculina.

Quadro 4: Confronto da matrícula e frequência dos grupos e casas escolares do Estado nos anos de 1916 e 1917

Nº de ordem	Municípios e nomes dos estabelecimentos	Nº de docentes						Matrícula				Frequência			
		1916			1917			1916		1917		1916		1917	
		M	F	T	M	F	T	M	F	M	F	M	F	M	F
12	Ipiranga Casa Escolar	1	1	2	1	1	2	50	41		45	32	26	-	29

Fonte: Arquivo Público Estadual, com base em Relatório apresentado em 31 de dezembro de 1917, pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretario dos Negócios do Interior, da Justiça e da Instrução.
Nota: Reorganizado e sintetizado pela autora.

Observa-se pelo quadro acima que o grupo escolar iniciou suas atividades oferecendo instrução para uma minoria de alunos, normalmente os filhos da elite ipiranguense. O contexto da região imprimiu características no atendimento desta instituição, tais como: a influência do pensamento positivista dos "Varões de Plutarco" sobre o significado da criação do grupo na cidade de Ipiranga, o contexto econômico e político oriundo da extração da erva-mate que intensificou a necessidade de "importar" professores formados, na nova Pedagogia Liberal da

Escola Nova, para imprimir um ideário progressista à consolidação da República; a importância de formar eleitores para a maior representação política de Ipiranga no Estado. Além disso, uma das funções da escola liberal, representada pelo grupo escolar na cidade, era servir de instrumento para o convencimento das massas sobre a essa imaculização da República e seus personagens dentro da instrução.

> Uma vez implantada e generalizada, a escola liberal tornará a sociedade uma sociedade aberta, onde os indivíduos, embora divididos em classes, as constituirão de acordo com as suas qualidades pessoais manifestadas no processo educacional. Embora admita a "igualdade perante a lei", e não exatamente a "igualdade social", a ideologia liberal repudia, através dessas perspectivas pedagógicas, qualquer privilégio de nascimento e sustenta que o trabalho e o talento são instrumentos legítimos de ascensão social: parte do pressuposto de que o individuo pobre, que tenha talento e trabalhe, pode adquirir propriedade e riqueza. E é justamente a escola que desenvolve os talentos e prepara para o trabalho. E isso a torna um instrumento de reconstrução social que independe da ordem iníqua e que a tornará aos poucos uma ordem justa. (XAVIER, 1980, p. 124).

Figura 13: Alunos em frente ao Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos em 1919

Acervo: Casa da Cultura.

A posição de sentido, a uniformização das crianças, o uso de chapéus de época pelos meninos, o laço de fita no cabelo das meninas e a separação entre eles por sexo desvelam a racionalização do trabalho pedagógico no Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos. As ideias desenvolvimentistas de ordem, eram assim, ideologicamente passadas. A foto acima representa a magnitude do edifício, a higienização pela uniformização e a ordem na postura das colunas e filas, em posição de sentido. Buffa

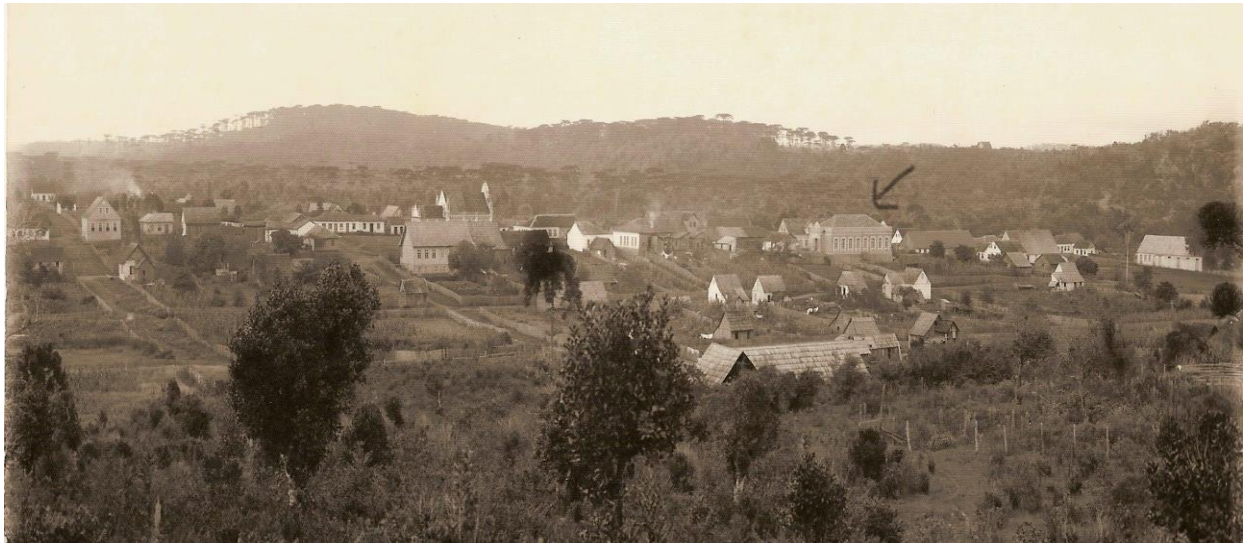
2008, 2002, p.32 comenta também que os edifícios escolares eram “prédios grandes, arejados, bonitos, destinados a cumprir sua finalidade principal, a de ser escola, testemunham a valorização que o Estado dava ao ensino e serviam para que a população os admirasse.”

A criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos foi o auge da consolidação do ideário liberal na cidade, recebendo professores altamente titulados para a época com uma Nova Pedagogia, no novo prédio, construído propriamente para a organização do tempo e espaço da proposta educacional da Pedagogia Liberal.

A presença do Estado em Ipiranga, se mostrou altiva em 1914, visto que a cidade ainda não tinha uma praça central que representava a força social e, tinha apenas uma capela que representava a força da Igreja. O prédio majestoso, representante da força do Estado em Ipiranga, se destaca em comparação aos demais prédios e construções da cidade.

Na figura abaixo, pode-se perceber como o prédio do grupo escolar, ao centro, difere-se em tamanho e estética dos outros prédios e casas da cidade.

Figura 14 – Vista parcial da cidade de Ipiranga com prédio do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos.



Fonte: Casa da Cultura de Ipiranga

A classe burguesa de Ipiranga, materializada na organização social dos Varões de Plutarco, organizava estratégias para se manter no poder, consolidar o modo de produção capitalista e convencer a classe trabalhadora de que a exploração do trabalho é uma condição imutável. Assim, a escola teve “[...] a função estratégica de transmissora das formas de justificação da divisão do trabalho vigente e de persuasão

à aceitação da condição de exploração das classes dominadas. ” (XAVIER, 1980, p. 123).

A escola pública, no projeto republicano de educação em Ipiranga, vem tramada conforme os interesses da classe burguesa, nos moldes capitalistas. Essa implantação da escola pública foi totalmente repugnada pelo pensamento de Marx e Engels que não admitiam a interferência estatal – um Estado como educador do povo – que não fosse pelo subsídio financeiro e fiscalização para sua manutenção:

> **Isso de educação popular a cargo do Estado é completamente inadmissível**. Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente; as matérias de ensino etc. e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado [...], e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! (MARX; ENGELS, 2011, p. 130-131, grifo nosso).

A escola pública e gratuita para todos não pode estar comprometida com os interesses políticos ou ideologias religiosas do Estado ou da Igreja: “[...] o que deveria ser feito é subtrair a escola de toda influência por parte do governo e da igreja”, enfatizam Marx e Engels (2011, p. 130).

Evidência disso são as contradições presentes na criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos: uma escola pública servindo aos filhos da classe burguesa, a dificuldade de acesso e a grande distância para os filhos dos trabalhos rurais se matricularem no Grupo, um currículo que supervalorizava os mitos e as datas comemorativas históricas, bem como a racionalização do conhecimento articulado para o sentimento de civismo, patriotismo e reprodutor da condição e aceitação de exploração do trabalho das classes operárias, com o lema de: ordem e progresso.

> O seu sucesso enquanto aparelho ideológico está justamente na sua capacidade de dissimular as suas verdadeiras funções e aparentar independência em relação às condições contextuais a que serve. [...] Ao invés de denunciar as injustiças dessa ordem e evidenciar os obstáculos que impõe a promoção do homem, atribui-os todos à própria escola, em especial à tradicional, e proclama a nova escola como instrumento de equalização de oportunidades e, portanto, de justiça social. [...] As desigualdades sociais passam assim, a ser interpretadas como desigualdade de oportunidades educacionais, que é o que se propõe superar a nova escola. (XAVIER, 1980, p. 124).

A criação do grupo escolar Dr. Claudino dos Santos foi a expressão do progresso, e marca a entrada da cidade na ideia de nação e todos os elementos necessários à ascendência ideológica liberal estavam presentes desde a sua arquitetura, sua localização até as propostas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo intitulado "Implantação da instituição escolar pública em Ipiranga-PR: a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (1914)", teve como objetivos, identificar o contexto histórico do projeto de criação dos grupos escolares no Brasil republicano, compreender a origem do projeto de criação dos grupos escolares do Paraná e analisar a cidade de Ipiranga e a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, evidenciando os seus determinantes que influenciaram a instrução pública do Estado.

O estudo buscou reconstruir a história da criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos e, por isso, vincula-se a área da História da Educação das Instituições Escolares. Embora a pesquisa aborde uma instituição escolar, num determinado município, Ipiranga, da Região dos Campos Gerais- PR, "[...] deve-se registrar que esta não se desenvolveu de forma isolada, centrada em si mesma, visto que, dessa maneira, não daria conta de se inserir na totalidade da história da educação brasileira" (NASCIMENTO, 2004, p .1). As particularidades e especificidades que são identificadas nos estudos pontuais regionalizados e devem ser valorizadas para o avanço das pesquisas, mas a sua compreensão ampla só se dará mediante o movimento de aproximação do real, abrangendo, portanto as transformações históricas num contexto nacional, estadual e assim, local.

Sua importância se mostra ao se destacar entre as poucas instituições escolares que completaram seu centenário de existência, com configuração estrutural própria da época e documentos que relatam a organização pedagógica da segunda década do século XX, bem próximo ao projeto de implantação dos grupos escolares, claro, com características regionais próprias.

Sendo assim, a pesquisa buscou compreender os motivos que levaram a criar um grupo escolar e encontrar as principais influências na construção de um projeto de implantação do ensino público na pequena cidade de Ipiranga. Na década de 10 do século XX, Ipiranga era chamada de "vila", aqui ainda não haviam estradas e automóveis, linha férrea, luz elétrica e, o processo de imigração ainda era distante para a composição da população Ipiranguense (o que poderia justificar uma escola pública voltada a cultura dos imigrantes). Também a igreja católica não tinha um vigário morador na cidade, que eventualmente rezava missas na capela da cidade, não justificando assim, a influência da igreja católica nos primórdios da educação Ipiranguense. Então, a problemática se instaurou: Se não fora a influência costumaz

da igreja católica, dos imigrantes ou do próprio processo de modernização da cidade, qual seria o grupo influenciador em trazer a necessidade de educação pública ao povo do pequeno vilarejo de Ipiranga?

Responder tal problemática foi o desafio de tal estudo, reconstruindo historicamente o processo de criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos. Infelizmente, nenhuma obra literária ou científica retratou tal temática, os poucos documentos oficiais locais que restaram de um incêndio da Prefeitura não a respondiam. Então, além de buscar essas fontes dos documentos oficiais, foi primordial a busca na comunidade e redes sociais, localizando pessoas que guardavam documentos em casa, como guardiões da história da família. Tal levantamento levou dois anos (2018-2020), isto porque tais pessoas não confiavam em contar ou entregar tais documentos. O estudo tornou-se referência e inédito para a população ipiranguense, conquistando a confiança e o respeito das famílias fundadoras da cidade, e assim chegando a documentos importantes para a pesquisa.

Em meio a pesquisa, uma das fontes importantes encontrada, foi a Ata de Criação do Grupo de Maçonaria em Ipiranga, no início do século XX que perdurou até meados da década de 20 deste século. Nela, continha os principais nomes de personagens históricos e responsáveis pelos grandes feitos, como o deputado estadual Hildebrando de Araújo, grande comerciante ervateiro e personagem catalizador na Maçonaria de Ipiranga. Na autobiografia de Alcides Ribeiro Macedo destaca a importância de Hildebrando de Araújo, tanto nas discussões, oratórias e leituras de grandes pensadores positivistas e progressistas nos encontros diários da Maçonaria, bem como sua influência ao mobilizar a criação de uma escola pública em Ipiranga. Hildebrando foi também genro do Major Vicente de Castro.

A proposta desta pesquisa procurou defender a ideia de que o pensamento progressista, veiculado nas reuniões diárias da Maçonaria, possuía princípios liberais e foi fruto das contradições históricas inerentes ao modo de produção capitalista existente em Ipiranga e assim, levaram a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, no ano de 1914, em Ipiranga. Esse estudo permite, aos historiadores da educação, o conhecimento da relação da construção de grupos escolares e a maçonaria, em cidades pequenas e conservadoras nos seus modos de vida.

Compreende-se que, as pessoas ao produzirem seus meios de sobrevivência, constroem também sua forma de consciência, ou seja, os seus valores, princípios e crenças acerca do mundo em que vivem. Os grupos sociais, portanto, são frutos da

vida material humana e são indispensáveis aos indivíduos em suas ações sociais, eles não possuem existência própria e, por isso, precisam ser captadas na totalidade das relações sociais de uma determinada estrutura e conjuntura histórica.

Na sociedade capitalista, as ideologias que perpassavam pelos grupos, como os maçônicos, advinham do fato desses sujeitos no coletivo, pensarem a sua realidade conforme a sua posição, enquanto pertencimento de uma classe e a sua relação com as demais classes sociais, próprias de uma sociedade dividida em classes. A burguesia e o proletariado, são as duas classes contraditórias do capitalismo, entretanto, vale lembrar também que existem sujeitos que não são donos dos meios de produção, porém, possuem condições privilegiadas na sociedade capitalista quando comparados aos proletários e, por isso, são diretamente influenciados pela ideologia liberal dominante. Ipiranga, tem como exemplo os políticos, professores, artistas e pequenos comerciantes que coexistiam aos interesses dos donos da produção ervateira, no seu auge do ciclo do ouro verde. Esse grupo, mesmo não heterogêneo burguês, servia aos interesses da classe burguesa em ascensão e seus princípios liberais. A maçonaria em Ipiranga em comunhão a esses interesses, foi o grupo consolidador do pensamento republicano e liberalista em Ipiranga, no início do século XX.

O projeto de criação dos grupos escolares atendeu aos interesses de domínio burguês, diante a organização de uma educação pública estruturada por prédios escolares, sob o mando do Estado, por meio da organização de currículos estruturados por séries e disciplinas e ao domínio de corpos, como o uso de uniformes e organização de carteiras enfileiradas, retratando a organização fabril de séries e montagens. Os grupos escolares, como o grupo Dr. Claudino dos Santos, foram utilizados pela classe burguesa como instrumento de manipulação ideológica para darem condições ao desenvolvimento capitalista com a intensificação da exploração da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: instrução ao estado da cultura no Brasil. vol. XIII. 5.ed., São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BALHANA, Altiva P. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. 1.ed. Curitiba: Editora Paraná Cultural, 1969.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903- 1928). **Educar em revista**, Curitiba, n. 18, pp. 103-141, jul./dez. 2001.

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. **Jornal Official da Maçonaria Brasileira**. n. 1, Dezembro, 1°anno, 1871.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. Brasília: UFSCar, INEP, 2002.

BISPO, A. B. **O Grupo Escolar Modelo de Campinas (1911-1920)**: Educar o Olhar. 2015, 233f. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015;

CASTRO, E. A. **Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853 – 1955**). 2010, 254f. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 24.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORREIA, Ana Paula Pupo. O nascimento da arquitetura escolar. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 20, p. 311-315, mai./jun. 2002.

COSTA, Emilia Vioti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Ed.Unesp, 1998.

DE ANDRADE GARCIA, J. D.; QUINTILIO LAZARINI, A.; BARBIERI, A. F.; MELLO, R. A. A origem da escola pública no século XIX: contraposição ou coerência com as necessidades do capital?. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 21, p. 177-190, 15 mar. 2017.

DENCK, Nayane S. **O grupo escolar Dr. Claudino dos Santos**: sua arquitetura, seu significado e ressignificação. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2014.

DUDEQUE, I. J. T. **Cidade sem véus**: doenças, poder e desenhos urbanos. Curitiba: Ed. Champagnat, 1995.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017. p. 98.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo horizonte na Primeira República. 2000, 267f. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Passo Fundo, Passo Fundo, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 141-150, jan./jun. 1998.

GONDRA, José Gonçalves. Conformando o discurso pedagógico: a contribuição da medicina. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-71.

HOBSBAWN, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil In: LOPES, Eliane Marta T., FARIA F., Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LAVALLE, Aída Mansani. **Memórias de Ipiranga**: da floresta ao asfalto. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 1996.

LEONEL, Z. **Contribuição à história da escola pública**: elementos para a crítica de teoria liberal da educação. 1994, 254 f.Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Segundo tratado sobre o governo.1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1966. (Os pensadores)

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Segundo tratado sobre o governo.5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

LOMBARDI, José Carlos (Coord)._Marx e Engels: **textos sobre educação e ensino**. Campinas: UNICAMP, 2011. (Série Navegando).

MACEDO, Lauro. **Diário de histórias reais de Alcides Ribeiro Macedo e Lauro Macedo**. Curitiba, 1987. Não publicado.

MACEDO, Alcides R. **Diário de Alcides Ribeiro Macedo**. Ipiranga, 1953 – 1958. Não publicado.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3.ed. Curitiba: Guaíra, 1960.

MARX, Karl. **Contribuição à critica da economia política**. São Paulo. Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl . **Obras escolhidas**. Vol.II. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

MARX, Karl. A Guerra Civil na França. In: MARX, K. (Org.). **A revolução antes da revolução**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl . **O Capital: crítica da economia política**. L. 1. Vol.1.17.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino**. Tradução de R. Dangeville. Lisboa: Moraes, 1978.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MACHADO, Wanderley. Imigração. In: SCORTEGANA. et al.; **Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos** organizadores: REZENDE, C.J; TRICHES, R.I. (Orgs). Curitiba: Editora Bagozzi, 2005, p.159 – 182.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Ata de Fundação da Maçonaria de Ipiranga**. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0752_obreiros.htm. Acesso em 15 out. 2020.

NASCIMENTO, M.I.M. **A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

NASCIMENTO, M.I.M. . O Advento da República e os Grupos Escolares no Paraná (1900 – 1920). **Revista Histedbr**, Campinas, n.12, p.43 -58, 16 dez.2003.

NASCIMENTO, M. I. M., & ZANLORENZI, C. M. P. Liberalismo e Educação no início do Século XX. **Cadernos de História Da Educação**, v.14, n. 3, 8 fev.2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NORONHA, Olinda Maria. **Relatório de Pesquisa: Ideologia, trabalho e educação na primeira república**. Campinas, 2002.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **Políticas e investimentos do Governo do Paraná na rede pública de ensino (1889-1930)**. Eccos, São Paulo, v. 08, n. 2, p. 385-405, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de .**O ensino primário na província do Paraná (1853-1889)**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República**. 1994, 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PADILHA, L. M. de. **Ideário republicano nos Campos Gerais**: a criação do grupo escolar conselheiro Jesuíno Marcondes (1907). 2010, 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

PARANÁ. **Código de ensino do estado do Paraná**. Arquivo público do Paraná, 1915.

PARANÁ. **Mensagem do Presidente de estado à Assembléia Legislativa do Paraná**: Francisco Xavier da Silva. Curitiba: PR, 01 de fev. 1902.

PARANÁ. **Relatório do Secretário d'Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonisação** – Bento José Lamenha Lins. Curitiba – PR: Impressora Paranaense, 1905.

PARANÁ. Leis, Decretos e Regulamentos de 1912. **Lei nº 1.178, 10 de abril de 1912**.. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.brarquivos.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

PLUTARCO. **Dicionário - A em *Só Filosofia***. Virtuous Tecnologia da Informação, 2008-2019. Disponível em http://filosofia.com.br/vi_dic.php?palvr=A. Acesso em 21 ago. 2019

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 41.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. E.ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

REVISTA O ENSINO. **O Ensino** ANNO III, NUM.1. Curitiba: Publicação da Inspectoria Geral do Ensino do Paraná, 1924.

RIBEIRO, Maria L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 21 ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel. M.; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Série-Estudos. Campo Grande-MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008. 17. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 75-93.

SANTANA, L. C. **Liberalismo, ensino e privatização**: um estudo a partir dos clássicos da economia política. 1996, 302 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SÃO PAULO (Estado). Edifícios Escolares. *In*: SÃO PAULO (Estado). **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**, São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & C., 1908-1909. p. 359-414.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M et.al. **Instituições escolares no Brasil**: conceito e

reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, D. Desafios da Construção de um Sistema Nacional articulado de Educação. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, vol.6, nº02, jul-out, 2008. Rio de Janeiro, RJ

SILVA, L.C.K da. Tropeirismo. In: **Paraná espaço e memória**: diversos olhares histórico-geográficos. SCORTEGANA et al; organizadores: REZENDE, C.J; TRICHES, R.I. (Orgs). Curitiba: Editora Bagozzi, 2005, p. 106 – 129.

SCHRAM, A. C. **Reconstrução histórica do primeiro grupo escolar dos Campos Gerais**: Vicente Machado (1904). 2014, 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo, SP: Editora Cortez: Autores Associados, 1980.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

APÊNDICE A - TABELA 1: RELAÇÃO DE GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: HISTEDBR NO BRASIL

Pontifícia Universidade Católica de Goiás	EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURAS EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS/HISTEDBR	José Maria Baldino	Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	Ciências Humanas
Universidade Federal de Alfenas	Educação, Sociedade e Teorias Pedagógicas - HISTEDBR/UNIFAL-MG	André Luiz Sena Mariano	Romeu Adriano da Silva	Ciências Humanas
Universidade Federal de São Carlos	Grupo de Estudos e Pesquisa História, Trabalho e Educação (HTE/HISTEDBR -UFSCar)	Manoel Nelito Matheus Nascimento	Eduardo Pinto e Silva	Ciências Humanas
Universidade Federal do Pará	Grupo de estudos e pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil -	Maria José Aviz do Rosário	-	Ciências Humanas
Universidade de Brasília	Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" no DF, HISTEDBR - DF -	Eva Waisros Pereira	Raquel de Almeida Moraes	Ciências Humanas
Universidade Federal do Tocantins	Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Marxismo - GEPHEM / HISTEDBR	Mario Borges Netto	Marco Aurélio Gomes de Oliveira	Ciências Humanas
Universidade Federal de São Carlos	Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR -	Luciana Cristina Salvatti Coutinho	-	Ciências Humanas
Universidade Federal do Pará	Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil-	Maria de Fátima Matos de Souza	Renato Pinheiro da Costa	Ciências Humanas
Universidade Federal da Paraíba	Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba - HISTEDBR/PB	Mauricéia Ananias	Maíra Lewtchuk Espindola	Ciências Humanas
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Grupo de Estudos e Pesquisas História e Sociedade nos Campos Gerais-PR - HISTEDBR	Maria Isabel Moura Nascimento	-	Ciências Humanas
Universidade do Planalto Catarinense	Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação da Serra Catarinense - HISTEDBR-	Carmen Lúcia Fornari Diez	Lurdes Caron	Ciências Humanas
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil e na América Latina	Marcos Antônio Campos Couto	Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão	Ciências Humanas
Universidade Federal de Sergipe	Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Estado de Sergipe - HISTEDBr	Hamilcar Silveira Dantas Junior	Marcos José de Souza	Ciências Humanas
Universidade Federal da Bahia	Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação - MTE HISTEDBR	Elza Margarida de Mendonça Peixoto	Adriana Freire Pereira Ferriz	Ciências Humanas
Universidade Federal de São Carlos	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo - GEPEC/HISTEDBR	Luiz Bezerra Neto	-	Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas	HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"	Dermeval Saviani	Jose Claudinei Lombardi	Ciências Humanas
Universidade Federal do Tocantins	HISTORIA, HISTORIOGRAFIA E FONTES DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO- HISTEDBR	Rosilene Lagares	Jocyléia Santana dos Santos	Ciências Humanas
Universidade Estadual do Norte do Paraná	História, Sociedade e Educação no Brasil - GT HISTEDBR Norte Pioneiro/PR	Vanessa Campos Mariano Ruckstadter	Flavio Massami Martins Ruckstadter	Ciências Humanas
Universidade Federal do Maranhão	História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR - GT-Maranhão	Maria de Fátima Félix Rosar	Ana Paula Ribeiro de Sousa	Ciências Humanas
Universidade Estadual do Centro-Oeste	História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR do Centro Oeste do Paraná	Paulo Guilhermeti	Luciane Neuvald	Ciências Humanas
Universidade Federal de Rondônia	História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR/UNIR	Marilsa Miranda de Souza	Gedeli Ferrazzo	Ciências Humanas
Universidade Federal do Oeste do Pará	História, Sociedade e Educação no Brasil/HISTEDBR/UFOPA	Maria Lília Imbiriba Sousa Colares	Anselmo Alencar Colares	Ciências Humanas
Universidade Federal de São Carlos	História, Sociedade e Educação no Brasil: HISTEDBR/UFSCar	Roseli Esquerdo Lopes	Marisa Bittar	Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Maria	KAIRÓS - Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas/ HISTEDBR	Liliana Soares Ferreira	Guilherme How es Neto	Ciências Humanas
Universidade Federal do Tocantins	Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi	Magalis Bésser Dorneles Schneider	-	Ciências Humanas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira - NEPHEB/HISTEDBR	Nailda Marinho da Costa	Jose Damiro de Moraes	Ciências Humanas
Universidade Federal de Pernambuco	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA	Eleta de Carvalho Freire	Maria Thereza Didier de Moraes	Ciências Humanas
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Sociedade História e Educação - GEPSE/HISTEDBR-MS	Carla Villamaina Centeno	Enilda Fernandes	Ciências Humanas
Universidade Federal de Uberlândia	Trabalho, Educação e Formação Humana - HISTEDBR	Robson Luiz de França	Carlos Alberto Lucena	Ciências Humanas

Fonte: Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ 2018), no seu relatório de pesquisa parametrizada por grupo de pesquisa.

APÊNDICE B - TABELA 2: ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE O TERMO: “CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR”

ANO	INSTITUIÇÃO	TIPO	AUTOR	TÍTULO
2006	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	DISSERTAÇÃO	GERALDO GONÇALVES DE LIMA	O GRUPO ESCOLAR HONORATO BORGES EM PATROCÍNIO – MINAS GERAIS (1912 -1930): ENSAIOS DE UMA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO
2007	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	DISSERTAÇÃO	ANA CLAUDIA SOUSA RODRIGUES	GRUPO ESCOLAR DR. ALMEIDA VERGUEIRO (1912-1915): A ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, SÃO PAULO.
2008	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	DISSERTAÇÃO	MAISA DE ALMEIDA BRAGA	GRUPO ESCOLAR DR. CESÁRIO BASTOS : MEMÓRIAS DA ESCOLA E DA CIDADE.
2009	UEM	DISSERTAÇÃO	CIBELE INTROVINI RITT	DA ESCOLA ISOLADA AO GRUPO ESCOLAR MARECHAL RONDON DE CAMPO MOURÃO, PR – 1947 A 1971
2010	UEPG	DISSERTAÇÃO	LÚCIA MARA DE LIMA PADILHA	IDEÁRIO REPUBLICANO NOS CAMPOS GERAIS: A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO JESUÍNO MARCONDES (1907)
2013	UEPG	DISSERTAÇÃO	NILVAN LAURINDO SOUSA	O PROJETO REPUBLICANO PARA A EDUCAÇÃO NO PARANÁ E O PROCESSO DE (DES) MISTIFICAÇÃO DE JÚLIA WANDERLEY
2014	UEPG	DISSERTAÇÃO	ALINE CRISTINA SCHRAM	RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DOS CAMPOS GERAIS: VICENTE MACHADO (1904)
2014	UFCE	TESE	ANA MARIA LEITE LOBATO	“TEMPLOS DE CIVILIZAÇÃO” NO PARÁ: A INSTITUICIONALIZAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES (1890 – 1910)
2014	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	DISSERTAÇÃO	ADILSON APARECIDO SPIM	A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR “SENADOR VERGUEIRO” (1919) E A ESCOLARIZAÇÃO DOS FILHOS DOS OPERÁRIOS EM SOROCABA
2015	UNIVERSIDADE DE UBERABA	DISSERTAÇÃO	GABRIELA FERREIRA DE MELO BORGES	DOS CENÁRIOS NACIONAL E ESTADUAL À GÊNESE DO GRUPO ESCOLAR GOMES DA

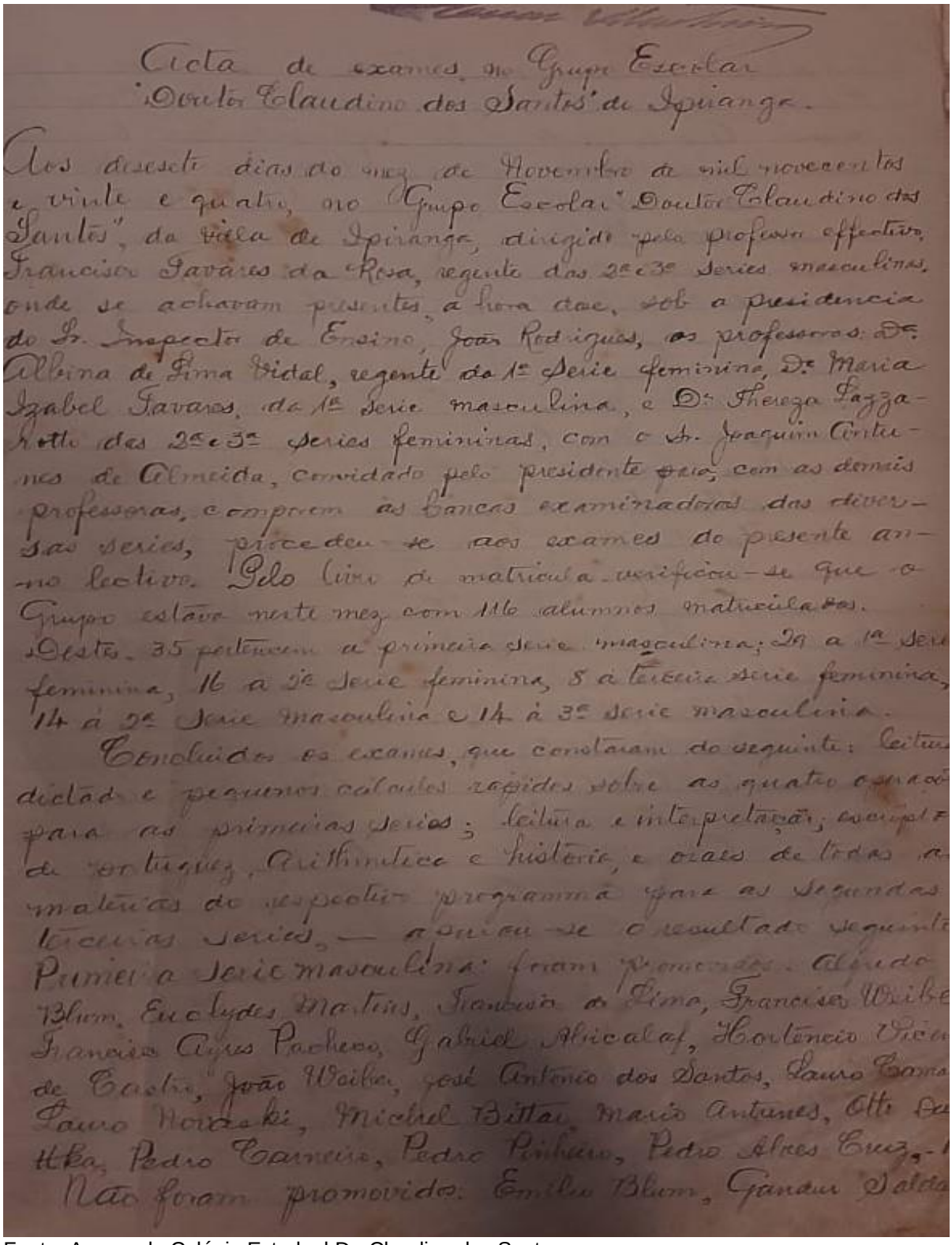
				SILVA, FRUTAL – MG, TRIÂNGULO MINEIRO (1913 – 1927)
2015	UNICAMP	TESE	ALESSANDRA BARBOSA BISPO	EDUCAR O OLHAR: O GRUPO ESCOLAR MODELO DE CAMPINAS (1911 – 1920)
2015	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	DISSERTAÇÃO	BOAS, MARCIA SILVA DE MELO VILLAS.	GRUPO ESCOLAR 13 DE MAIO E A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA, MG - 1962-71
2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	DISSERTAÇÃO	RENI MARIA JACOB.	NARRATIVAS SOBRE O PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE OUVIDOR - GO: 1949-1971
2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	DISSERTAÇÃO	TATIANA APARECIDA PEREIRA	"A MAGNA CAUSA DO ENSINO POPULAR": A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS - JUIZ DE FORA (1906-1929)
2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	DISSERTAÇÃO	THIERRY ROJAS BOBADILHA	EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO SUL DE MATO GROSSO: O GRUPO ESCOLAR DE BATAYPORÃ - MT (1955-1974)
2017	UNESP	DISSERTAÇÃO	ALINE RUBIANE DE CARVALHO PAVANI	UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS, SÃO PAULO, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX
2017	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	TESE	THAIS CRISTINA DE OLIVEIRA	GRUPO ESCOLAR SUL DA SÉ (1896-1916): UMA EXPRESSÃO REPUBLICANA DA URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO E SUA DESCONTINUIDADE
2017	UFRN	DISSERTAÇÃO	GILSON LOPES DA SILVA	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA ATENAS NORTE-RIO-GRANDENSE: DAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS AO GRUPO ESCOLAR TENENTE CORONEL JOSÉ CORREIA (1829-1929)
2018	UFPR	DISSERTAÇAO	MUNIQUE SANTIAGO MEDRADO	O CIRCUITO DE PRODUÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES PARA A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1854 – 1871)

Fonte: Plataforma Sucupira da CAPES

APÊNDICE C - GALERIA DE DIRETORES DO COLÉGIO ESTADUAL DR. CLAUDINO DOS SANTOS

Anos	Nome
1914-1916	Maria Clara do Nascimento
1924 - 1930	Francisco Tavares da Rosa
1931	Ricardo Santana
1932	Ercílio Margarida
1933 - 1936	Tomaz Aimone
1937	Alfredi Zintane e Odete Carvalho de Araújo
1938	José Malucelli França e Alceu Cenovicz
1938 - 1942	Ercílio Margarida
1934 - 1944	Eugênio Bertolli
1945	Ruy Aluizio Miranfa
1946	Maria josé Taques Buhrer
1946 - 1949	Aglaé dos Santos Rebonato
1950 - 1951	Marcelle Simille Macedo
1952 - 1958	Ivete Abib
1959 - 1960	Maria da Conceição Eli Denck Carvalho
1961 - 1962	Maria Ivone Scheifer
1963	Francisca Paulina Taques
1964	Domingos Raul Puglia
1965 - 1972	Zeli Costa Karvowski
1973 - 1977	Schirlei Rose Guarneri Ferreira
1978 - 1982	Maria de Lourdes Rodrigues
1983	João Conrado Buhrer e Wilma Tereza Bayer Weigert
1983 - 1986	Olga Rosa Regailo Blum
1987 - 1989	Maria de Lourdes Rodrigues
1990 - 1991	Ana Neuza Bobato
1992	Wilma Tereza Bayer
1993 - 2011	Bráz Arivaldo Dalazoana
2012 - 2014	Simone Cortabitarte
2015	Rudnei de Abreu
2016 – até os dias atuais	Renato Jorge Eleutério

ANEXO A – PRIMEIRA ATA DE EXAMES DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS



Acta de exames do Grupo Escolar
"Doutor Claudino dos Santos" de Ipiranga.

Aos desesete dias do mez de Novembro de mil novecentos e vinte e quatro, no "Grupo Escolar" Doutor Claudino dos Santos", da Villa de Ipiranga, dirigido pela professora effectiva, Francisca Tavares da Rosa, regente das 2ª e 3ª series masculinas, onde se achavam presentes, a hora doc, sob a presidencia do Sr. Inspector de Ensino, João Rodrigues, as professoras D. Albina de Lima Vidal, regente da 1ª Serie feminina, D. Maria Izabel Tavares, da 1ª serie masculina, e D. Thereza Lazzarotto das 2ª e 3ª series femininas, com o Sr. Joaquim Cortezines de Almeida, convidado pelo presidente para, com as demais professoras, comporem as bancas examinadoras das diversas series, procedeu-se aos exames do presente anno lectivo. Pelo livro de matricula verificou-se que o Grupo estava neste mez com 116 alumnos matriculados. Destes 35 pertencem a primeira serie masculina; 29 a 1ª serie feminina, 16 a 2ª serie feminina, 5 a terceira serie feminina, 14 á 2ª serie masculina e 14 á 3ª serie masculina.

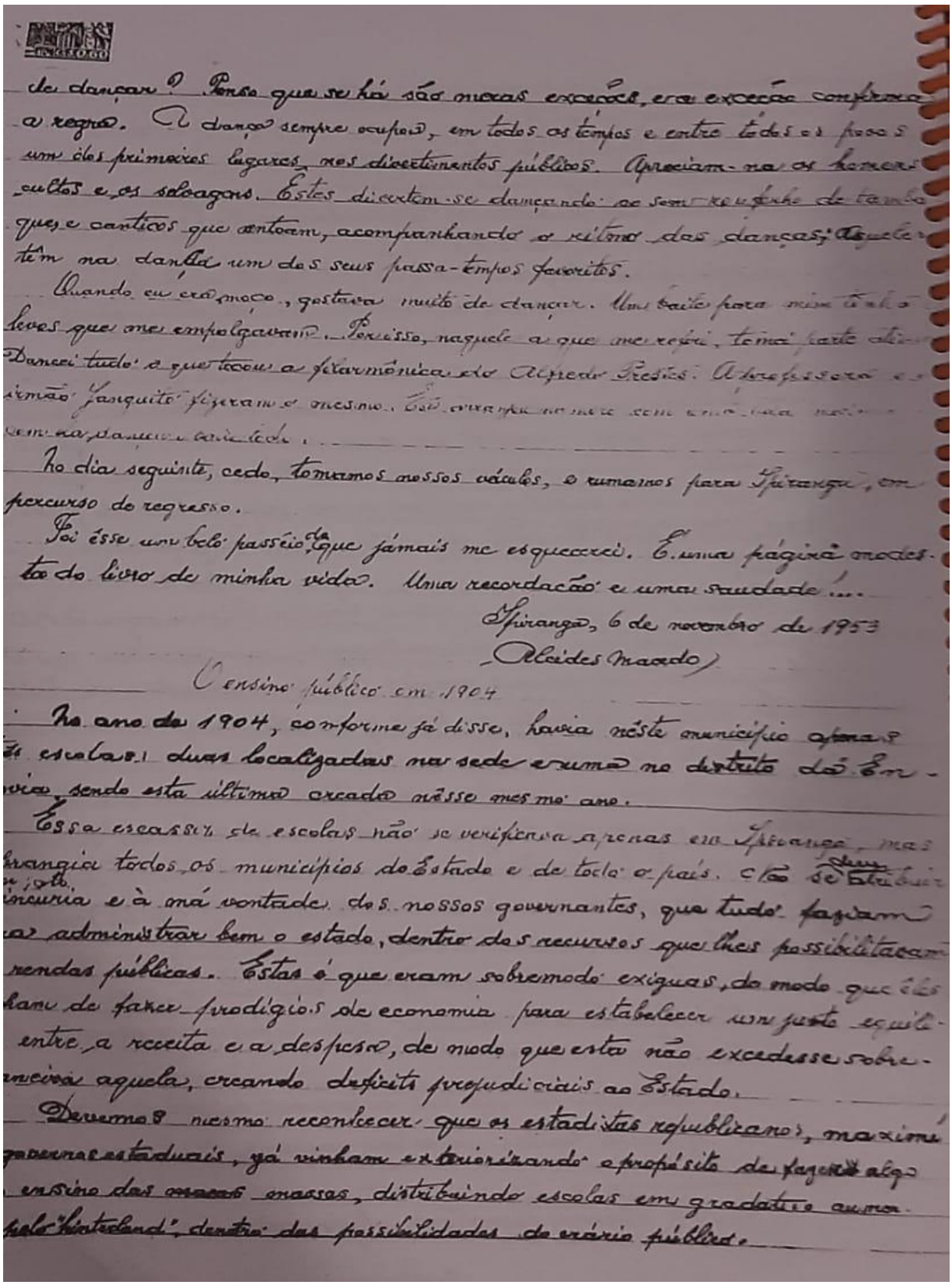
Concluidos os exames, que constaram do seguinte: Leitura, dictado e pequenos calculos rapidos sobre as quatro operações para as primeiras series; leitura e interpretação; escripta de portuguez, Arithmetica e historia, e orais de todas as materias do respectivo programma para as segundas e terceiras series, — apurou-se o resultado seguinte:

Primeira serie masculina: foram promovidos: Alfredo Blum, Eucleydes Martins, Francisco da Lima, Francisco Weibe, Francisco Ayres Pacheco, Gabriel Africalaf, Hortencio Vieira de Castro, João Weibe, José Antonio dos Santos, Lauro Campos, Lauro Nowaski, Michel Bittar, Mario Antunes, Otto [illegible] Hka, Pedro Carneiro, Pedro Pinheiro, Pedro Alves Cruz, [illegible]

Não foram promovidos: Emilio Blum, Ganaun Saldo [illegible]

Fonte: Acervo do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos.

ANEXO B: CÓPIA DA AUTOBIOGRAFIA DE ALCIDES RIBEIRO MACEDO, TRECHO EXTRAÍDO SOBRE O ENSINO PÚBLICO EM 1904 EM IPIRANGA



de dançar? Penso que se há são meras exceções, e a exceção confirma a regra. A dança sempre ocupou, em todos os tempos e entre todos os povos um dos primeiros lugares, nos divertimentos públicos. Apreciam-na os homens cultos e os selvagens. Estes divertem-se dançando ao som ruidoso de tambores e canticos que entoam, acompanhando o ritmo das danças; aquele têm na dança um dos seus passa-tempos favoritos.

Quando eu era moço, gostava muito de dançar. Um baile para mim tinha leves que me empolgavam. Por isso, naquele a que me refiro, tomei parte ativa. Dancei tudo o que tocou a filarmônica do Alfredo Prestes. A professora e os irmãos Junqueira fizeram o mesmo. Esse arranjo me [illegible] sem [illegible] [illegible] em na dança [illegible].

No dia seguinte, cedo, tomamos nossos cavalos, e rumamos para Ipiranga, em percurso de regresso.

Foi êsse um belo passeio, que jamais me esquecerei. É uma página modesta do livro de minha vida. Uma recordação e uma saudade...

Ipiranga, 6 de novembro de 1953
Alcides Macedo

O ensino público em 1904

No ano de 1904, conforme já disse, havia neste município apenas escolas, duas localizadas na sede e uma no distrito do Em- boiçava, sendo esta última criada nesse mesmo ano.

Essa escassez de escolas não se verificava apenas em Ipiranga, mas em todos os municípios do Estado e de todo o país. Isso se explicava pela incuria e à má vontade dos nossos governantes, que tudo faziam para administrar bem o estado, dentro dos recursos que lhes possibilitavam as rendas públicas. Estas é que eram sobremodo exiguas, de modo que êles viam-se na de fazer prodígios de economia para estabelecer um justo equilíbrio entre a receita e a despesa, de modo que esta não excedesse sobremaneira aquela, criando deficits prejudiciais ao Estado.

Devemos mesmo reconhecer que os estadistas republicanos, maximé governos estaduais, já vinham exteriorizando o propósito de fazer alguma coisa pelo ensino das massas, distribuindo escolas em gradativo aumento pelo hinterland, dentro das possibilidades do erário público.

Esse problema, que é da máxima relevancia, pois de sua solução dependem indiscutivelmente os destinos da nacionalidade, esteve, nos tempos das monarquias, relegado à margem dos cuidados governamentais. Durante os longos anos em que predominou o regime imperial em nosso país, pouco se fez no sentido da alfabetização do povo, mergulhado em sua maioria nas trevas da mais crassa ignorância.

O fato causa estranheza em considerando-se que o imperador D. Pedro era um espírito culto e devotado às letras, e mesmo cercando-se de seus ministros, que eram escolhidos dentre os homens mais esclarecido do país.

Em 1882, na Câmara dos deputados, Rui Barbosa, em bem elaborado parecer, magistral trabalho como seria de ser tudo quanto escrevia, deu o brado de alarme contra semelhante estado de coisas; sua voz, porém, morreu sem eco e tudo continuou no mesmo.

Entretanto nosso país, apesar de seus 90% de analfabetos que tinha então, gozava, perante os povos cultos, ~~perante os povos cultos~~ dos foros de nação civilizada. É que, possuindo uma elite intelectual de primeira grandeza, lhe sobejavam homens de valor, de que o imperador lançava mão para representá-la perante os povos cultos, que avaliavam o nosso grau de civilização por esses expoentes da inteligência e ~~dos autores~~. Saber.

Como se vê: os ~~estadistas~~ estadistas da monarquia quedaram indiferentes em face de um dos problemas basicos da nacionalidade, e que é o da educação do povo.

Em 1914, os governos republicanos já se iam voltando para êsse problema, creando escolas nas sedes e nos distritos mais importantes dos municípios. Eram os prolódios da intensa campanha que iriam encetar mais tarde, e que vai em franco desenvolvimento por todos os ambitos do territorio nacional.

Muito setem a fazer, no entanto, para se diminuir apreciavelmente o número de analfabetos que ainda existem no Brasil.

Nesse ano de 1904, a instancias de varios chefes de familia, resolvi fundar uma escola particular nesta ~~esta~~ localidade, a qual teve, desde logo, considerável frequência. Bem de leve me animou o propósito de fazer concorrência à escola publica local, e que era regida pelo professor Serafim Pinto da Silva. Queria crianças para ambas as escolas.

Em 1905, regeu eu uma escola, tambem particular, em Fernandes

6

magistério público.

Em 1908, achando-se vaga a escola pública do sexo masculino, há vários anos, funcionava apenas aqui a minha escolazinha particular. Nesse ano veio fazer uma temporada nesta vila o Coronel João Alberto Munhoz, que exercera por muitos anos importante função pública em Curitiba, achando-se no momento aposentado.

Teve a fortuna de lhe cair em gracejo, tornando-se êle desde logo meu amigo. Vendo-me a reger a única escola aqui existente, manifestou interêsse por mim, e sendo amigo particular e político do Dr. Francisco Xavier da Silva, então governador do Estado, recem-eleito após a vitória da Coligação Republicana do Paraná, a êle se dirigiu pessoalmente e por cartão, solicitando a minha nomeação para reger, como professor público, a referida escola. O governador, porém, homem que timbrava por ser rigorosamente parcimonioso nos gastos públicos, certo por isso, não quis nomear-me.

Sòmente em 1910, foi provida a escola, sendo nomeado para regê-la o professor normalista João Dias da Costa.

Continuei, entretanto, a mourejar nas lides afanosas do ensino.

O ganho era pouco, insignificante mesmo. Os pais que podiam davam-me alguma coisa, e os que não podiam não davam nada. Para auferir os meios de subsistência, tinha que aplicar a minha atividade aos nossos misteres.

Um consolo, entretanto, me resta: é o de haver prestado o meu concurso à luta que se vem travando país contra o analfabetismo, essa chaga encistada no organismo social, e que vem dificultando, creando óbices à marcha da nacionalidade, nos ermos do Progresso. E de que modo se pode combatê-lo com resultados positivos? Pela escola primária e por meio do mestre-escola, que assim se credencia no conceito de servidor benfeitor da Pátria.

Honra, pois, a êsse obscuro obreiro da construção das grandes nacionalidades!

Irati, 14/12/53

Alcides Macedo

Fonte: Acervo Particular da Família Macedo.

ANEXO C: FOTO PARCIAL DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS DÉCADA DE 30

Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Ipiranga

ANEXO D: ALUNOS EM FRENTE AO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS NA DÉCADA DE 30, JUNTO AO DIRETOR ERCÍLO MARGARIDA

Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Ipiranga

ANEXO E: ALUNOS EM FRENTE AO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS NA DÉCADA DE 20.

Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Ipiranga

ANEXO F: PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR DR. CLAUDINO DOS SANTOS NA DÉCADA DE 40.

Fonte: Acervo Particular de Jean Helena Blum.

ANEXO G: LOGOMARCA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO COLÉGIO ESTADUAL DR. CLAUDINO DOS SANTOS

Fonte: Acervo do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos

ANEXO H: LOGOMARCA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO COLÉGIO ESTADUAL D. CLAUDINO DOS SANTOS

Colégio Dr. Claudino dos Santos
Atual Casa da Cultura Polo UAB Ipiranga
Acervo: Casa da Cultura - 2013

Colégio Dr. Claudino dos Santos
Prédio atual
Acervo: Colégio Claudino - 2009

Fonte: Acervo do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos